

cadernos do terceiro mundo 13

ANGOLA:
O inimigo ataca.

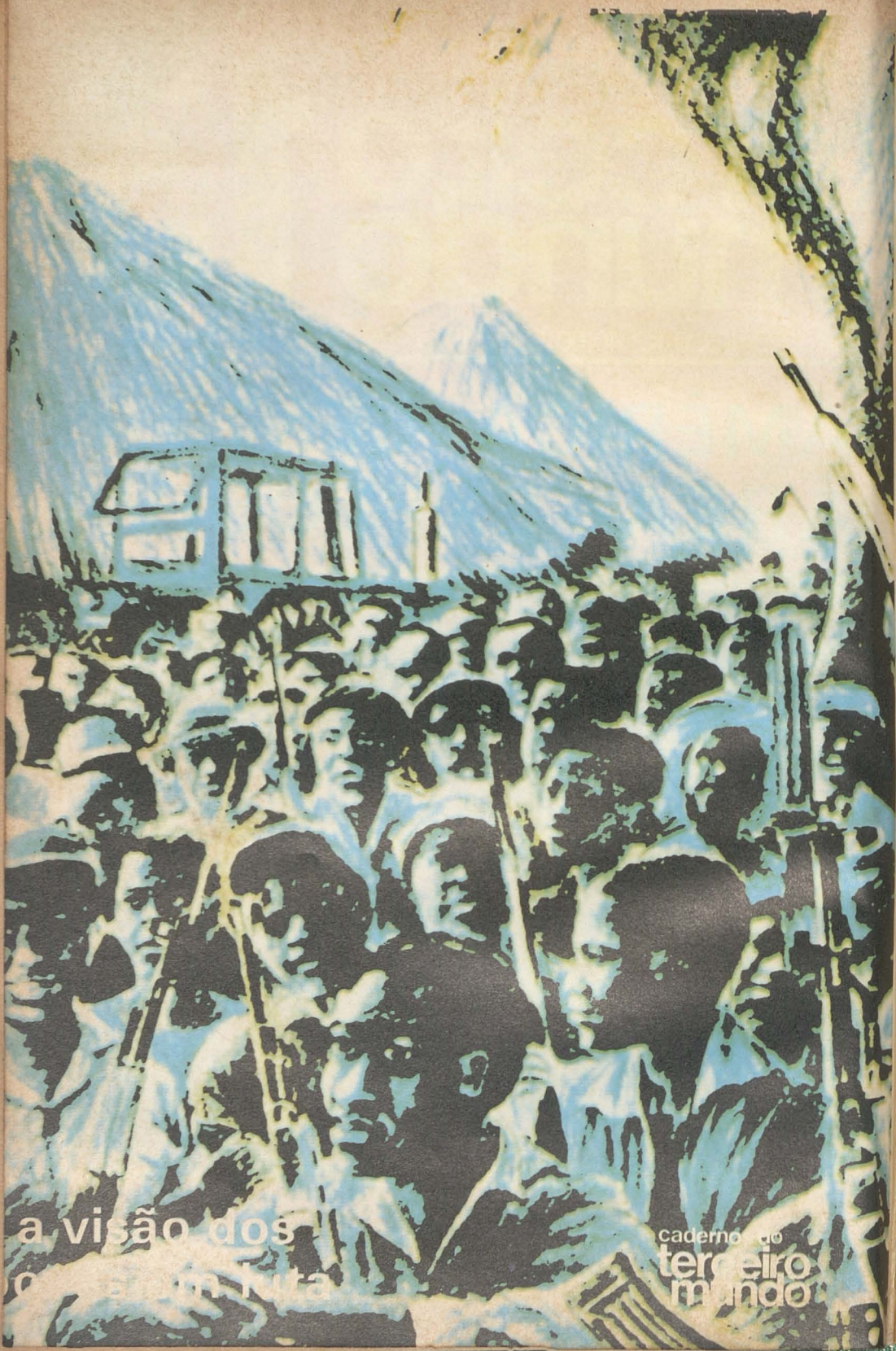
Abril 1979 40\$00 K2 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — Ano II N.º 13

AMÉRICA CENTRAL ÁREA EXPLOSIVA



SADAT: Um salto no vazio.

IRAQUE-SIRIA: Surge um novo polo de poder.



a visão dos
o mundo

caderno do
terceiro
mundo

Nesta edição

cadernos do
terceiro
mundo

13

3 correio do leitor

4 EDITORIAL

8 ESPECIAL — AMÉRICA CENTRAL

AMÉRICA LATINA

50 argentina: às ordens da Trilateral — Pablo Piacentini

55 brasil: Almino Afonso — «por um partido popular»

62 — Democracia operária nas ruas — Herbert de Souza

ÁFRICA

65 angola: o inimigo ataca — Beatriz Bissio

68 zimbábue: zonas libertadas são uma realidade — Etevaldo Hipolito e Altair Campos

70 moçambique: moamba — uma «machamba» estatal — Altair Campos

76 tanzânia: as actividades da Lonrho — Makawaia Kuhenga

81 saara: a luta continua — Ricardo Grassi

MÉDIO ORIENTE

91 iraquê — síria: cimentando a unidade — Neiva Moreira

ÁSIA

86 china — vietnam : por detrás do conflito — Wilfred Burchett

109 CULTURA

114 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

INFORMAÇÃO

120 Wilfred Burchett — entrevista

124 ALMANAQUE



foto do mês

Amin perde o pé...



Publicação Mensal — n.º 13 — Abr. 79

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo» e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bísio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 29

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 13

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt. — Telef. 560862

Lisboa 1000 — Portugal

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Leonel Moura,

Margarida Nunes, Mário Osava

Colaboram neste número:

Agustín Castaño, Cristina Canoura, Donald Castillo, Edelberto Torres Rivas, Herbert de Souza, Luvis Pedemonte, Makwaia Kuhenga, Mario Flores Macal, Mário Offenberg, Maurice Jacques, Mohamed Salem, Paulo Cannabrava Filho, Renato Andrade, Ricardo Grassi, Roberto Bardini, Wilfred Burchett.

Os *Cadernos do Terceiro Mundo* utilizam os serviços de: *Agência de Informação Moçambicana (AIM)*, *Angola Press (ANGOP)*, *Inter Press Service (IPS)*, *Irakian National Agency (INA)*, *SHIHATA (Tanzânia)*, *Nipon Agency News (NAN)*; e *Prensa Latina*. (PL). Mantem intercâmbio editorial com as revistas *Nueva* (Equador), *Tempo* (Moçambique) e *Novembro* (Angola).

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números)..... Esc. 380\$00

Semestral (6 números)..... Esc. 220\$00

Estrangeiro

(12 números, via aérea)

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau

e S. Tomé e Príncipe..... Esc. 600\$00

ou US \$ 14,00

distribuidores

ANGOLA: Empresa Nacional de Apoio Técnico do DEPI/MPLA/PT. Praceta Farinha Leitão 27, Luanda.

BELICE: Cathedral Book Center, Belize City.

CABO VERDE: Instituto caboverdiano do Livro. Rua 5 de Julho, cidade da Praia.

COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal. San Pedro Montes de Oca.

ECUADOR: Ediciones sociales. Córdova 601 y Mendiburo. Guayáquil, Ecuador. Libreria Siglo XX. García 420 y 6 de diciembre, Quito.

EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo. Primera calle Poniente No. 1030.

ESTADOS UNIDOS: Libreria Libre-Libre, 220 W. 14th St., N.Y. 10011 —

FRANCA: Centre des Pays de langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris.

GRã-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London.

GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do disco. Conselho Nacional da cultura.

HOLANDA: Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam.

ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, via Monserrato, 35/6 Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma.

MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódicos, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país.

MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco. Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo.

PANAMA: Libreria Cultural Panameña, S.A., Av. España 16, Panamá.

PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.

PORTO RICO: Libreria Puerto Rico, Calle Huanacá 1009, Río Piedras, San Juan — Libreria Le Tertulia, Amalia Marín esq. ave. Gonzáles, Río Piedras.

REPUBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação Cultural Popular.

SUECIA: Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm.

VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

correio do leitor

uganda

A questão (...) relaciona-se com a recente invasão pela Tanzânia (o país mais progressista de África, segundo Samora Machel) pelo regime (para mim reaccionário) de Idi Amin. António P. M. Caldeira, Setúbal, Portugal.

nicarágua

Fazemos uma chamada a todas as pessoas que se solidarizam com a nossa luta de libertação, para que aproveitem todas as oportunidades de fazer chegar à Nicarágua, inclusive aos dirigentes da tirania, notas e reportagens publicadas no exterior sobre a luta desenvolvida em nosso país. José Luis Rodríguez, León, Nicarágua.

irão

As mulheres muçulmanas têm tanto o direito de andarem de véu como de minissaia. Isso é um problema de cada uma delas. O que me parece é que, por detrás dessa propaganda em defesa dos "direitos" das mulheres iranianas, esconde-se uma campanha para desprestigiar o novo governo a nível internacional. Glória Martha Cuellar, Colonia Condessa, México, D.F.

brasil

Pela presente, venho informá-los que os *Cadernos* estão chegando com regularidade (o que me deixa bastante tranquilo). (...) Sendo assim, não é nenhuma surpresa que os *Cadernos* cheguem em minhas mãos completamente violados, com o envelope rasgado, e daí por diante. Celso Dortas, Rio de Janeiro, Brasil.

moçambique

Acompanho a Revista com carinho, e compro-a todos os meses (quando chego à tempo, antes que se esgote!). (...) Um tema interessante seria «Uma visita a uma Aldeia Comunal». Francisco M. Fernandes, Maputo, Moçambique.

cabo verde

Agora tenho um amigo em Lisboa que compra a revista e envia pelo correio. (...) O último número que recebi foi o 11, e chegou bastante estragado. Quem distribui livros e revistas é o Instituto Caboverdiano do Livro. João A. Ferreira, Praia, Cabo Verde.

América Central em ebulição

Destaque neste número para a América Central, onde as ditaduras de bota cardada se vêem incapazes de sustentar a crise económica e os avanços dos movimentos populares.

Os Estados Unidos face a esta rebelião, a crise económica, o CONDECA (pacto militar entre as ditaduras), são os temas que abrem o "dossier" da América Central, a que se seguem a análise da situação nas Honduras, onde o máximo dirigente do recém-fundado Partido Socialista nos fala da alternativa que a sua organização apresenta à Guatemala, onde o banho de sangue parece não ter fim, e, por último, a insurreição em marcha em El Salvador.

Ainda na América Latina, entrevistámos um dos antigos líderes do Partido Trabalhista Brasileiro, Almino Afonso, e o nosso colaborador Herbert de Souza faz o balanço da ofensiva operária nesse país sul-americano, à luz da recente vaga grevista em São Paulo. E o nosso director, Pablo Piacentini, comprova que a Argentina anda "às ordens" da Trilateral.

No Sahara, a luta continua, e o nosso colaborador Ricardo Grassi, que lá esteve, diz-nos porquê.

Angola, uma vez mais, está na mira dos seus inimigos. Beatriz Bísio faz um histórico das agressões sofridas; em Moçambique, os *Cadernos* visitaram uma "machamba" do Estado, num contacto directo com os seus trabalhadores. Altair Campos conta o que viu. Ainda em África, destaque para a entrevista concedida em Maputo por Robert Mugabe, co-Presidente da Frente Patriótica do Zimbábue, e para a nacionalização da transnacional Lonhro, na Tanzânia.

Na Ásia, Wilfred Burchett, nosso colaborador da primeira hora, relata-nos o que está por detrás do conflito entre a China e o Vietnam.

No Médio Oriente, a nossa atenção vira-se, como não poderia deixar de acontecer, para o pacto "triangular" Israel-EUA-Egipto, numa análise de Mário Ofenberg; e ainda para a unificação em marcha, e a partir da base, entre o Iraque e a Síria, analisada, in loco, pelo nosso Editor Internacional, Neiva Moreira.

Na área cultural, Leonel Moura escreve-nos umas "notas à margem" sobre os cartazes cubanos, e Luis Pedemonte fala-nos do "Prémio Casa de Las Américas" deste ano.

Einstein também é por nós homenageado, através do nosso colaborador Maurice Jacques, num artigo sob título Einstein: mitos e realidades.

o povo árabe pune Anwar Sadat

O acordo de Bagdad supõe um avanço da unidade árabe. As severas sanções adoptadas em 31 de Março, na capital do Iraque, pelos ministros de Relações Exteriores e Finanças dos países árabes contra o regime egípcio do general Anwar Sadat, é a resposta aos pactos assinados pelos governantes dos Estados Unidos, Egipto e Israel, segundo o qual, aos dois últimos convem uma paz bilateral, e os três pretendem submeter o povo palestiniano a um estatuto que o priva dos seus direitos nacionais.

As resoluções de Bagdad devem, todavia, ser analisadas com justeza. Em primeiro lugar, deve-se comprovar se as mesmas serão aplicadas a fundo pelos governos conservadores. As principais disposições económicas — o cessar da ajuda; e o veto às relações comerciais com o Egipto —, podem, com efeito, ser exercidas de maneira parcial por aqueles.

De qualquer modo, a ajuda, em volta de dois mil milhões de dólares, que o Egipto recebia dos seus vizinhos ricos, será, pelo menos, compensada em boa parte pelos Estados Unidos e por outras potências capitalistas. E quanto ao comércio egípcio com a região, esse somente atingia os dez por cento das suas operações internacionais. Esse aspecto das sanções, embora represente uma série derrota, não será suficiente para que se constitua em uma pressão económica irresistível para Sadat.

Mas é no plano político que as medidas têm seu maior significado: o facto de todos os países árabes (à excepção do Sudão e de Oman) terem resolvido cortar os seus vínculos com o Cairo, e retirar dali a sede da Liga Árabe, configura um vigoroso golpe contra os pactos subscritos por Sadat, dessa maneira isolado politicamente do resto dos países árabes, sobre os quais o Egipto teve forte liderança nos tempos de Nasser. E na medida em que Sadat se apoiar mais e mais sobre o seu antigo adversário, Israel, esse isolamento se irá aprofundando.

editorial

Essa situação encerra perigos para o regime capitulacionista. Sadat sabe-lo, e espera que os Estados Unidos, em função do valor que tem a sua política para os desígnios imperialistas, jogue todas as suas influências para afastar as ameaças. Da boa vontade dos Estados Unidos nesse sentido, Sadat pode estar certo. Confiante também estava o Xá do Irão, que Washington, não obstante o seu diligentíssimo apoio, viu desmoronar de maneira estrepitosa.

É um facto que essa unidade em torno das penalidades foi conseguida depois de serem vencidas muitas reticências e dificuldades. Outro facto, é que os Estados Unidos ficaram eximidos das mesmas penalidades, apesar do veemente pedido da Organização para a Libertação da Palestina. Esta assinalou, correctamente, que somente a utilização da arma económica do petróleo, poderia suscitar dentro da superpotência as contradições tendentes a uma mudança de política.

Tais limitações confirmam uma verdade já bastante conhecida: a unidade árabe real, e portanto, a sua eficiente militância anti-imperialista e anti-sionista, passa, necessariamente, pela prévia liquidação dos regimes feudais, e pelo compromisso total com a libertação nacional de todos os membros do Mundo Árabe.

Destacado por estas considerações realistas aparece valorizado como de maior importância em todo esse problema, o facto de que até a monarquia saudita, pela primeira vez, tenha aprovado um programa punitivo em relação ao regime do Cairo. Nada conseguiram as fortes pressões feitas pelo governo de James Carter. Os dirigentes sauditas tiveram mais medo das massas árabes e de sofrer um isolamento semelhante ao de Sadat.

Esta reunião de Bagdad, assim como o aparecimento da revolução iraniana, defensora da causa palestina, devem então ser vistas como dois actos de primeira magnitude em favor do povo palestino, produzidos em um brevíssimo espaço de tempo.

editorial

São apoios de alta qualidade à resistência da Palestina, que, por sua vez, tornará impossível a consolidação da criminosa «autonomia» proposta por Israel para os territórios ocupados. E assim o comprova a greve geral feita por mais de um milhão de palestinos na Cisjordânia e em Gaza — ou seja, a totalidade absoluta da população —, no dia 27 de março, um dia depois da assinatura do tratado em Washington.

A unanimidade do repúdio palestino, e a solidariedade das populações árabes para com este povo despojado dos seus direitos, para além das vacilações e do oportunismo de certos governos, foram o verdadeiro impulsionador das decisões de Bagdad.

O chamado «acordo de paz» é coerente com a taxativa declaração do primeiro-ministro judeu, Menahem Begin: «Jamais restituiremos a parte oriental de Jerusalém, e jamais aceitaremos um Estado Palestino.»

Igualmente claro foi Begin esclarecer que, segundo os textos, a «autonomia» refere-se somente à população, e não aos territórios ocupados, cuja soberania será ainda detida em poder de Israel. E como se isso ainda fosse pouco, a potência sionista reserva-se também o direito de continuar a implantar colonatos nesses territórios.

A chamada «autonomia», não só não o é como tal, como também é uma ofensa ao povo palestino. Trata-se de uma simples entidade administrativa, sem as atribuições características e inerentes a uma entidade estatal. O governo militar israelita permanecerá como a fonte emanadora do poder sobre os organismos de «autogoverno», e este não terá nenhum poder legislativo, nenhuma faculdade em matéria de segurança, nenhuma reconhecimento, finalmente, do inalienável direito à autodeterminação nacional.

editorial

É esse o pacto assinado por Sadat, que, em 20 de Novembro de 1977, dissera diante do parlamento israelita: «Quero expressar-lhes com toda a honestidade: a paz não pode ser alcançada sem a participação dos palestinianos, e seria um grave erro, de consequências imprevisíveis, o afastarmos os olhos desse problema.»

O regime sionista, é verdade, não quis ceder mais. Mas ao longo das negociações, Sadat cometeu o grave erro que havia previsto. Capitulou diante do adversário do povo árabe, e com ele acordou uma paz em separado. Subordinou-se aos Estados Unidos, de quem agora depende inteiramente a economia e as Forças Armadas do Egipto. E, sabedor que receberá grandes quantidades de armamento norte-americano, e que não desmobilizará o seu numeroso exército, Sadat aceita ocupar a parte do papel de «gendarme» da área deixada vaga pela queda do Xá, seguindo pontualmente as exigências estratégicas de Washington.

Mas, à diferença do Irão, potência petrolífera, o Egipto mostra uma economia em ruína, necessita de infra-estrutura industrial, está afundado em dívidas, tem um povo faminto e atrasado, e agora também desmoralizado como consequência da própria política do regime. Trata-se de um «gendarme» débil, cheio de contradições internas, ameaçado na sua estabilidade, e cercado de inimigos.

O governo de Sadat parece ser então a última carta que restava ao imperialismo para apostar nessa zona do Mundo, estratégica em termos geográficos e económicos.

No quadro actual do Médio Oriente, a queda de Sadat consubstanciaria uma derrota de incalculáveis proporções para o imperialismo.

E isso sabem-no também os árabes, e começam a golpear na boa direcção.

AMÉRICA CENTRAL ÁREA EXPLOSIVA



Esta não é uma frase nem um título para causar efeito. É uma realidade concreta, tangível, que pode ser constatada todos os dias.

A inserção da América Central no marco da geo-estratégia imperialista, o conseqüente domínio das empresas transnacionais sobre todos os sectores dos respectivos países, as vinculações das oligarquias locais com a exploração capitalista estrangeira, o entreguismo em grande parte da tecnocracia, além da proliferação de estruturas militares altamente repressivas, é um panorama comum dos países centro-americanos.

Correspondentes da nossa revista e colaboradores de diversos países centro-americanos escrevem sobre esta realidade, que converte a América Central numa das áreas mais explosivas, não só da América Latina mas de todo o Terceiro Mundo.

os estados unidos ante a rebelião

O problema energético obriga a redimensionar a geo-estratégia da América Central. Washington promove uma guerra civil na Nicarágua, conspira na Costa Rica e desestabiliza o governo do Panamá.

Paulo Cannabrava Filho

A América Central está em convulsão. As lutas sandinistas na Nicarágua, a explosiva situação social em El Salvador, os conflitos entre a reacção e as forças democráticas nas Honduras e na Guatemala, tornam demasiado precário o equilíbrio na região.

Costa Rica e Panamá solidarizaram-se com as lutas de libertação do istmo, e isso provocou uma resposta dos centros de poder "ocidentais". Mas não é uma resposta isolada. O que acontece hoje na América Central é parte de uma estratégia global do imperialismo, que trata de reforçar a sua retaguarda, no momento em que está a ser encurralado em outros pontos do Planeta.

Herrera Campins, ao assumir a presidência da Venezuela, disse que o seu país cumprirá com o fornecimento de petróleo aos clientes tradicionais (leia-se

Estados Unidos). Este não é um facto isolado. Está dentro do contexto de um redimensionamento das relações hemisféricas, em função de um novo ênfase que a metrópole imperialista aplica na execução da sua estratégia global.

Kissinger, ao comentar a oposição dos países árabes ao acordo de paz Egipto-Israel, disse com acerto que *"Sadat não está simplesmente confrontado com um problema pan-árabe, mas com um movimento pan-islâmico em que o Egipto representa apenas uma débil minoria"*, e que para Israel, mais importante que o petróleo do Sinai é que *"actualmente o perigo vem do movimento islâmico revolucionário"*, que ganhou grande impulso com a derrota, no Irão, do principal aliado dos norte-americanos.

Além disso, os Estados Unidos estão também a ser encurralados no Oceano Índico,

onde a consolidação de regimes populares e democráticos (ver *"Cadernos do Terceiro Mundo"* n.º 11) estimula o avanço das forças progressistas.

A recente agressão chinesa ao Vietnam, que parecia uma acção regional no quadro da disputa pela hegemonia na área, vista dentro desse contexto, serve mais os interesses estadunidenses de evitar a qualquer custo a expansão dos regimes democráticos e populares, do que aos interesses estratégicos da própria China.

ROTA DO PETRÓLEO AMEAÇADA

Há barris de pólvora prontos a explodir no Golfo Árábico, no leste do Mediterrâneo e outros à volta do Oceano Índico. Se um explodir, explodem outros. É a rota do petróleo que está em jogo.

Os Estados Unidos importam dos países membros da OPEP, 38 por cento do petróleo que consomem. As sete irmãs, ao monopolizarem boa parte do petróleo árabe, dão aos Estados Unidos uma posição quase hegemônica no mercado capitalista.

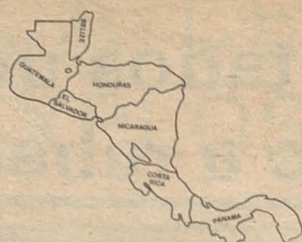
Essa hegemonia, contudo, vem declinando velozmente desde a guerra do petróleo de 1973-74, quando a Líbia, o Iraque e a Arábia nacionalizaram a sua produção de petróleo.

Em Fevereiro deste ano, durante o auge da crise no Irão, a Arábia Saudita, que tem vinte por cento das reservas petrolíferas do mundo capitalista, nacionalizou integralmente as empresas de petróleo que operam no seu território. Em 1974, tinha nacionalizado quarenta por cento dos seus capitais.

No Irão, o governo de Barzagan, como primeira medida, liquidou o consórcio entre o Estado e as transnacionais estadunidenses e francesas, e assumiu a comercialização das ramas que já tinha sido nacionalizada um quarto de século antes por Mossadegh.

Além disso, segundo um relatório da *Standard Oil* e da *Exxon* ao Comité de Relações Exteriores do Congresso norte-americano, as reservas de petróleo no subsolo saudita parecem ser inferiores às cifras que se têm manejado. Assim, quando se esperava para a década de 80 uma produção entre 14 e 16 milhões de barris diários, hoje que a Arábia Saudita aumentou a sua produção para suprir a ausência iraniana, a extração não chega aos 10 milhões de barris por dia.

Face ao agravamento da



crise energética nos últimos anos e a todas as medidas restritivas ao consumo de combustível adoptadas pelos Estados Unidos, as suas importações de petróleo da OPEP aumentaram uns 63 por cento nos últimos cinco anos. E segundo o Departamento de Energia, o país estará a importar mais de nove milhões de barris diários em 1985.

Os tão publicitados jazigos do Alasca são muito importantes, mas suficientes apenas para compensar a baixa da produção nos demais estados da União. A dúvida sobre os alcances dessas reservas retarda a decisão sobre a construção do terminal petrolífero do sudoeste, na Califórnia, e de um oleoduto de mil milhas de comprimento e mil milhões de dólares de custo, que levaria as ramas até o meio-oeste e sudeste.

Tudo isso faz pensar que os Estados Unidos tratarão de consolidar a sua retaguarda. O petróleo da Venezuela, os jazigos comprovados na Guatemala e Belize, os novos descobrimentos no México — que põem este país ao lado da Arábia Saudita em potencial petrolífero — constituem, na opinião dos estrategas de Washington, uma reserva estratégica “natural” para a sobrevivência dos Estados

Unidos como grande potência.

Isso aumenta também o valor estratégico da rota do Panamá para o transporte de petróleo para a costa atlântica. Toda a área centro-americana e do Caribe redimensiona-se frente ao problema energético. É à luz desses factos que se devem observar os passos da administração Carter na sua relação com os governos latino-americanos em geral, e particularmente a sua posição nos países onde os conflitos sociais estão sem soluções visíveis a curto prazo.

“GRANDE TRISTEZA”

Uma informação confidencial do Departamento de Estado norte-americano sobre a Nicarágua, expressa com grande clareza a necessidade de manter não só a pátria de Sandino, como toda a área dentro do sistema de “intercâmbio mercantil que é e foi a única actividade portadora do progresso da nossa civilização”.

Constatado o desenvolvimento das forças populares na Nicarágua, o documento recomenda uma guerra civil que leve o país ao caos e depois promova uma intervenção de vários países “para pacificar o país e servir um governo cujo controle militar nos estaria assegurado”.

Com um cinismo horrorizante, finaliza com a afirmação: “não é sem grande tristeza que terminamos este relatório e pensamos em todas as futuras vítimas desta próxima guerra. Mas este é o preço que o homem tem de pagar para sal-

vaguardar os progressos da sua civilização, e os nossos vizinhos das ditaduras comunistas não nos contradirão neste grave assunto”.

Esse relatório oficial, datado em Washington a 26 de Outubro de 1978, foi subtraído da embaixada dos Estados Unidos em Manágua por um comando da Frente Sandinista, e foi publicado no Panamá, no número de Fevereiro da revista “Diálogo Social”. Foi elaborado antes dos factos mais recentes que alteraram o equilíbrio na Ásia Menor e no Oceano Índico, mas os seus autores já deixam claro que os Estados Unidos estão dispostos a tudo para não perder a Nicarágua. Sabem que o efeito psicológico de uma segunda Cuba sob a mesma bandeira vermelha e negra de Sandino, seria irresistível.

Para os estrategas dos Estados Unidos, nem a Nicarágua nem o Panamá, como nenhum outro país da América Central, podem sair da sua órbita de influência, porque isso afectaria directamente a sua segurança e sobrevivência como grande potência.

Na costa pacífica do Panamá, no porto Armuelles, situa-se a escala de tráfego de petróleo. Os grandes petroleiros que descem do Alaska, transferem as rampas aos barcos menores que cruzam o Canal para a distribuição na costa atlântica.

No Panamá, está também o Comando Sul do Exército norte-americano, ponta de lança que deveria ser tremendamente reforçada, caso os Estados Unidos se vejam envolvidos numa nova guerra. No Panamá já se



Os «direitos humanos»?... uma pequena «contradição»!

diz que se o país teve 110 bases ianques no seu território durante a Segunda Guerra Mundial, na terceira teria 240 ...

Se os sandinistas são uma ameaça na Nicarágua, Torrijos é-o em igual medida no Panamá. Torrijos, além de ter obrigado os Estados Unidos a aceitarem a descolonização da Zona do Canal, apoia em todos os níveis a luta contra a ditadura de Somoza.

Também a Costa Rica, que permitia no seu território os campos de treinamento da guerrilha sandinista — e mais que isso, era uma fronteira aberta a dar grande mobilidade e importante apoio logístico aos combatentes nicaraguenses

— teria de merecer uma atenção muito especial do Pentágono.

PRESSÃO SOBRE COSTA RICA

A estratégia foi a de sempre. Primeiro, criar problemas, depois apresentar soluções que signifiquem maior dependência dos centros de decisão nacionais à metrópole imperialista.

Somoza foi e é uma peça importante nessa engrenagem, ao enviar os seus agentes desestabilizadores. Estes incendiaram os armazéns de Guanacaste, destruindo 80 por cento da colheita algodoeira deste ano. As perdas da Costa Rica neste caso elevaram-se a cerca de 2,3 milhões de dólares.

Paralelamente, a subsidiária da transnacional *United Brands* enfrentou os trabalhadores da produção de bananas no Pacífico, sem lhes deixar outra alternativa que a greve, para conquistar as suas reivindicações. A paralização em plena colheita, provocou perdas de cerca de três milhões de dólares.

Parece irónico, mas até o clima conspirou contra a Costa Rica. A seca dos últimos meses provocou uma crise energética de tal dimensão que obrigou o país a um racionamento eléctrico de 24 horas semanais, o que afectou a produção industrial já debilitada pelo encerramento da fronteira com a Nicarágua, que estrangula a débil economia costarriquenha, dependente, em grande medida, do Mercado Comum Centroamericano.

O fustigamento constante na fronteira, ou através

de actos de sabotagem ou terrorismo, praticados em todo o país, seja por somozistas ou por agentes ianques, tem obrigado a Costa Rica a armar-se. Isso gera novas contradições nesse país praticamente desmilitarizado.

Em princípios de 1979, a Costa Rica enfrentou uma grave crise nas relações com os Estados Unidos, ao ver-se obrigada a prender e confiscar a carga de barcos atuneiros norte-americanos que pescavam ilegalmente nas suas águas territoriais. Hoje, para atenuar a crise energética que afecta a Costa Rica, a Marinha estadunidense oferece-se para colocar um encouraçado, equipado para produzir electricidade, num ponto qualquer do litoral. O custo dessa energia seria pago com atum. Ou seja, enquanto golpeiam com uma mão, com a outra trazem, numa bandeja, as "soluções milagrosas".

Em 1978, as vendas de carne da Costa Rica aos Estados Unidos foram de 55,4 milhões de libras. Para este ano, o compromisso inicial é de comprar 68,6 milhões de libras, logo elevadas a 70,2 e com possibilidades de chegar aos 75 milhões de libras. Também foi aumentada a quota de importação de carne nicaraguense em 25 por cento sobre os 62 milhões de libras do ano passado. Isso representa uma entrada de 80 milhões de dólares, como subsídio ao somozismo.

Os Estados Unidos são também o primeiro comprador de café da Costa Rica; junto com a Alemanha Federal, compraram, no último semestre do ano passado, 71 milhões de dólares



em café. As vendas de café constituem 45,1 por cento do total das exportações costarrigueñas.

Quanto à banana, os Estados Unidos oferecem-se para financiar novas plantações na área atlântica da Costa Rica. O que certamente aliviaria a economia deste país, mas tornaria inviáveis os projectos de produção social da banana que se desenvolvem na costa atlântica do Panamá.

Em suma, os Estados Unidos têm a Costa Rica envolvida de tal maneira, que bastou um mínimo de pressão política — e talvez alguma chantagem económica — para obter do presidente Rodrigo Carazo o abandono da causa do povo nicaraguense e da América Central no seu conjunto.

XEQUE-MATE

O aspecto mais grave desta traição de Carazo foi o seu acordo com a Guarda Nacional da Nicarágua e o compromisso da Guarda Civil costarrigueña num plano de extermínio dos combatentes sandinistas.

O plano, denominado "Xeque Mate ao Rei II", foi denunciado na Assembleia Nacional de São José pelo deputado do Partido da Libertação Nacional (so-

cial-democrata), Marcelo Prieto.

Consiste em mobilizar cerca de mil guardas civis ao longo da fronteira com a Nicarágua. Além da operação "pente fino" ou caça aos sandinistas, realizam uma "limpeza" da área, isto é, a abertura de uma zona sem vegetação, que possa ser perfeitamente vigiada.

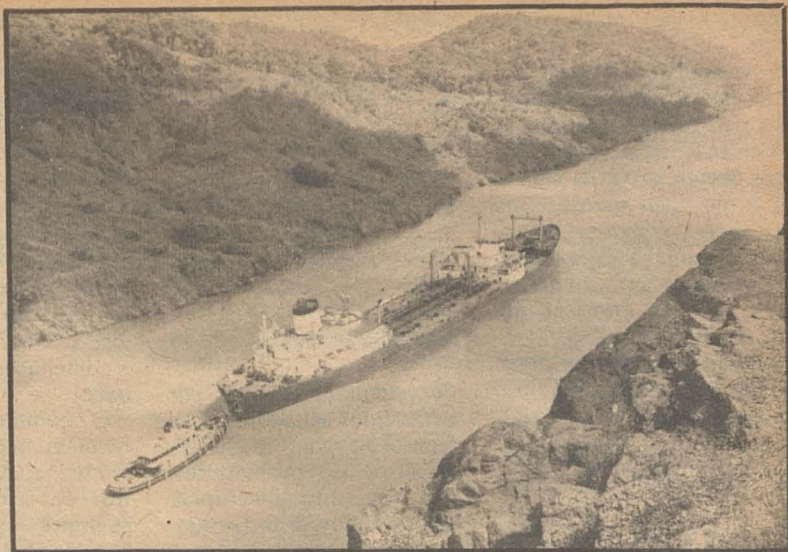
Do outro lado da fronteira, há três mil soldados de Somoza. Concluída a operação, estes poderão trasladar-se para o norte, como reforço às unidades que enfrentam o grosso das colunas sandinistas.

O ministro costarrigueño da segurança, J. J. Echeverría, condenou publicamente a divulgação destes planos confidenciais, com o que confirmou a sua veracidade. Para ele, a divulgação do segredo "é uma traição à Pátria", pois revelou "ao inimigo detalhes estratégicos internos". Na sua opinião, a revelação desses pormenores poria "em perigo a vida dos policiais que participam na operação".

A Frente Sandinista apoiou a denúncia do deputado, e acrescentou que está em marcha um golpe de Estado na Nicarágua para implantar um "somozismo sem Somoza", que garanta a continuidade do sistema.

Essa intenção já era prevista pelos sandinistas desde a ofensiva popular de Setembro de 1977 ("Na senda de Sandino" — Jaca Bock, Ed. Milão, 1978). O golpe está a ser articulado por sectores do Exército e grupos financeiros nacionais apoiados pelos Estados Unidos. A denúncia adverte também que o golpe se-

Canal do Panamá: zona estratégica que o imperialismo pretende preservar a todo o custo



ria acompanhado de uma repressão em grande escala, não só na Nicarágua, como nos países vizinhos, particularmente nas Honduras e Costa Rica.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros guatemalteco, Guillermo Toriello, numa recente conferência de Imprensa, obsejou que a violência no seu país é parte de "uma estratégia da oligarquia e do imperialismo para fortalecer a ditadura militar, táctica também empregada em El Salvador e na Nicarágua".

O "CALCANHAR DE AQUILES"

Toriello qualifica a América Central como o "calcanhar de Aquiles do imperialismo na América Latina", e destaca que, apesar da discrição de Carter, os regimes da Guatemala, El Salvador e Nicarágua têm beneficiado da ajuda policial e militar, ao mesmo tempo em que lhes chegam reforços em armamentos

provenientes de outros países, especialmente de Israel, Bélgica e França.

"Não nos surpreende que a Guatemala e El Salvador constituam o principal suporte de Somoza" — assegurou Javier Chamorro Cardenal, director do diário *La Prensa* de Manágua.

Numa recente entrevista connosco, o secretário-geral do Partido Socialista Nicaraguense revelou que o patrulhamento das estradas na zona rural do seu país é efectuado por tropas salvadorenhas e guatemaltecas. Embora o CONDECA (pacto militar de assistência recíproca dos países da área) não se tenha comprometido oficialmente, essas tropas lá estão, e o povo da Nicarágua zomba delas ao identificar as suas origens pela maneira de falar.

Nos primeiros dias de Fevereiro, o presidente Romeo Lucas, da Guatemala, chefiou uma delegação de quatro ministros e vários empresários que seguiu para New Orleans (Estados

Unidos). No mesmo dia, *"El Tiempo"* de Honduras, informa que, segundo o ministro dos estrangeiros Palma Gálvez, Romeo Lucas defendeu, ante a junta militar das Honduras, a necessidade de combater os focos guerrilheiros na América Central.

Em meados de Março, reuniram-se na Guatemala os presidentes Carlos Humberto Romero, de El Salvador, general Policarpo Paz García, das Honduras, e Romeo Lucas. Na agenda, o assunto prioritário foi a solução do conflito fronteiriço entre Honduras e El Salvador, para possibilitar uma movimentação sem maiores entraves dos mecanismos do CONDECA.

O comunicado conjunto subscrito pelos três presidentes revela uma maior identidade e aproximação entre as Honduras e a Guatemala, e acrescenta que foram analisados conjuntamente os problemas da unidade económica, social e

política da América Central.

A explosiva situação social de El Salvador, agravada pela virtual falência económica — situação comum aos demais países da área — é o que mais preocupa os estrategas locais e imperiais. As soluções devem ser procuradas em conjunto, sob pena de provocar um agravamento da crise.

CONTRA O PANAMÁ

Nesse contexto, o Panamá não só é um mau exemplo na região, como também um obstáculo incômodo, devido ao seu apoio à luta dos revolucionários na Nicarágua e na Costa Rica.

A traição de Carazo aos sandinistas leva também ao isolamento do Panamá. Acções de terrorismo e de desestabilização, praticados por agentes especiais, pretendem criar um clima propício ao derrube dos actuais dirigentes do processo panamiano.

O clima de efervescência política vivido pelo país (criação de novos partidos, retirada da Guarda Nacional), presta-se ao trabalho desestabilizador. Diz-se que hoje há mais agentes de Pinochet, de Somoza e de outros exércitos latino-americanos no Panamá, do que todos os agentes da CIA que passaram por aqui nos últimos dez anos.

Em inícios de Fevereiro, numa acção típica de profissionais, uma bomba na torre de transmissão eléctrica em Chirique deixou sem luz a cidade de David e uma vasta zona rural da província por várias horas.

Menos de um mês depois, em Tonosi, na península de Asuero, um grupo



de populares, levados por conhecidos agitadores, confrontou-se com a Guarda Nacional, do que resultou um sargento morto. A agressão dos civis (pequenos proprietários ligados à pecuária) teve por motivo um protesto contra um projecto de desenvolvimento pecuário financiado pela AID — Agência Interamericana de Desenvolvimento.

Ao explicar esses factos, um relatório da Guarda Nacional relaciona-os directamente à “actividade lançada pelo governo dirigido pelo ditador Anastasio Somoza, para desestabilizar a normalidade no Panamá e ocultar assim os horrendos factos que estão a ocorrer na Nicarágua”.

Acrescenta que um documento enviado por Carlos

de Diego, o representante do Panamá na comissão da OEA mediadora no conflito nicaraguense, estabelece a participação de altas personalidades do governo de Somoza na organização de campanhas de alteração da ordem pública no Panamá. Da mesma forma, a Guarda Nacional somozista, em incursões no território da Costa Rica, queimou toda a colheita de algodão desse país.

O comunicado assinala também que Somoza pretendeu converter em centros de espionagem todas as empresas panamianas em que ele tem investimentos, e que “somozistas infiltrados entre os grupos de oposição a Somoza, no Panamá, procuram provocar danos físicos ao general Omar Torrijos”.

A essas manobras desestabilizadoras somam-se pressões externas de todo o tipo, como a que levam a cabo senadores derrotados e representantes dos grupos mais reaccionários do Congresso dos Estados Unidos. Pretendem que o Panamá volte à mesa de negociações para elaborar um novo tratado, como o sugeriu o republicano Bob Bauman.



Para os planos imperialistas na zona do Canal do Panamá, Torrijos é, pelo menos, uma «peça» incômoda...

brigada Victoriano Lorenzo

Em Setembro do ano passado, o Comité Panamiano de Solidariedade com o Povo da Nicarágua fez um apelo à inscrição de voluntários para a luta sandinista. Cerca de um milhar de jovens, com indiscreto entusiasmo, fizeram bichas para se incorporarem nas guerrilhas.

Hoje, e desde há três meses, um grupo de jovens panamianos, que passaram uma rigorosa selecção e treinamento, integra a Brigada Victoriano Lorenzo, que luta ombro a ombro com os sandinistas pela libertação da Nicarágua.

À frente do grupo internacionalista está o jovem médico Hugo Spadafora, veterano das lutas de libertação da Guiné-Bissau, e que deixou o posto de vice-ministro da Saúde para assumir a solidariedade com os herdeiros de Sandino.

Numa declaração sua publicada na revista "Sandino vive", Spadafora justifica a sua atitude e a dos seus companheiros de brigada como "um acto de fé na irmandade latino-americana e no ideal bolivariano". Acrescenta que é "um testemunho da gratidão dos panamianos aos povos do Mundo — especialmente os latino-americanos — pela ajuda solidária e efectiva que sempre nos brindaram na árdua luta nacionalista pelo resgate dos nossos territórios ocupados".

A Brigada Victoriano Lorenzo (nome de um mártir das lutas pela independência do Panamá) é integrada

por "um verdadeiro pedaço da massa popular": funcionários, ex-guardas nacionais, e guerrilheiros liberais, nacionalistas, comunistas de todas as tendências, torrijistas, católicos e oposicionistas, "todos compartilhando um profundo sentido de unidade nacional e revolucionária, sem preconceitos nem diferenças". Dois combatentes panamianos já caíram em combate no solo nicaraguense.



Mas a vocação solidária do Panamá não se manifesta só a nível de massas, com os seus comités de solidariedade e a sua Brigada Internacionalista. O general Omar Torrijos, como chefe do governo, deu uma resposta imediata à agressão de Somoza contra a Costa Rica, ao enviar helicópteros artilhados para defender a integridade territorial do país vizinho.

O Panamá, ao mesmo tempo, respeitou e respeita literalmente os tratados de direito de asilo, subscritos a nível regional e internacional. Aqui encontraram asilo e refúgio, no quadro do respeito às leis panamianas, todos aqueles que, nicaraguenses ou não, tenham tido problemas com

a repressão nos seus países.

O boletim informativo Alai entrevistou um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação, Tomás Borge. Interrogado sobre a possibilidade de uma intervenção do CONDECA na Nicarágua, o dirigente sandinista respondeu:

"Sim, é sempre provável a intervenção do CONDECA. Muito mais difícil é a intervenção directa dos Estados Unidos. Naturalmente,

te, seria manipulada pelos Estados Unidos, mas criaria problemas difíceis de resolver. Em primeiro lugar, o CONDECA tem forças limitadas. Em segundo, não pode fazer uso de todas as suas forças para enfrentar apenas o problema nicaraguense. Uma intervenção do CONDECA significaria uma agudização da luta no resto dos povos centro-americanos. Nós estamos dispostos a enfrentar o CONDECA e estamos em condições de enfrentar o Exército dos Estados Unidos, e mesmo qualquer coligação dos exércitos do Mundo. Ainda que nos esmaguem. Ainda que tenhamos de defender o nosso país pedra a pedra, casa a casa, árvore a árvore."

a crise económica



*A situação económica num desolador panorama:
desemprego, estagnação, dependência das
transnacionais.*

*Ante a miséria e o sofrimento, milhões de pessoas
não têm outro caminho senão lutar pelo que
lhes é arrebatado.*

Donald Castillo

O conflito armado entre as Honduras e El Salvador em 1967, não só pôs em evidência as contradições interburguesas entre ambos os países, como, e sobretudo, foi expressão de uma crise económica generalizada em toda a região e do desaire de um padrão de desenvolvimento cuidadosamente traçado nos Estados Unidos, segundo os seus interesses económicos e políticos. O projecto de integração, cujo instrumento económico fundamental havia sido o Mercado Comum Centro-Americano (MCC), demonstrava, assim, a sua vulnerabilidade ante as flutuações cíclicas do mercado internacional, e, também, a sua incapacidade de voltar a gerar taxas de crescimento como as alcançadas nos primeiros anos da década de sessenta.

A dezoito anos da assinatura do Tratado Geral de Integração (1) o panorama não pode ser mais desolador: um processo de industrialização caracterizado por linhas de montagem que têm de importar dos Estados Unidos a maior parte dos seus consumos e bens de capital, e cujos efeitos incidem negativamente na balança de pagamentos de cada um dos países da região, agudizando, ainda mais, o desequilíbrio externo centro-americano. Acentuou-se a dependência das exportações de origem agropecuária, como o café, algodão, bananas, açúcar e carne. As empresas transnacionais adquiriram uma presença determinante nas principais actividades económicas; o seu controlo do mercado inter-regional e a implantação de políticas em função dos seus interesses individuais pouco ou nada têm contribuído para solucionar problemas tão agudos como o desemprego e a marginalidade, a distribuição cada vez mais regressiva do rendimento e da riqueza, a dependência financeira e tecnológica do exterior e o galopante processo de endividamento externo, entre outros.

A INTEGRAÇÃO NÃO BENEFICIA A TODOS

No entanto, a tendência para a estagnação e crise do processo de integração tem raízes mais profundas. Entre elas, há a considerar que os chamados "benefícios da integração" se distribuíram de forma desigual entre os diferentes países da área, com o consequente benefício pa-

ra alguns países membros e o prejuízo para os restantes. As contradições e desequilíbrios entre a produção agro-exportadora e a indústria altamente protegida geraram conflitos no decorrer das políticas económicas em alguns países, reflectindo, desse modo, antagonismos agudos entre as distintas facções dos blocos no poder. E reflecte a cada vez maior presença das transnacionais em novos campos da actividade económica, como seja a agropecuária.

O capital estrangeiro desfruta de prerrogativas de todo o tipo, incluindo as chamadas "zonas francas", verdadeiros paraísos fiscais. Finalmente, a impossibilidade das instituições burocráticas da integração em elaborar um novo tratado que satisfaça os diferentes países e sectores da classe dominante centro-americana, assim como o investimento estrangeiro, constituem, hoje em dia, as tendências económicas fundamentais da América Central. Incrementando-se as expectativas num projecto que beneficie, primordialmente, as multinacionais em detrimento dos países centro-americanos.

Esta situação no MCC, agravada recentemente por outro conflito entre dois dos seus estados membros, a Costa Rica e a Nicarágua, constitui apenas um perfil da crise. Com efeito, a situação de descontentamento das massas e o acelerado fortalecimento dos movimentos populares e revolucionários reflectem um panorama muito mais complexo, que impede, certamente, qualquer solução formal, como a que poderiam propôr os chamados "técnicos da integração".

INDICADORES DE CONJUNTURA

Durante os anos de 1976 e 1977, as economias centro-americanas registaram alguns índices de crescimento significativos, que longe de reflectirem tendências de desenvolvimento, constituíram saltos casuais. Na prática, foram contrariados por outras tendências negativas, essas, sim, de carácter permanente.

Um dos elementos que suscita optimismo entre os defensores da integração é a evolução do comércio interregional. Com efeito, o volume das transacções comerciais passaram de 125 milhões de dólares em 1955, a 297,5 milhões em 1970, para atingir a cifra de 703,3 milhões em 1977,

a preços correntes. Mas, analisada mais de perto esta situação, ela não parece tão "cor de rosa". Se se considerarem os elevados índices de inflação, chega-se à conclusão que o aumento quantitativo do dito comércio está condicionado em grande medida pelo aumento dos preços, já que a ampliação do mercado interno de cada país se encontra limitada pelas rígidas fronteiras de uma distribuição regressiva e concentrada do rendimento. Em 1970, 61 por cento do rendimento global era absorvido por 20 por cento da população colocada no cume da pirâmide, enquanto 50 por cento da mesma recebia apenas 13 por cento do rendimento total, produzindo-se uma situação ainda mais dramática em alguns países da região onde as desigualdades são ainda mais manifestas (2).

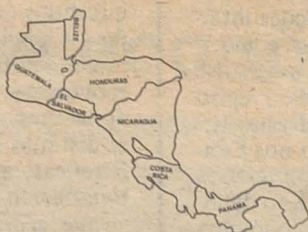
Por outro lado, o comércio entre os países da região centro-americana viu-se reduzir em termos relativos. Assim, de 21,6 por cento que representavam as transacções destes países no auge do MCC em 1974, diminuiu para 19,6 por cento em 1975, para 17,8 por cento em 1976 e 15,6 por cento em 1977. (3).

Há que assinalar também que o incremento do comércio não beneficiou por igual todas as nações "integrantes", já que unicamente a Guatemala apresenta um superavit, em comparação com os outros países que registam um "deficit" nas suas balanças comerciais (4).

OPTIMISMO INJUSTIFICADO

O outro elemento que é maneado oficialmente com optimismo inusitado, é o crescimento do produto regional bruto registado pela América Central em 1976 e 1977. Com efeito, os índices demonstram que para o primeiro dos referidos anos o crescimento foi da ordem dos 6 por cento, enquanto no segundo foi de 7 por cento.

A CEPAL, no estudo a que já fizemos referência (p. 52) assinala que "o valor das exportações de bens e serviços para terceiros países (fora do MCC) atingiu 3998 milhões de pesos centro-americanos". Acrescenta que "todo o incremento foi



originado praticamente na venda de bens, já que os serviços se mantiveram estacionários (...) Esse dinamismo deveu-se essencialmente ao aumento das cotações internacionais do café, que chegou a constituir 55 por cento do total das exportações da região centro-americana "integrada" para o resto do Mundo (...) o que pôs em evidência e extrema dependência da economia da região das vicissitudes do mercado deste só produto".

Como pode comprovar-se, o crescimento não se autogerou por mecanismos próprios das estruturas económicas, mas dependeu exclusivamente de factores conjunturais nos preços de produtos primários de exportação. Da mesma maneira, a captação de excedentes foi conseguida na medida que outros países produtores de café foram vítimas de catástrofes naturais, como as famosas geadas do Brasil. A CEPAL (p. 52) comenta que "o crescimento do volume exportado apenas foi perceptível

Entretanto, os preços internacionais do café, do algodão e do açúcar experimentaram tendências consideráveis para a baixa em 1978, enquanto os da carne permaneceram estacionários até aos primeiros seis meses desse ano, o que voltou a provocar desajustamentos nas economias centro-americanas. No mesmo sentido, as reiteradas agressões da ditadura somozista do território costarriquenho, e o encerramento de fronteiras entre ambos os países alterou o comércio na região, impedindo o trânsito de mercadorias da Costa Rica para o resto da área.

Outros elementos considerados como indícios de progresso para a região são de facto insignificantes, e referem-se essencialmente a acordos, reuniões e medidas de tipo burocrático, que em nada contribuem para a alteração das estruturas económicas, onde se encontra a base da crise.

Pelo contrário, o lado negativo da conjuntura económica tem outros componentes importantes. Entre eles, pode-se mencionar a presença das transnacionais e o seu controlo económico, a dívida externa e o desemprego crónico.

O CAPITALISMO TRANSNACIONAL

Desde a sua fundação que o MCC abriu as portas ao capital transnacional, criando condições óptimas para o seu funcionamento. Com toda uma infra-estrutura física e legal para as suas operações, estas empresas não têm visto quaisquer restrições reguladoras para o investimento estrangeiro. Pelo contrário, existe como que uma disputa entre os governos para ver quem lhes concede maiores concessões fiscais e lhes outorga maior número de privilégios.

Os dados mais recentes assinalam que os investimentos estrangeiros acumulados na América Central passaram de 601 milhões de dólares em 1967, para 960 milhões em 1975, registando no referido período uma taxa anual de crescimento médio de 6 por cento (5). Dos 359 milhões de dólares que entraram como investimento directo entre 1967 e 1975, a Guatemala, a Costa Rica e as Honduras apanharam a maior parte, 114 milhões para cada um dos primeiros e 62 milhões para os terceiros. Inversamente, a El Salvador só couberam 53 milhões e à Nicarágua apenas 17.

Apesar do predomínio do investimento procedente dos "States" ser inconteste, observa-se nos últimos anos um decréscimo relativo da sua parte e uma maior participação de capitais europeus e japoneses, que aumentaram a sua quota de 16,6 por cento em 1967 para 26,7 por cento em 1975.

Em investigação recente constatamos que do total das 609 subsidiárias que operam na região, 82,1 por cento são de origem norte-americana, seguidas por ordem de importância pelas holandesas, inglesas, japonesas, alemãs e canadianas, e em menor grau pelas francesas, suíças e belgas como se pode comprovar no quadro 1. (6)

Este estudo chega à conclusão que os objectivos do investimento estrangeiro na América Central se podem resumir no seguinte: primeiro, satisfazer uma procura manifesta na região de produtos manufacturados, que anteriormente era suprida através de importações directas dos Estados Unidos; segundo, impulsionar a exploração agro-industrial em função da

estratégia traçada pelos Estados Unidos e certos organismos internacionais, no sentido de "especializar" os países centro-americanos como fornecedores de alimentos e contribuir para o controlo das fontes alimentares exercida pelas transnacionais; e, em terceiro lugar, implantar o modelo de subcontratação industrial para a exportação, com o objectivo de explorar a mão-de-obra barata e abundante dos países centro-americanos nas chamadas "zonas francas", que constituem, como foi dito, verdadeiros paraísos fiscais para o investimento estrangeiro.

A DÍVIDA EXTERNA

Muito mais perigoso para a estabilidade das economias da região tem sido o impressionante crescimento da dívida ex-



terna de todos os países da zona, que em 1978 se aproximou dos 5000 milhões de dólares, grande parte dos quais foram contraídos com a banca privada internacional, como é o caso da Nicarágua.

A estrutura da referida dívida pode ser apreciada no seguinte quadro:

América Central: endividamento externo (em milhões de dólares)

País	1977	1978
Guatemala.....	527	669
El Salvador.....	803	899 a)
Honduras.....	688	862
Nicarágua.....	867	907
Costa Rica.....	1395	1632 a)
Total.....	4280	4969

Fonte: Elaborado com base nas informações do CEPAL.

a) Estimado com base na taxa de endividamento do ano anterior.

O crescente problema da dívida externa, o papel predominante que estão a jogar os empréstimos da banca privada internacional e o elevado juro da dívida, geraram um círculo vicioso do qual é cada vez mais difícil sair e que levanta sérios riscos num panorama de crise e de tendência estrutural para a estagnação. Mas o mais dramático de tudo isto centraliza-se na industrialização defendida e aplicada pelo MCC: onde os excedentes obtidos através das exportações de produtos primários financiaram as importações de consumos das transnacionais, assim como uma grande parte do juro da dívida, mediante uma transferência de excedente da agricultura para a indústria

e com o correspondente sacrifício para o desenvolvimento socio-económico.

Este fenómeno, que afecta muitos países em vias de desenvolvimento, foi reconhecido, inclusive, pelo presidente do Banco Mundial, o qual declarou que "o problema essencial destes países é que os recursos utilizados para amortização da dívida externa diminuem os recursos, já de si insuficientes, disponíveis para apoiar os seus esforços de desenvolvimento. É por isso que o problema da dívida está estreitamente vinculado com a necessidade de maiores transferências de recursos reais em termos de concessões" (7).

Pelo lado do emprego a situação não se pode apresentar mais precária. Um dos

América Central: empresas transnacionais

	EUA		Holanda		Inglaterra	
	ET	Subs.	ET	Subs.	ET	Subs.
Guatemala.....	101	159	3	7	4	
El Salvador.....	36	40	3	8	3	
Honduras.....	23	60	2	4	1	
Nicarágua.....	63	70	3	5	5	
Costa Rica.....	139	171	3	5	5	
Total de subsidiárias na América Central.....		500		29		
Percentagem de subsidiárias.....		82,1		4,8		

Fonte: Donald Castillo (1979). Três modelos de penetração das empresas transnacionais na América Central, UNAM.

Elaborado com base nas informações contidas em: Who owns whom: Austrália and Part East (1976); Who owns whom: United Kingdom & Republic of Ireland (1977-78); Who owns whom: Continente Europe (1977);

últimos trabalhos sobre a Integração revela que a taxa de crescimento de emprego atribuível à integração entre 1958 e 1972 foi apenas 10,5 por cento (8), em circunstâncias tais que a taxa de natalidade nesse mesmo período foi superior a 3 por cento.

DESEMPREGO

A taxa média de desemprego urbano nos últimos anos ultrapassa ligeiramente os 20 por cento, registando-se diferenças que vão desde 9,5 por cento na Costa Rica a 45 por cento na Nicarágua. Mais dramática ainda é a situação no campo, onde os camponeses não só carecem de terra e de recursos para a trabalhar, como padecem em maior grau das consequências do atraso e da dependência das estruturas socio-económicas. (9) Um relatório oficial assinala que "informação fragmentada disponível que o sector (agrícola) tem vindo a oferecer insuficientes oportunidades de emprego aos estratos rurais. Estima-se, com efeito, que os níveis de desemprego equivalente (desemprego aberto e subemprego) oscilaram em 1970 entre 58,3 por cento em El Salvador a 14,7 por cento na Costa Rica, o que dá uma média ponderada de 44,4 por cento para a região" (10). Ainda que esta infor-

mação não esteja actualizada, nada indica que a situação tenha melhorado, quer nas cidades quer no campo. Pelo contrário, grande parte da explosiva situação política e social da região está condicionada pelo desemprego, pelas enfermidades e pela fome que padecem as maiorias.

OS PROBLEMAS AGRAVAM-SE

As estatísticas globais das economias centro-americanas indicam que o padrão de desenvolvimento, esboçado e implantado pelas transnacionais e assimilado pelos sectores nacionais vinculados ao investimento estrangeiro, longe de resolver os problemas seculares da região, têm, sim, contribuído para os agravar.

Uma olhada retrospectiva, mostra, de facto, alguns índices positivos nos últimos 20 anos, mas há que admitir que se trata de um avanço lento e relativo, baseado na racionalidade capitalista da obtenção de maiores lucros, em detrimento da economia no seu conjunto e das perspectivas de desenvolvimento futuro. De igual modo como sucede em outras estruturas subdesenvolvidas e que o próprio senhor McNamara, o tal presidente do Banco Mundial, reconhece: "por notável que tenha sido o crescimento económico global atingido pelos países em vias de desenvolvimento nos últimos 25 anos, ele não foi suficientemente eficaz para reduzir a pobreza" (11).

subsidiárias por países de origem e destino

Japão		Alemanha F.		França		Suíça		Canadá		Bélgica-Lux.		TOTAL	
ET	Subs.	ET	Subs.	ET	Subs.	ET	Subs.	ET	Subs.	ET	Subs.	ET	Subs.
4	4	7	7	1	1	1	1	4	4			125	187
5	6	5	6	1	1			2	2			57	67
1	1							4	4	1	1	32	71
1	1	2	2	2	2	2	2	3	4	1	2	82	93
4	5	1	1	2	2			2	2			156	191
	17		16		6		3		16		3	452	609
	2.8		2.6		1.0		0.5		2.6		0.5		100

Europe (1977); Who owns whom: North America (1976-77); Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier I.A.M. (1976); Les cents premiers groupes mondiaux de l'industrie agro-alimentaire (deux tomos), IAM, Montpellier, França; trabalhos de Fred Goff e David de Nacia Tobis; J. J. Muñoz da Costa Rica e outras fontes secundárias.
+ inclui uma ET coreana.



Condições infra-humanas de habitação, saúde...

Os esporádicos “avanços” que os indicadores assinalam foram condicionados por processos de ainda maior aprofundização da miséria. Não se resolveram — antes se agudizaram, — os problemas derivados da dependência econômica, tecnológica, financeira e política. Não se eliminaram os problemas como a marginalização e o desemprego, nem se reduziu significativamente o papel primordial de desenvolvimento que tem a agricultura na América Central. Tão pouco se conseguiu maior autonomia, antes pelo contrário, agravou-se o processo de desnacionalização da economia, aumentando as transnacionais a sua presença, até mesmo no setor pecuário, no que se vislumbra constituir um controle das fontes alimentares por parte das empresas estrangeiras.

A DIALÉTICA DA LIBERTAÇÃO

Muito mais significativos que outros dados macro-econômicos, são os derivados da imensa miséria das massas centro-americanas, como o encarecimento da vi-

da, onde os preços dos produtos básicos se distanciam na proporção de 4 para 1 em relação aos aumentos salariais, o “deficit” de habitações, hospitais, escolas e todo o tipo de serviços necessários à comunidade. Ou a situação particular da maioria dos países em termos de distribuição do rendimento ou da riqueza, como seja o caso das Honduras, onde uma informação oficial revela que “o rendimento monetário, per capita no período de 1970-72 se estima em 506 lempiras anuais (253 dólares)” (12). Por outras palavras, 44,7 por cento da população recebe somente 8,8 por cento do rendimento, enquanto 3,1 por cento da mesma recebe 27,2 por cento. Ou mais graficamente, se se quiser: 80 por cento da população recebe apenas 31 por cento do rendimento, enquanto que os restantes 20 por cento recebe quase 70 por cento do mesmo.

Particularmente dramático é o caso da mortalidade infantil, do analfabetismo, as chagas sociais e a obstrução de todos os caminhos a uma vida digna para as futuras gerações. São dados oficiais, que nem

sempre reflectem com toda a sua crueza a miséria e o sofrimento de milhões de seres humanos, que não têm outro caminho senão lutar por aquilo que lhes é arrebatado. Em todo o caso, não é possível argumentar que os povos centro-americanos estão a lutar incitados pelas "intrigas do comunismo internacional". A trágica realidade da América Central está determinada, em última instância, pela existência de um sistema de dominação imperialista a nível internacional, e pela existência de regimes ditatoriais, carentes do mais elementar sentido da história, dessa história que gera a dialéctica da sua própria libertação.

(1) Nos finais de 1960 foi firmado o Tratado Geral de Integração Económica Centro-Americana pela Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. A Costa Rica aderiu em 1962. O Panamá não toma parte dele.

(2) Para o caso das Honduras, por exemplo, consulte-se: *Resumen del Plan Nacional de Desarrollo 1974-1978*, Secretaría Técnica del Consejo Superior de Planificación Económica, Tegucigalpa, 1973. Este documento refere que "entre os factores que explicam fundamentalmente essa desigual distribuição do rendimento importa destacar em primeiro lugar, a elevada concentração da propriedade rural — 5 por cento das maiores propriedades ocupam 67 por cento das terras disponíveis, — o que conduz à existência de um grande número de famílias camponesas que se desenvolvem apenas a níveis de subsistência..."

(3) CEPAL, a evolução da economia centro-americana em 1977, MEX/78.

(4) CEPAL, *ibid*, pp. 72-73.

(5) CEPAL, *Estudo Económico da América Latina 1977*, Santiago do Chile, 1978.

(6) Donald Castillo, *Três modelos de penetração das empresas transnacionais na América Central*, UNAM, 1979.

(7) Robert McNamara, "Desenvolvimento económico: passado, presente e futuro". Discurso pronunciado nas reuniões do Banco Mundial e do FMI, em Setembro de 1977. Publicado em Per-



spectivas Económicas, N.º 21, Washington, D.C. p. 81.

(8) William Cline e Enrique Delgado, *Economic Integration in Central America*, The Brookings Institution, Washington, D.C. p. 162.

(9) A posse da terra em toda a região expressa contrastes impressionantes. Um relatório oficial assinala que "78 por cento das explorações dispõe de uma área inferior a 7 hectares, o que, em geral, se considera insuficiente para absorver produtivamente a mão-de-obra de uma unidade familiar, ocupando estas explorações 11 por cento da terra arável. Enquanto que as unidades multifamiliares, que contam com uma área superior a 700 hectares representam 0,2 por cento do número total de explorações, mas ocupam 26 por cento da superfície arável". SIEGA/BID/INTAL: *El desarrollo integrado de Centroamérica en la presente década*, tomo 7, p. 65, Buenos Aires, 1973.

(10) *Op. cit.*

(11) Robert McNamara, *ibid*, p. 82.

(12) Honduras: *Resumen del Plan Nacional de Desarrollo 1974-1978*.

AMÉRICA CENTRAL



República da Nicarágua



Capital: Manágua.
Superfície: 130 000 km².
População: 2 310 000 habitantes (1977).
Exportações: algodão, 25 por cento; café, 13 por cento; açúcar, 11 por cento; carne, 7 por cento.
Analfabetismo: 70 por cento (1971).
Médicos: 1 para cada 1538 habitantes.
Governo: general Anastasio Somoza Debayle, presidente.
Forças Armadas: 1200 efectivos; Guardia Nacional: 9500 efectivos.
Gastos em armamento: 28 milhões de dólares (1975).

República de El Salvador



Capital: San Salvador
Superfície: 21 393 km².
População: 4 200 000 habitantes.
Exportações: café, 33 por cento; algodão, 15 por cento; têxteis, 9 por cento; açúcar, 7 por cento.
Analfabetismo: 42,9 por cento (1971).
Médicos: 2,8 por cada 10 000 habitantes.
Governo: coronel Carlos Humberto Romero, presidente.
Forças Armadas: 7130 efectivos; forças paramilitares: 3 mil homens.
Gastos em armamento: 1,6 por cento do PNB (1975).

República da Costa Rica



Capital: San José.
Superfície: 50 900 km².
População: 1 850 000 habitantes.
Exportações: banana, 28 por cento; café, 20 por cento; produtos manufacturados; carne; açúcar.
Analfabetismo: 11,6 por cento (1973).
Médicos: 1 para cada 1538 habitantes.
Governo: Rodrigo Carazo Odio, presidente.
Forças Armadas: não há paramilitares: 5 mil efectivos.
Gastos em armamento: 0,6 por cento do PNB (1975).



República da Guatemala

Capital: Guatemala.
Superfície: 108 889 km².
População: 6 440 000 habitantes (1977).
Exportações: café, 25 por cento; açúcar, 18 por cento; algodão, 11 por cento.
Analfabetismo: 54 por cento (1973).
Médicos: 1 para cada 4347 habitantes.
Governo: general Romeo Lucas García, presidente.
Forças Armadas: 14 270 efectivos; Polícia Nacional: 3 mil efectivos.
Gastos em armamento: 58,5 milhões de dólares.



Belize

Capital: Belmopan.
Superfície: 22 965 km².
População: 153 000 habitantes.
Exportações: açúcar, 48 por cento; madeira, 8 por cento; sumo de laranja, 7 por cento; roupa; frutas; lagosta.
Médicos: 1 para cada 3500 habitantes.
Governo: Peter McEntee, governador geral; George Price, Primeiro-Ministro.
Forças Armadas: milícias voluntárias: 300; polícia: 900; tropas britânicas vigiam a fronteira com a Guatemala



República do Panamá

Capital: Panamá.
Superfície: 77 082 km².
População: 1 770 000 habitantes (1977).
Exportações: derivados do petróleo, 29 por cento; bananas, 27 por cento; camarões, 15 por cento; açúcar, 12 por cento.
Analfabetismo: 2 por cento.
Médicos: 1 para cada 1234 habitantes (1974).
Governo: Aristides Royo, presidente; general Omar Torrijos, comandante da Guarda nacional.
Guardia Nacional: 11 000 efectivos.
Gastos em armamento: 0,8 por cento do PNB (1975).



República das Honduras

Capital: Tegucigalpa.
Superfície: 112 088 km².
População: 4 510 000 habitantes (1977).
Exportações: café, 20 por cento; banana, 16 por cento; madeira, 14 por cento; derivados do petróleo, 6 por cento.
Analfabetismo: 55 por cento (1970).
Médicos: 1 para cada 3333 habitantes.
Governo: Policarpo Paz García, presidente do Triunvirato Militar.
Forças Armadas: 14 200 efectivos paramilitares: 3 mil efectivos.
Gastos em armamento: 31 milhões de dólares (1978).

CONDECA

missão de polícia



Formados, treinados e doutrinados pelos Estados Unidos, os exércitos centro-americanos apoiam-se mutuamente no combate às forças populares

NUMA entrevista radiofônica concedida “algures nas montanhas da Nicarágua”, em Janeiro, o comandante da Frente Norte sandinista, Germán Pomares, confirmou a participação das tropas do CONDECA – Conselho de Defesa Centro-Americano, – ao lado da Guarda Nacional somozista.

Segundo o dirigente guerrilheiro, soldados das

Honduras, El Salvador e Guatemala desembarcaram, por mar e pelo ar, na localidade de Chiriquillo. Nos combates contra os sandinistas, os militares estrangeiros tiveram proporcionalmente mais baixas que a Guarda Nacional, já que “desconhecem o terreno” – explicou Pomares. A Frente Sandinista possui provas irrefutáveis dessa intervenção: documentação

encontrada nas mochilas dos soldados mortos. Estes nem tiveram tempo de trocar as suas *lempiras*, (moeda hondurenha), os *colonos* salvadoreños e os *quetzales* guatemaltecos pelas córdobas nicaragueneses.

A participação de tropas centro-americanas na guerra civil nicaraguense já tinha sido denunciada em Setembro de 1978, durante a insurreição popular afo-



Nicarágua: guerrilheiros sandinistas. Pôco à violência de Somoza e da sua «Guardia»

gada em sangue pelos somozistas. Nesses dias, o Ministro da Defesa e Segurança Pública das Honduras, tenente-coronel Diego Landa Celano, afirmou que uma intervenção do CONDECA na Nicarágua “poderia ser aceite se fosse conveniente à segurança da América Central”. Acrescentou que ela viria na sequência de um pedido for-

mal do governo interessado, ou mesmo contra a vontade deste, “para fazer ver ao general Samóza a necessidade de que o CONDECA intervenha no seu país”.

Menosprezando as “subtilezas” jurídicas (uma intervenção não solicitada, qualquer que seja a forma como se apresenta, é de

facto uma invasão), este tenente-coronel confirmou assim a existência real de uma força centro-americana de intervenção e a disposição dos militares da área em empregá-la — mesmo contra a vontade dos governos membros, — quando “a segurança da América Central” estiver ameaçada.

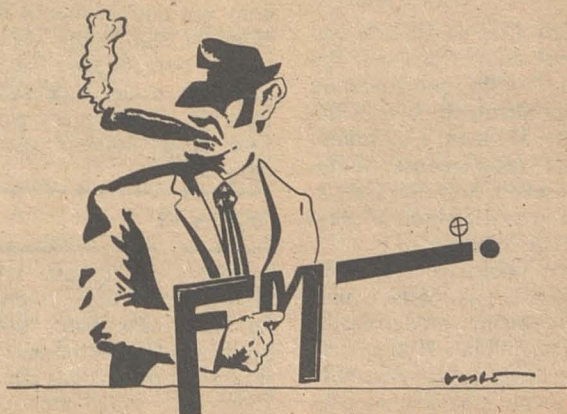
Quem julga a magnitude

há quem não goste de nós...

e você?

Compre
assine
divulgue

cadernos do
terceiro
mundo



dessas ameaças e a forma de enfrentá-las? O Pentágono.

SIPAIOS E "CONSTABULÁRIOS"

O colonialismo britânico deixou lutas lições teóricas e práticas aos estrategas de outros impérios coloniais e neocoloniais. Uma delas foi a tática de substituir parte dos seus contingentes militares nos países colonizados por forças nativas, convenientemente adestradas e doutrinadas na subserviência e na obediência. Assim, na Índia, regimentos inteiros de indianos e bengalis, denominados sipaios, cumpriam a tarefa de combater os contínuos levantamentos insurreccionais e independentistas, reprimindo sob a bandeira da rainha Victória.

Os Estados Unidos fizeram o mesmo na República Dominicana e na Nicarágua, onde, ao retirarem-se após as invasões nas primeiras décadas deste século, deixaram os seus próprios exércitos sipaios, primeiro chamados "constabulary" (nome da instituição norte-americana dos oficiais de justiça) e depois Guardas Nacionais.

Das filas da Guarda Nacional dominicana saiu Rafael Trujillo, que governou despoticamente o país durante 31 anos, e da homónima nicaraguense surgiu Anastasio Somoza García, cuja dinastia ainda assola o país de Sandino.

No início da década de sessenta, essa teoria, convenientemente modernizada, foi estendida a toda a América Latina. Ante o triunfo da revolução cubana e o ascenso das forças nacionalis-



tas em todo o continente, a experiência dos sipaios e dos constabulários foi recriada com a famosa Escola das Américas na Zona do Canal do Panamá e outras academias destinadas ao adestramento de pessoal militar qualificado da América Latina.

A esse respeito, o então secretário de Defesa Robert McNamara afirmou: "A maior retribuição à nossa ajuda militar provém do adestramento de oficiais-chaves escolhidos nas nossas escolas militares (...) Esses estudantes são eleitos pelos seus países para que sejam instrutores quando regressam às suas pátrias. São os futuros líderes (...) Não necessito alongar-me sobre o valor de ter, em posições de liderança, homens com um conhecimento de primeira mão sobre como os norte-americanos fazem as coisas e como pensam. Para nós, não há preço para fazer desses homens nossos amigos".

ÁGUIA VI

Depois do derrube sangrento de Jacobo Arbenz, na Guatemala, estes "amigos" sipaios detinham o poder em quatro das cinco repúblicas centro-americanas: Guatemala, Honduras,

Nicarágua e El Salvador. Nada mais lógico, portanto, que uni-los num organismo de "defesa mútua", sobretudo quando se poderia ocultá-lo sob a capa do sentimento integracionista centro-americano, sempre presente, desde a independência da região.

Assim, a 14 de Dezembro de 1963, os representantes plenipotenciários da Nicarágua, Honduras e Guatemala (El Salvador esteve ausente, e Costa Rica e o Panamá enviaram apenas observadores), concordaram em criar o Conselho de Defesa Centro-Americano para velar "pela segurança colectiva dos Estados participantes". Os Estados Unidos não só supervisionaram e estimularam a criação do CONDECA, como também são membros de pleno direito dele; e, através do Comando Sul — com sede no Panamá, — participam em todos os exercícios e manobras conjuntas.

Catorze destes "jogos de guerra" realizaram-se após a criação do CONDECA. O último deles, denominado "Operação Águia VI" teve lugar na Nicarágua, em Novembro de 1976, com a participação activa dos exércitos da Nicarágua, Guatemala e El Salvador, e com observadores do Panamá, Costa Rica e Honduras. A esquerda nicaraguense denunciou o objectivo antiguerrilheiro dessas manobras e o general Denis McAuliffe, chefe do Southern Command pressionou, sem resultados, os governos do Panamá, da Costa Rica e das Honduras para que tivessem uma participação activa.



CONTRA A "SUBVERSÃO"

O CONDECA nunca teve de actuar contra nenhuma "agressão externa" aos países centro-americanos. Por outro lado, foi totalmente ineficaz para impedir que dois dos seus membros — Honduras e El Salvador, — se guerreassem entre si em 1969.

Como consequência dessa breve "Guerra das Cem Horas", as Honduras distanciou-se do organismo, já que, por razões óbvias de segurança interna, não ia compartilhar os seus planos, acções e logística com um inimigo. (O armistício de 1969 continua vigente, mas o conflito fronteiriço ainda não foi solucionado por um Tratado de Paz definitivo).

Mas acontece que o CONDECA nunca foi, na realidade, um pacto de "defesa", mas sim um de "polícia". O objectivo não é travar uma guerra convencional, mas sim enfrentar os movimentos populares. Isso é claramente evidenciado pelo texto do Tratado de Defesa Centro-Americano — aprovado somente pela metade, — apre-

sentado em 1965. Aí se diz que os membros do CONDECA "estabelecerão e desenvolverão procedimentos e técnicas para a luta contra a subversão e actividades afins, incluindo particularmente a luta contra as guerrilhas", e que "ditar-se-ão as medidas necessárias para impedir a infiltração de elementos comunistas".

É com esse espírito que o actual homem forte das Honduras, o general Policarpo Paz García, abandona a política dos seus antecessores López Arellano e Melgar Castro, em relação ao CONDECA, e propõe a intervenção de organismo na Nicarágua, através das declarações do seu Ministro da Defesa.

MECANISMOS SECRETOS

A rebelião popular na Nicarágua não constitui nenhuma "agressão externa" à América Central. Mas nada poderá impedir que o triunfo sobre Somoza e a sua Guarda Nacional estimule as forças democráticas que, nas Honduras, na Guatemala e em El Salvador, também lutam contra as suas próprias ditaduras

sipaías, e em defesa própria que tais ditaduras correm em auxílio do graduado de West Point que ainda governa a Nicarágua.

Mas os Estados Unidos não podem aparecer publicamente em acções deste tipo, no instante em que a sua política de "direitos humanos" leva-os a tomar distância, e até cortar a assistência militar à Nicarágua. O CONDECA não será oficialmente convocado. Não faz falta. O armamento e o material militar de Somoza estão assegurados através de Israel e de outros aliados de Washington. Os mecanismos "constabulários" estão suficientemente ajustados para poder funcionar sem uma convocatória formal.

Em diferentes pontos do istmo centro-americano, os ditadores reúnem-se em segredo, periodicamente. A imprensa não cobre essas reuniões, nem divulga os comunicados oficiais. Mas os resultados são muito bem conhecidos pelo comandante Pomares, na montanha nicaraguense, onde agora ele enfrenta uma força multinacional nos mesmos terrenos em que se desenrolou a "Operação Águia VI".

HONDURAS

Partido Socialista: «defender a formação da República Centro-Americana»



Na primeira entrevista concedida a um órgão de informação internacional, o secretário-geral do recém criado Partido Socialista hondurenho traça-nos a plataforma política do seu partido e refere-se a diversos temas relacionados com a integração da região centro-americana.

Roberto Bardini

"De todas as repúblicas centro-americanas, as Honduras é a mais desditosa", escreveu há muitos anos o jornalista norte-americano William Krehm no seu já clássico livro *Democracia e Tirania no Caribe*. Noutro parágrafo, acrescentava: "A América Central produz, na realidade, o efeito de uma caricatura, mas as Honduras ainda nos impressionam mais, por ser uma caricatura da própria América Central". A esta não muito favorável caracterização, há que acrescentar a sua estereotipada imagem de "República das bananas", que através do cinema, da literatura e de certas reportagens "especiais", os Estados Unidos difundiram a propósito dos países centro-americanos em geral, e particularmente das Honduras. E como se isto não bastasse, há que acrescentar uma circunstância especial: o isolamento que rodeia toda a actividade política económica, social e cultural da América Central.

No entanto, apesar deste hermetismo "em relação ao exterior" — em que uma grande parte da responsabilidade cabe às agências internacionais de notícias, — a história na região centro-americana não se detém. Pelo contrário, avança, e nalguns casos a passos de gigante — e aí temos o exemplo da Nicarágua, — noutros mais lentamente. Prova do que acabamos de afirmar é a recente formação — precisamente em Dezembro do ano passado, — do Partido Socialista hondurenho.

Na primeira entrevista que esta organização concede a um meio de informação internacional, os Cadernos do Terceiro Mundo dialogaram longamente com o seu máximo dirigente, o economista Marco Virgílio Carias. Dirigente que possui uma já longa trajetória na "militância social", como ele próprio a define. Desde há vários anos tem combinado a docência universitária com a assessoria a ligas camponesas e sindicatos operários, entre os quais o da Standard Fruit Company. Além disso, é co-autor de *A guerra inútil* — análise sobre o conflito que teve lugar em 1969 entre o seu país e o vizinho El Salvador, — e autor de vários trabalhos sobre a integração económica centro-americana; foi, ainda, vice-reitor da Universidade Nacional Autónoma das Honduras, onde, actualmente, desempenha o cargo de Director do Instituto de Investigações Económicas e Sociais.

Como surge, se funda e desenvolve o Partido Socialista?

Nasce, por um lado, de um estudo do desenvolvimento da sociedade hondurenha, e, em particular, das suas condições políticas. As Honduras contavam até há poucos anos apenas com dois partidos políticos: o Nacional e o Liberal, ambos tradicionais e que representam os interesses da

classe dominante e do imperialismo norte-americano no nosso país. A partir de 1950 as Honduras iniciaram de forma acelerada o seu crescimento de tipo capitalista, o que foi alterando as forças produtivas, com o crescimento do número de assalariados e de camponeses sem terras, que, desde 1954, começaram a se organizar. A agudização da problemática

destas classes sociais nos últimos anos fez transbordar os limites das meras reivindicações economicistas, o que leva a que haja um forte desejo por parte dos operários e dos camponeses em participar numa luta política que contemple os seus interesses de classe.

O processo de proletarianização da pequena burguesia e o seu estado de crescente pobreza, por outro lado, leva também esta classe a enquadrar-se já não nos partidos políticos tradicionais, mas em organizações de novo tipo, que estejam mais próximas dos seus interesses económicos e políticos. Tendo em conta esta realidade sócio-política do nosso país, pessoas pertencentes a estas classes e que têm uma trajetória nas lutas operárias, camponesas, estudantis e de professores, reunimo-nos num grupo inicial que — após a discussão de toda a problemática nacional, — veio a formar o Partido Socialista. E, depois, foram-se criando novos grupos em algumas regiões das Honduras.

Qual a origem política dos membros do Partido Socialista? De que forças políticas provêm os seus militantes?

A maioria dos actuais quadros não participou como membro dos partidos políticos existentes; a sua actividade desenvolveu-se mais no seio das lutas sociais. No entanto, há um grupo importante que — para além de ter participado de forma decidida nas lutas sociais, — foram membros da "Democracia Cristã", mas depois de militar alguns poucos anos convenceu-se de que essa organização política não satis-

fazia as suas aspirações quanto ao caminho a seguir para obter a transformação da sociedade hondurenha. No futuro, os militantes hão-de provir dos camponeses, dos operários e da pequena burguesia, que actualmente ou até há bem pouco tempo pertencia a outros partidos, mas que a agudização da luta de classes está a fazer sair dos partidos tradicionais.

SOCIALISMO E REFORMA AGRÁRIA

Quais são as posições que defende o programa do Partido Socialista?

A meta final do nosso partido é a instauração da sociedade socialista. Do ponto de vista político, pretendemos instaurar uma democracia política, económica e social, ou seja, não nos contentamos com uma democracia política de tipo formal. A base de todo o nosso programa é o de uma reforma agrária total e rápida, a ser executada em um ou dois anos, no máximo, e a supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais para o bem-estar



do povo e para se alcançar um desenvolvimento acelerado e independente. Esses meios de produção passarão a pertencer ao povo, que os trabalhará e administrará para seu próprio benefício. Só assim pensamos acabar com a exploração do homem pelo homem nas Honduras. Só assim se converterá numa realidade a possibilidade de construir umas Honduras onde não exista a miséria e o atraso. Um país realmente independente.

O PERIGO DE UM REGIME

Como caracteriza a etapa que atravessa as Honduras neste momento? E o que nos pode dizer da Junta

Militar que governa o país presidida pelo general Policarpo Paz García?

Neste momento, politicamente, as Honduras estão numa encruzilhada. As anunciadas eleições definirão a instauração de um governo de democracia formal — mas mesmo assim democracia, — ou a instauração de um governo de “segurança nacional”. Até agora, tal como se estão a desenvolver os acontecimentos, é esta a variante que tem maiores possibilidades, já que é um grupo do Exército juntamente com um sector importante do Partido Nacional que tem a iniciativa.

Sobre esta situação será decisivo o que venha a ocorrer em El Salvador, na Guatemala e — especialmente, — na Nicarágua. Se o povo triunfar na Nicarágua, derrubando Somoza e o somozismo, a América Central pode vir a tomar um rumo democrático. Se pelo contrário, Somoza — com a ajuda de outros governos da região e do Pentágono norte-americano, — se conseguir aguentar, serão os regimes de “segurança nacional” que prevalecerão, ameaçando ainda a democracia formal costarriquenha.

A actual Junta Militar presidida pelo general Policarpo Paz García é uma etapa no caminho em direcção à instauração de um regime de “segurança nacional”, caminho que se inicia desde a chegada ao poder do general Juan Alberto Melgar Castro. Ela constitui o grupo do Exército da “segurança nacional”, que desde então domina o Conselho Superior das Forças Armadas. Agora pretende alcançar esse ob-

A Junta Militar actualmente no poder nas Honduras. Ao centro o general Policarpo Paz García



Honduras (1900-1978): governos e golpes de Estado

- 1900-1903 Terencio Serra
1903-1907 Manuel Bonilla
(derrubado por uma revolta civil que contou com o apoio do presidente nicaraguense José Santos Zelaya)
1907-1911 Miguel Dávila (obrigado a renunciar)
1911-1912 Francisco Bertrand (obrigado a renunciar)
1912-1913 Manuel Bonilla
1913-1919 Francisco Bertrand (interino: Francisco Bográn)
1919-1924 Rafael López Gutiérrez
(em Fevereiro de 1924, um mês antes de morrer, proclamou-se ditador)
1924-1925 Vicente Tosta
1925-1929 Miguel Paz Barahona (*)
1929-1933 Vicente Mejía Colindres (*)
1933-1949 General Tiburcio Carías Andino
1949-1954 Juan Manuel Cálvez
(durante o seu mandato o território hondurenho serviu de base às tropas que derubaram, em 1954, Jacobo Arbenz, na Guatemala)
1954-1956 Julio Lozano Díaz (**)
1956-1957 Junta Militar
1957-1963 Ramón Villeda Morales (**)
1963-1971 General Oswaldo López Arellano
1971-1972 Ramón Ernesto Cruz (**)
1972-1975 General Oswaldo López Arellano (**)
1975-1978 General Juan Alberto Melgar Castro (**)
1978-? Junta Militar presidida pelo general Policarpo Paz García

(*) Paz Barahona e Mejía Colindres foram os únicos presidentes que concluíram o período constitucional para o qual foram eleitos por votação popular directa, e entregaram o poder a sucessores eleitos de igual maneira.

(**) Derrubado mediante golpe de Estado.

jectivo através das próximas eleições, dando a este regime uma fachada democrática.

1980 E AS ELEIÇÕES

Qual é a atitude do Partido Socialista face às próximas eleições convocadas para 1980?

Dado que o nosso partido apenas se fundou em Dezembro de 1978, não estamos em condições — nem ambicionamos, — participar nas próximas eleições. Pretendemos, sim, participar em todo o processo eleitoral, juntando as nossas forças a todas aquelas de índole democrática que se oponham de forma decidida à fraude eleitoral que está já a ser posta em marcha, e que culminaria precisamente com a vitória do Partido Nacional, que, da Assembleia Constituinte, instauraria um regime de “segurança nacional”.

NACIONALISTAS E LIBERAIS AO SEVIÇO DO IMPERIALISMO

Dentro desse contexto político nacional, como define o Partido Socialista as outras forças historicamente importantes no país, ou seja o Partido Nacional e o Partido Liberal?

O Partido Nacional e o Partido Liberal — já o temos dito, — são organizações políticas da classe dominante e do imperialismo norte-americano. Mais ainda: mantiveram-se atrasados em relação à actual etapa do desenvolvimento capitalista e, por isso, não podem sobreviver muito mais tempo. Representam os sectores mais atrasados da

oligarquia hondurenha, e, por consequência, perderão o apoio da burguesia. Por outro lado, a agudização da luta de classes e a maior consciencialização dos sectores populares em relação à sua problemática e à do país, fá-lo-ão perder esse grande caudal de votos que na actualidade os converte em partidos maioritários.

Recentemente, alguns porta-vozes do Partido Nacional deixaram antever, através de declarações prestadas a jornais locais, que se oporão à legalização do Partido Socialista. Como vêem vocês esta possibilidade, e de que forma pensam ultrapassá-la?

A verdade é que os porta-vozes do Partido Nacional e os agentes da CIA nos meios de comunicação locais pretendem opôr-se à legalização do Partido Socialista, baseando-se na existência de vários artigos das leis hondurenhas que datam de há alguns trinta anos. A primeira luta a travar é, precisamente, que esses artigos sejam revogados, tal como outros de índole antidemocrática, pois consideramos que violam os Direitos Humanos. E sendo o nosso país subscritor da Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas, não têm que existir nas nossas leis artigos como os que invocam os sectores antidemocráticos, e contrários aos interesses das Honduras.

Sabemos que temos de travar uma dura luta para conseguir a legalização do nosso partido, e reconhecemos a existência de grandes obstáculos. E, por outro lado, para nos legalizarmos, não podemos renunciar aos nossos princípios. A derrotarem-se as pretensões do



bilidades de revogar os artigos repressivos contidos nas leis hondurenhas e introduzir outros de conteúdo mais democrático, que permitam a formação de partidos políticos de toda a índole.

REPÚBLICA CENTRO-AMERICANA: UMA ASPIRAÇÃO HISTÓRICA

No vosso programa falam da formação de uma República Centro-Americana, retomando, ao que parece, a antiga aspiração de Francisco Morazán, a quem se lhe pode comparar, sem

sector das Forças Armadas e do Partido Nacional de instaurar um regime de "segurança nacional" e a obter-se uma Assembleia Nacional Constituinte democrática, abrir-se-iam possi-

Os 13 princípios do Partido Socialista

1. Eliminar a exploração do Homem pelo Homem.
2. Criar as condições económicas, sociais e políticas para o estabelecimento e construção do socialismo nas Honduras.
3. Supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais para o desenvolvimento e criação da propriedade social do povo.
4. Garantir a pequena e média propriedade familiar no campo e na cidade.
5. Garantir que a actividade económica permita satisfazer as necessidades do povo e não na acumulação de capitais.
6. A economia obedecerá a uma planificação centralizada, cujos objectivos serão a segurança e o bem-estar de todo o povo, que participará na sua elaboração e discussão, com o fim de assegurar a democracia económica e política.
7. O nosso conceito de liberdade é o do direito do povo a uma vida plena com a capacidade económica para satisfazer as suas necessidades: alimentação, vestuário, habitação... e a oportunidade real para cultivar a mente e desenvolver e afirmar a personalidade.
8. O nosso conceito da democracia é de conteúdo económico, social e político, caracterizado por:
 - O direito dos camponeses à terra.
 - O direito dos operários ao fruto do seu trabalho.
 - O direito das crianças e da juventude à educação.
 - O direito dos doentes à assistência médica e hospitalar.
 - O direito dos jovens ao trabalho.
 - O direito dos estudantes ao ensino livre, experimental e científico.



O direito da mulher à igualdade civil, económica e política.

O direito do ancião a uma velhice segura e digna.

O direito dos intelectuais, artistas e cientistas a lutar com as suas obras por um mundo melhor.

O direito do povo à insurreição para defender por si próprio os seus direitos económicos, sociais e políticos e a um destino melhor.

9. Propugnar pela formação da República Centro-Americana condicionada à vontade dos povos, à execução de uma Reforma Agrária completa e rápida e a uma política para atingir um desenvolvimento económico independente.

SUSTENTAMOS E DEFENDEMOS

10. O direito das Honduras, como nação soberana, de estabelecer o sistema económico e social que mais convenha aos seus interesses.

11. O direito das Honduras a recuperar as riquezas nacionais das mãos estrangeiras que entravam o seu progresso, promovem a intromissão política estrangeira e atenta contra a soberania do nosso povo.

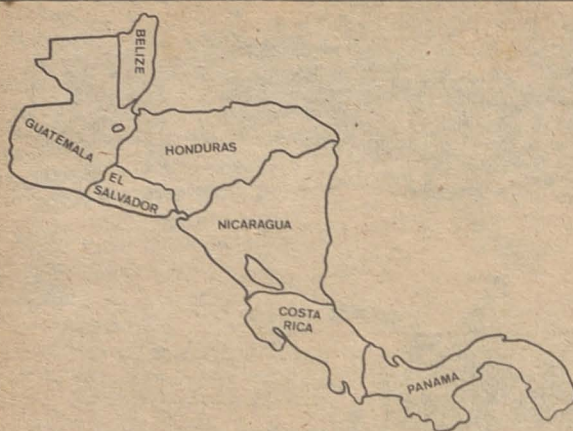
12. O direito do povo das Honduras à solidariedade com os povos do Mundo que lutam pela democracia, pela paz e pela libertação nacional.

13. O direito das Honduras a estabelecer relações diplomáticas, comerciais e de amizade com qualquer país do mundo, independentemente do sistema social e económico que tenham. Partindo do princípio de que o povo hondurenho, à semelhança de todos os povos do Mundo, tem capacidade suficiente para forjar um destino melhor, e de que as Honduras contam com os recursos humanos e naturais suficientes para atingir um desenvolvimento acelerado independente, o nosso objectivo será lutar por uma autêntica democracia económica, política, social e cultural e acelerar o processo irreversível da transformação social em direcção a uma sociedade socialista.

dúvida alguma, outros grandes latino-americanistas, como foram Simon Bolívar e José de San Martín. O que nos pode dizer a esse respeito? Que passos se estão a dar para concretizar esse objectivo? Entrariam nessa grande República Centro-Americana o Belize e o Panamá?

A formação de uma República Centro-Americana é uma aspiração que para o Partido Socialista tem, por assim dizer, uma categoria de princípio. E também para o povo centro-americano tem sido uma aspiração em diferentes momentos da sua história; daí as distintas tentativas que se fizeram ao longo dos anos. Esta aspiração, no entanto, tem no presente duas grandes expressões. Uma delas é a da oligarquia, a outra é a dos sectores populares e que, por isso, nós retomamos.

A oligarquia dos diferentes países centro-americanos vê-a como uma forma de enriquecer, alargando o mercado; daí os afãs pela integração económica cen-



O que hoje se designa por América Central, é um imenso território onde imperou há séculos a civilização maia, e compreende a área do continente americano situado entre o México e a Colômbia que se reparte pelos seguintes países: Honduras, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Belize e Panamá.

Nos tempos em que se produziu a conquista espanhola, os maias — então já em decadência — constituíam uma população de cerca de 2 milhões de habitantes, que se agrupavam em comunidades agrícolas e em centros religiosos urbanos.

Depois da conquista do México, a região foi progressivamente dividida pela Espanha em diferentes províncias, todas elas submetidas às autoridades mexicanas.

A independência de cada um dos países foi alcançada em 1821, como um projecto unionista mexicano que aspirava emancipar e agrupar num só Estado todas as ex-províncias do "Vice-Reinado de Espanha". Porém, a oposição das províncias em unificar-se sob a protecção do antigo centro colonial e a posterior abdicação do imperador mexicano Agustín de Iturbide, em 1823, fez fracassar o plano integrador. As antigas capitanias cindiram-se então, constituindo uma república federativa, as Províncias Unidas do Centro da América, cuja capital se situava na Guatemala. A união viria a dissolver-se em 1839 com o consequente fraccionamento das províncias, que se converteram nos actuais estados da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

Se bem que o Panamá — cuja gesta independentista está ligada à formação da Grande Colômbia, juntamente com o Equador, Venezuela e Colômbia — e o Belize (ainda sob colonização inglesa) não tivessem seguido o mesmo curso histórico da caracterização da América Central como região, eles compartilham, porém, com esses países uma área geográfica e económica comum, à qual e aos quais os seus destinos se encontram profundamente entrelaçados.

tro-americana. Vê-a, também, no sentido de garantir a própria sobrevivência do sistema: isto toma corpo em organizações como o CONDECA (Conselho de Defesa da América Central) e as ajudas que se prestam aos governos militares centro-americanos para liquidar os movimentos populares de cada um dos países da região.

A nossa concepção — que julgamos ajustada às aspirações dos povos, — é a de uma República Centro-Americana que permitiria uma independência autêntica e a formação de uma sociedade de democracia económica, social e política. Sabemos que esta aspiração encontra grandes obstáculos mas, por outro lado, ninguém pode negar os laços que existiram e existem entre os povos da América Central.

Consideramos que, se bem que não exista ainda um autêntico povo centro-americano, os nossos países contam com condições e com uma história que tornam viável esta aspiração para o futuro próximo. O Partido Socialista, ao chegar ao poder, proporia aos povos centro-americanos a formação — por vontade própria e directa deles próprios, — da República Centro-Americana que estaria condicionada à realização de uma reforma agrária rápida e completa, à supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, e ao compromisso de lutar por uma autêntica independência económica e política.

Consideramos firmemente que tanto o Belize como o Panamá, devem fazer parte desta República Centro-Americana.

GUATEMALA

um banho de sangue sem fim



A repressão é brutal, mas os trabalhadores, a Igreja, os estudantes, os camponeses e os intelectuais, clamam contra a injustiça. Num país sem presos políticos, a solidariedade internacional torna-se imprescindível para defender o direito mais elementar do ser humano: a vida.

Edelberto Torres Rivas

É difícil encontrar na história latino-americana uma experiência mais trágica do que a vivida na Guatemala desde há

muitos anos. Quando começou o massacre político? Já muitas vezes se disse que a violência política, aplicada pelas classes domi-

nantes para defenderem os seus privilégios, não tem um zero histórico. Contudo, a última etapa na Guatemala começou em 1954,

com o derrubede Arbenz, ocasião em que os latifundiários expropriados assumiram directamente a acção de vingança contra os camponeses. A violência começou como uma contra-revolução agrária.

Ninguém sabe o número, nem mesmo aproximado, das vítimas que desde então o genocídio político tem provocado. Podem ser trinta ou quarenta mil, nunca se saberá. Como não se sabe, nem se saberá, o nome de muitos deles. Vítimas anónimas de um drama que não provocaram e que certamente também não compreenderam.

O GOVERNO DO GENERAL LUCAS

A 1 de Julho de 1978, tomou posse como presidente da República um novo general. Romeo Lucas não foi eleito, foi nomeado pela Junta de generais do Exército guatemalteco, organismo de cúpula do poder militar e político. Se a História da Guatemala, para ser entendida, deve ser dividida em períodos caracterizados por ondas de terror, o que começa a 1 de Julho provavelmente não terá paralelos no passado.

Em nove meses de governo, a média diária de mortes é de 4,4 pessoas. Mais de 1200 cidadãos assassinados pelo aparelho repressivo do Estado.

No mês de Janeiro deste ano, a matança de guatemaltecos pelo Exército e pela polícia aumentou. Segundo *Inforpress* número 13, na semana de 5 a 10 de Fevereiro, a média diária subiu a 8,0 e apenas em um dia, a 22 de Janeiro, apareceram 17 cadáveres. O De-



partamento de Autópsias do Hospital Central pediu um aumento de verbas para atender o crescente número de autópsias.

Dessa maneira, o poder público, a quem competiria assegurar a ordem interna da sociedade, converte-se aberta e indissimuladamente num instrumento de vingança privada, ao executar uma perseguição político-ideológico que em alguns momentos, como o actual, atinge características de uma cruzada medieval.

Na experiência guatemalteca nada é oculto. É muito menos agora. Durante o governo do general Arana, talvez pelo seu merecido desprestígio como "o pacificador do Oriente" (a primeira zona guerrilheira, em 1968), a repressão ganhou um tom paramilitar, uma forma dissimulada que visava disfarçar a operação de contra-insurreição como "uma guerra entre fracções extremistas". Actualmente, a repressão e o terror são executados directamente pelo Exército e pela polícia. Os últimos crimes, praticados com uma impunidade gritante, bastariam para convencer o mais apolítico dos observadores da crise guatemalteca.

Isso acontece justamente porque o controlo militar sobre a sociedade é total.

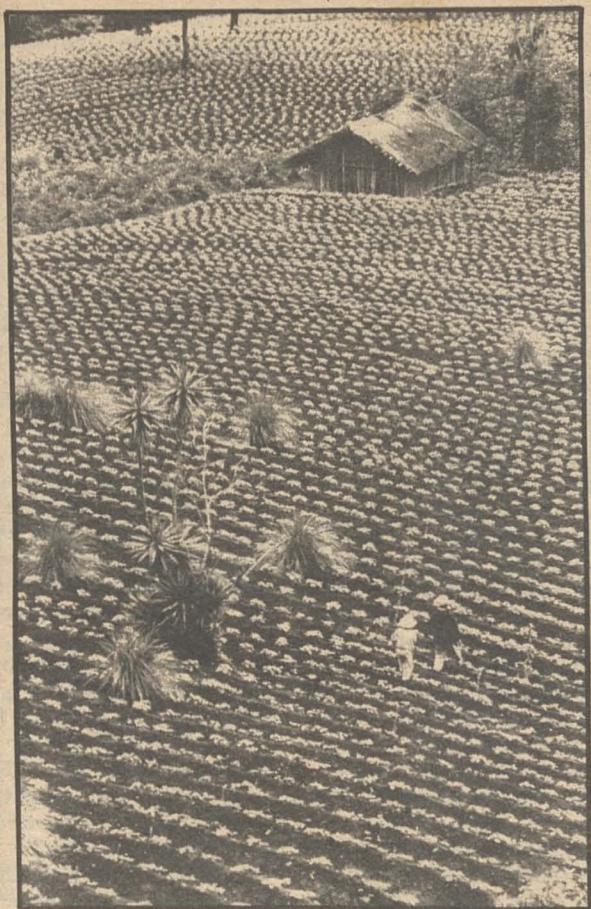
Ou quase total. Vários anos de terror político e de violação sistemática das normas mínimas de convivência humana, fizeram do Exército o árbitro supremo, a última instância do poder. Em tais condições, neste clima totalitário, fascizante, é virtualmente impossível existirem grupos privados organizados para a vendetta anticomunista. Em todo o caso, é inexplícito que, em 20 anos de contra-revolução, não tenha sido detido, julgado e condenado um só dos assassinos direitistas.

O MASSACRE DE PANZÓS

Poucos dias antes da posse do general Lucas, a 29 de Maio, foram assassinados 105 camponeses da região de Panzós.

É certo que às vezes mostra-se demasiado simplista a análise que conclui que o exército é o braço armado da oligarquia. Mas em Panzós não houve lugar a dúvidas. Hoje é conhecido quase na íntegra o nome dos mortos e das 18 famílias "desaparecidas", camponeses indígenas analfabetos, cidadãos humildes secularmente esquecidos, até que, de repente, a terra que possuem se torna valorizada pela penetração do capital.

Hoje já se sabe também que as fossas em que foram deixados os cadáveres tinham sido abertas desde 27 de Maio, dois dias antes do massacre! Sabe-se que os latifundiários Flavio Monzón, Enrique Chiquin, Edwin Bies e outros, acompanhavam a tropa no momento do massacre. Conhecem-se os nomes dos oficiais que dirigiram com dis-



petróleo, cobre, níquel... e massacres

A região de Ixcán, onde vivia o padre Stetter, é a mesma de Panzós, onde morreram mais de cem camponeses. Esta zona tem hoje um valor estratégico e económico de primeira grandeza, pois numa área de uns dois mil quilómetros quadrados apareceu petróleo em quantidades comerciais, descobriram-se e estão a funcionar duas minas de cobre, e, o mais importante, nesta região encontra-se a EXMIBAL, o maior complexo mineiro-industrial de níquel da América Latina.

Esta região constitui um pólo de crescimento económico acelerado, onde o valor das terras aumentou consideravelmente e está a ser construído um oleoduto e uma estrada de mais de 400 quilómetros. Nestas condições, os camponeses são ocupantes pouco desejados pelo grande capital.

ciplina e eficácia essa operação contra vítimas desarmadas.

A brutalidade desta acção foi qualificada pela Amnistia Internacional como o maior genocídio cometido na América Latina na década actual. As explicações do Exército foram primeiro contraditórias, e depois cheias de cinismo. Quando a Cruz Vermelha quis enviar uma delegação à zona do crime, para levar assistência médica, o mesmo Exército impediu-lhe o acesso, da mesma forma que o fez com a imprensa nacional. Dezenas de camponeses, por diferentes vias, chegaram à cidade de Guatemala e informaram da verdade do ocorrido.

A magnitude do crime e a repulsa da opinião pública nacional e internacional, não detiveram a mão homicida nem a ofensiva dos latifundiários. A partir dessa data, o Exército assassinou mais 18 camponeses nas aldeias de Olopa e de Chiquimula; expulsou os camponeses de trinta e três aldeias de Alta Verapaz; detiveram, torturaram e finalmente expulsaram vários habitantes de aldeias a sul de Chimaltenango. Os dirigentes da cooperativa agrícola de Ixcán desapareceram no mês de Novembro de 1978.

GUERRA CIVIL

A repressão praticada pelo Exército e ordenada por um "Estado Maior", onde participa a oligarquia guatemalteca, é sistemática e quotidiana. Contudo, ela assume dimensões de guerra civil, quando o movimento popular, pacífico e legal, recupera energias co-

mo as que demonstrou nos meses de Agosto e Outubro de 1978.

Ao concretizar-se o aumento dos preços no transportes urbanos, o repúdio popular, quase unânime e espontâneo, propiciou a organização de numerosos sindicatos em poucas semanas. Assumiu importância a presença orientadora do Comité Nacional de Unidade Sindical. O desencadear de uma greve geral, na primeira semana de Outubro, e a mobilização espontânea dos moradores da periferia da cidade de Guatemala, deram ao conflito dos transportes urbanos uma dimensão que foi superestimada pela classe patronal.

Só a extensão do movimento sindical, a sua combatividade e, sobretudo, a sua independência e unidade, podem explicar a brutal resposta das classes dominantes. Uma vez mais, o aparelho de Estado se pôs ao serviço directo de tais interesses. Desta vez foi a Polícia Nacional, chefiada pelo turbulento assassino coronel Chupina, que organizou a ofensiva anti-sindical, com os jipes da polícia e a partir dos esquadrões dos seus destacamentos. É do conhecimento público que a polícia, sob orientação do coronel Chupina, organiza um grupo pseudo-militar, o Exército Secreto Anticomunista (ESA).

Como resultado desta reacção patronal, sem dúvida ordenada pela toda-poderosa Confederação das Câmaras de Comércio, Indústria e Finanças (CA-CIF), foram assassinados nos últimos noventa dias: Arnulfo Cifuentes Diaz (líder do Sindicato de Telegrafistas), Miguel Ordoñez



(do sindicato de CAVISA), Miguel Valdez (do Comité Executivo da FASGUA), Pedro Quevedo Guevedo (secretário-geral do Sindicato da Coca-Cola), Ricardo Martinez (do Sindicato do Seguro Social), foi metralhado e ferido o secretário geral da Central Nacional dos Trabalhadores (CNT), Israel Marquez, Mario Mujia Córdoba, o grande líder dos mineiros de Ixtahuacan e mais recentemente, Pedro Ignacio Tobar Guzman, da fábrica Vick.

Nesta mesma ofensiva anti-sindical, foi dissolvido de facto o CNUS (Comité Nacional de Unidade Sindical) e oficialmente o CETE (Conselho de Entidades de Trabalhadores do Estado), organizado em 1976. O CETE chegou a ser o centro da organização da greve. Oito dos seus quadros mais destacados exilaram-se, e Marco Antonio Figueiroa, o secretário-geral, encontra-se asilado na Embaixada da Venezuela, após escapar de vários atentados.

A Escola Sindical, que era dirigida pela Universidade, em colaboração com o CNUS, foi encerrada pelo terror. Assim, foi metralhado o licenciado Santiago López Aguillar, director da

Escola, e ameaçados de morte duas vezes consecutivas vários dos professores. Hoje, muitos deles buscam o caminho do exílio.

A IGREJA CONTRA A INJUSTIÇA

O assassinato que talvez mais tenha afectado os grupos católicos do país foi o do padre Hermógenes López, da paróquia de San José Pinula, que foi metralhado pelo Exército, 48 horas depois de ter tomado a iniciativa, talvez inoportuna, mas não ingénua, de pedir publicamente ao presidente da República que "dissolvesse o actual Exército, porque a sua função sistemática de matar camponeses não se compadece com as altas funções para que foi criado". Um sacerdote rural é possivelmente a única testemunha que pode falar em voz alta. Mas o seu testemunho, de uma indignação cristã ante a injustiça, tornou-o vulnerável. Foi metralhado quando se dirigia para a sua paróquia, uma noite antes do general Lucas ter sido empossado.

A Igreja Católica e diversos grupos cristãos do país já experimentaram, como tantos outros sectores sociais e instituições, o castigo aplicado pelo aparelho de Estado dos patrões, dos latifundiários e dos novos ricos. Sequestram, ferem e assassinam aqueles que têm a coragem de se identificar com os interesses populares. Por isso foi covardemente assassinada, em Huehuetenango, a velha senhora Leticia Chávez de Rodriguez, mãe de um religioso guatemalteco, e foi expulsa da diocese das Verapaces a irmã dominicana Raymunda Alonso Queralt.



O exército onnipotente...

Nos três últimos meses, o Exército reprimiu os catequistas de Chajul, Nebaj, San Juan Cotzal e Uspantán, no norte do Quiché, facto que foi denunciado pela imprensa nacional, e que motivou o protesto de diversas organizações religiosas. O último destes atentados foi sofrido pelo padre Carlos Stetter, de nacionalidade alemã, que trabalhou durante cinco anos na região de Ixcán. Só a intervenção da Embaixada da República Federal Alemã conseguiu impedir o assassinato do padre Stetter, finalmente expulso, sem roupa e obrigado a caminhar a pé até à fronteira com El Salvador.

A UNIVERSIDADE ENSANGUENTADA

Numerosos nomes de professores e estudantes da Universidade de San Carlos povoam as sangrentas listas

do país. Actualmente, as ameaças do ESA (Exército Secreto Anticomunista) dirigem-se especialmente contra o reitor dessa Universidade, Saul Osório, e contra vários integrantes do Conselho Superior Universitário.

A 20 de Outubro, minutos depois do final de uma massiva comemoração de aniversário, foi assassinado por oito agentes da Polícia Nacional o secretário-geral da Associação de Estudantes Universitários, Oliverio Castañeda. O crime foi cometido em condições de culpabilidade, e evidente premeditação, à vista de centenas de pessoas e numa situação de estreita vigilância militar. Os assassinos permitiram-se, com a serenidade que a impunidade oficial outorga, dar um tiro de misericórdia. Era, efectivamente, um condenado à morte. Um jovem que vivia, como o expressara mi-

nutos antes no seu discurso, de frente para a morte. Alguns dias depois foi sequestrado o estudante Antonio Ciani Garcia, que o tinha substituído no cargo. Como sempre acontece, o jovem Ciani Garcia nunca mais voltou ao lar. A maior parte dos integrantes da Federação estudantil teve de se esconder ou rumar para o exílio.

A 27 de Janeiro, foi assassinado o Dr. Alberto Fuentes Mohr, deputado da oposição, social-democrata, ex-ministro e economista conhecido por seus trabalhos sobre o Mercado Comum Centro-Americano. Fuentes Mohr, que trazia sempre vestido um casaco protector anti-bala, foi metralhado no rosto pelos seus assassinos. Quarenta e oito horas depois, os três participantes no crime foram assassinados porque a sua identidade de agentes

da Polícia tinha sido descoberta.

A lista é interminável. No dia 15 de Fevereiro de 1979, foi igualmente metralhado o advogado Manuel Andrade Roca, professor da Escola de Direito e da extinta Escola Sindical da Universidade, onde também funcionava como assessor da Reitoria.

NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS

Não há efectivamente presos políticos na Guatemala. Por isso, o país, massacrado internamente por este castigo interminável, não figura na lista dos países onde os Direitos Huma-



nos não são respeitados. As últimas reuniões internacionais não mencionam a Guatemala, talvez porque o crime político, na sua dimensão atroz, tornou-se um facto quotidiano e, depois de 20 anos, acabou por insensibilizar a opinião pública internacional. Internamente, a sociedade guatemalteca abala-se com

chora, isoladamente, os seus mortos.

De quando em quando, como ondas de indignação que se elevam e se expressam em massa, aparece o protesto, organizado ou não. O último teve lugar em Outubro do ano passado. Bastou a notícia do aumento do preço do serviço público de autocarros urbanos, para que deflagrasse um protesto que nenhuma organização, em particular, dirigiu. Barricadas, incêndios, assaltos, não são explicados senão pela enorme carga de dor e frustração que os baixos salários, a falta de oportunidades e a repressão sistemática provocaram no povo da Guatemala, que continua a luta, mas necessita, mais do que nunca, da solidariedade internacional.



Ninguém sabe
mente o número
vítimas que
genocídio

EL SALVADOR

a insurreição em marcha



A oligarquia e os altos comandos parecem não perceber que estão a enfrentar um movimento de vastas proporções. Sem nenhum vislumbre de democracia, diariamente novos sectores do povo se juntam à rebelião, imbuídos de uma profunda convicção da vitória.

Mario Flores Macal

A principal característica no El Salvador de hoje é a violência. O Estado policial, profundamente repressivo, submergiu a sociedade num caos social de imprevisíveis consequências. Há uma violência ancestral nos grupos dominantes avessos a qualquer mudança, por mínima que seja. Gerou-se, como secura dessa repressão, tão dura como antiga, uma resistência armada, produto da luta desesperada dos sectores oprimidos.

Os laços de união da oligarquia com os seus aliados tradicionais, a Igreja e até o Exército, debilitaram-se de forma irreversível, sobretudo com a primeira. A Igreja Metropolitana de São Salvador disse "basta!!" ao sistema de opróbrio e de reclusão colectiva em que o povo é mantido; e começaram a aparecer sinais de descontentamento entre oficiais jovens e as chamadas "classes" (soldados) dos regimentos do país.

"RENOVAR-SE OU MORRER"

O Exército cumpriu o seu papel de garante da ordem pública. Os seus chefes, presidentes ou caudilhos, já não o são no sentido pessoal, como foi o caso do general Maximiliano Hernández Martínez, presidente que governou durante treze anos (1932-44), após derrubar o engenheiro Arturo Araujo, último presidente civil de El Salvador.

Agora são assembleias de oficiais, a "élite" de turno, que se encarrega de tomar as grandes decisões, quase sempre sob influência da oligarquia. Fissuras internas surgiram, habitualmente em razão de divergências



sobre métodos de governo, planos de desenvolvimento a curto e médio prazo, distribuição do orçamento, nomeação de executivos nos gabinetes públicos, etc.

Se algumas medidas sociais ou paliativas, nesse mar sem fundo que é a dramática vida do camponês salvadorenho, foram tomadas, foram devidas a iniciativas "bonapartistas" de alguns comandos militares.

A verdade é que a "ditadura militar" foi um produto não da vontade da oligarquia "feudal", mas, em grande parte, da sua própria incapacidade para governar.

O massacre de mais de vinte mil camponeses em 1932, e o fuzilamento dos seus líderes, entre eles Farabundo Martí, mostraram aos militares que o país só tem dois caminhos: renovar-se ou morrer. Por isso houve tentativas de modernizar o Estado em 1932 e principalmente na década de 1950-60 e anos 61-62, período do pós-guerra que converteu a camada industrial em agente do sistema capitalista internacional.

Mas na alternativa "renovar-se ou morrer", pesaram mais os interesses criados na oligarquia e no sector tradicional do Exército, contra as tentativas do

próprios Estados Unidos, que estimularam alguns projectos sociais para modificar a actual correlação de forças e abrir algumas válvulas na panela de pressão a ferver. Isso se viu claramente com o projecto de transformação agrária empreendido em 1977, pelo então presidente Arturo Armando Molina.

Para muitos jovens militares está claro que há uma violência estrutural no país, o que deu lugar a uma reacção de ódio e ressentimento do povo contra o sector dominante e o seu principal sustentáculo, o Exército. Sentem que o conflito social está latente na vida do salvadorenho de todas as classes sociais e que se manifesta de forma vilenta. O salário injusto, o desprezo da oligarquia pelos humildes submetidos e as políticas repressivas extremamente drásticas, geram uma batalha sórdida, diária e insofismável.

Do total da população economicamente activa no campo, apenas 37 por cento encontrava-se ocupada permanentemente em 1975, 14 por cento tinha trabalho por períodos de nove meses, 16 por cento apenas durante 6 meses, e 30 por cento só encontrava emprego apenas na época das colheitas, dois ou três meses. Esta realidade social traduz-se em desengano e frustração.

Os ricos tornam-se mais ricos e os pobres mais pobres. Os multimilionários e os multimiseráveis, como todo o salvadorenho menor de 50 anos de idade, não sabem o que são eleições livres. As eleições são escaimotadas pelo partido oficial e nenhuma oposição é



capaz de alterar as regras do jogo, onde os "coronéis" e a oligarquia repartem o saque sem nenhum escrúpulo.

Apenas a Igreja deu sinal evidentes de oposição ao binómio Exército-oligarquia, e a sua contribuição foi significativa na consciencialização de amplos sectores rurais. Em troca, os sintomas de descontentamento de jovens oficiais do exército, embora perceptíveis, ainda não tiveram manifestações precisas.

"INSURREIÇÃO CATÓLICA"

Na década dos anos vinte, a mobilização camponesa tomou uma força formi-

dável, que teve a sua expressão mais alta no levantamento de 1932. Esmagado cruelmente o movimento pela oligarquia e o "seu" Exército, espalhou-se um pânico colectivo que se projectou pelo espaço de quarenta anos.

Actualmente nega-se a sindicalização no campo. E os sucessivos governos oligarco-militares montaram um vasto exército paramilitar chamado ORDEN (Organização Democrática Nacionalista) de inspiração fascista, que aglutina oitenta mil reservistas do Exército, assassinos e verdugos, dispostos a consumir qualquer crime contra os seus irmãos camponeses. Apesar disso, o sistema é corroído

pela presença de novas organizações rurais não controladas pelo aparelho estatal.

Nos últimos dez anos, surgiram associações camponesas impulsionadas pela Igreja, pelos trabalhadores, e até mesmo pela AID (Agência Interamericana de Desenvolvimento). Encontramos assim a União Comunal Salvadorenha (UCS), que conta com o apoio governamental, a Federação dos Camponeses Salvadorenhos (FECCAS), a União dos Trabalhadores do Campo (UTC) e a Associação dos Trabalhadores Agropecuários e Camponeses de El Salvador (ATA-CES).

O sector dominante sen-

te que o controlo do camponês se lhe escapa das mãos, e isto provocou novas políticas repressivas, cujo principal castigo recaiu na FECCAS e nos seus dirigentes católicos, os jesuítas, muitos dos quais foram assassinados, perseguidos e expatriados.

Em não poucas ocasiões, o Nuncio Papal e os latifundiários pediram a cabeça mais visível da "insurreição católica": o arcebispo de São Salvador, monsenhor Oscar Romero y Galdámez.

Este converteu o seu púlpito numa contínua pregação contra as injustiças consagradas pelo sistema. As suas homílias na catedral metropolitana são escutadas por milhares de salvadorenhos que o consideram como o seu verdadeiro pastor. Quando da sua designação para arcebispo, em 1977, a oligarquia e os altos comandos do Exército acreditaram que ele seria "manipulável" como outros vigários, mas a sua firme atitude alcançou repercussão nacional e internacional.

Recentemente, monsenhor Romero foi indicado pelo parlamento britânico, e em seguida pelo senado norte-americano, para o Prémio Nobel da Paz de 1979. A posição de monsenhor Romero conta com o apoio do jovem grupo da Igreja salvadorenha e dos intelectuais, sectores médios, partidos políticos da oposição e das cada vez mais importantes organizações insurreccionais.

Os sermões de Monsenhor Romero denunciam a excessiva centralização política do regime imperante e a sua política repressiva. As suas mensagens têm um



sentido humanista, sobretudo quando pede a liberdade dos presos políticos (que são mais de duzentos), o esclarecimento sobre os "desaparecidos" (outras centenas) e exige que se proceda à demolição dos calabouços políticos nos corpos de segurança. Nem as ameaças de morte, nem os subsequentes assassinatos de sacerdotes e assaltos a confrarias e locais de catecismo, foram suficientes para impedir monsenhor Romero de continuar a sua ousada e irreversível missão apostólica.

O governo, através das suas organizações, as poderosas entidades FARO (Frente Agropecuária Oriental) e ANEP (Associação Nacional da Empresa Privada), que aglutinam o sector latifundiário e industrial (amalgamados em El Salvador), iniciou uma campanha para derrubar monsenhor Romero do arcebispado. Nesta campanha colaboraram visivelmente o nuncio apostólico Emmanuel Gerada, o cardeal Cesariego (uma espécie de Rasputin na corte dos militares salvadorenhos e guatemaltecos), e o bispo castrense de São Miguel.

Isso confirma a tese de que em El Salvador há uma Igreja contestatária, que anseia pela libertação do

povo, apoiada pela maioria do clero jovem e do povo em geral. Mas a burguesia crioula promoveu o cisma da Igreja com a hierarquia purpurada defensora dos seus privilégios insolentes e insultantes.

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O regime salvadorenho sentiu-se acossado pela campanha dos Direitos Humanos que, dentro e fora do país, tanto a Igreja como os exilados políticos promoveram com ampla repercussão. Entre estes últimos, Fábio Castillo Figueroa, ex-membro da Junta de Governo Revolucionário que governou o país no fugaz período de 1961-62, assim como o engenheiro Napoleón Duarte, candidato vencedor das eleições presidenciais de 1972, ambos exilados (na Costa Rica e Venezuela), realizaram amplas campanhas de divulgação condenando o regime salvadorenho pela sua política repressiva.

A Amnistia Internacional, o Centro Regional de Informações Ecuménico e, mais recentemente, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), condenaram claramente o regime militar de El Salvador, por sua "comprovada violação dos Direitos Humanos".

A resposta do actual presidente da República de El Salvador, general Carlos Humberto Romero, que governa desde 1977, após escandalosa fraude eleitoral, foi vetar a amnistia para os exilados políticos

(que foram condenados ao ostracismo por toda a vida) e aumentar a perseguição à Igreja, à guerrilha urbana e às suas supostas organizações de "fachada".

Por tudo isso, a resposta da guerrilha urbana fez-se sentir com mais audácia e insistência, ocupando o espaço dos líderes e partidos de oposição, graças à sua organização e capacidade de incidir sobre as grandes massas populares, na hora de responder à repressão.

OS PARTIDOS

Os partidos da oposição, o Demócrata Cristão e o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), de tendência social-democrata, e a União Democrática Nacionalista (influenciada pelo Partido Comunista), mantiveram uma aliança política chamada União Nacional Opositora (UNO).

A sua tese geral poderia situar-se no que chamaríamos de "reformismo radical", após estudar as suas respectivas plataformas políticas. Não pretendem a destruição do Estado com base nas realidades actuais e nas tendências progressistas nacionais. O seu ênfase no sentido de que "dentro das normas constitucionais bem cumpridas, podem-se conseguir um estado social justo, livre e soberano", implica uma concepção política diferente da assumida pelos grupos guerrilheiros.

Na verdade, a UNO não oferecia um perigo maior aos sectores dominantes de El Salvador. Nas últimas eleições de 1977, a UNO apresentou o coronel Ernesto Claramount e o dr. José A. Morales Ehrlich, para presidente e vice. Ambos mobilizaram grandes

O presidente, general Carlos Humberto Romero



sectores sociais e tem-se como certo que a sua vitória foi escamoteada pela oligarquia e altos comandos militares que instalaram no poder o actual presidente, o general Romero.

A UNO defendeu a reorientação do papel do Estado, fortalecê-lo política e economicamente, para convertê-lo numa sólida base capaz de pôr em marcha um processo de desenvolvimento socio-económico acelerado e auto-suficiente, em que participariam todos os sectores sociais do país; reconheceu no seu programa a função social da propriedade e da empresa privada, admitiu, no entanto, certas restrições ao capital estrangeiro.

Mas o que assustou a oligarquia, nesse mesmo programa, foi que tanto Claramount quanto Morales Ehrlich propunham realizar uma verdadeira reforma agrária, que consistiria em modernizar a estrutura da

posse da terra, a fim de dar um maior dinamismo à produção agrícola. Para isso, argumentaram, seria indispensável organizar os assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores, como forma de garantir a sua participação na reforma.

Não é preciso esclarecer que hoje ambos os dirigentes políticos estão no exílio, como todos os anteriores candidatos que ousaram pôr em questão o problema da terra, verdadeiro "tabu" para os donos absolutos de El Salvador. Como era de se esperar, o partido do governo, Conciliação Nacional, "ganhou" as eleições, autoproclamou-se vitorioso, e agora domina unipartidariamente todos os mecanismos do poder.

Não há uma efectiva representação proporcional, não existe participação no Conselho Central de Eleições (onde só há representantes oficiais), e o Supre-

mo Tribunal de Justiça e mesmo entidades autónomas e cargos médios e altos da burocracia são ocupados por funcionários de confiança da oligarquia e do Exército. O diálogo está rompido e a oposição legal não tem oportunidade nem sequer de ser escutada, muito menos de ser levada em conta nos projectos ou programas de carácter público.

A imprensa é controlada pelo governo, e as universidades são contidas pela falta de subsídio (caso da Universidade Católica) ou simplesmente intervencionadas, caso da Universidade Nacional, quando os militares o consideram necessário.

A INSURREIÇÃO ARMADA

Se os principais líderes opositores estão no exílio, ou a sua missão se vê frustrada pela impossibilidade de eleições livres, já que o regime não oferece nenhuma abertura, não há maneira de canalizar uma função política participativa que permita o cumprimento dos postulados essenciais da Constituição Política. Esta foi de facto abolida e o sistema institucional não vigora. O Estado adquiriu níveis de centralização inusitados. Tende a legalizar a arbitrariedade, sob pretexto de um estado de subversão permanente, ou de que se está em presença de uma "guerra civil".

O congresso unipartidário emitiu a chamada "Lei de Defesa da Ordem Pública", que as associações de advogados do país qualificaram de "monstruosidade jurídica", porque legaliza a arbitrariedade, viola os



princípios mais elementares do direito processual penal, instaura procedimentos "ad hoc", com a eliminação do júri para os réus políticos, etc.

Por não encontrar canais políticos adequados para expressar-se e tentar reorientar o curso dos acontecimentos, o descontentamento popular canalizou-se para os movimentos guerrilheiros urbanos. Estes não são novos. Remontam ao ano de 1970, quando uma facção do Partido Comunista Salvadorenho cindiu-se e fundou as chamadas Forças Populares de Libertação (FPL), organização político-militar que escolheu a via insurrecional, por considerar fechadas todas as possibilidades democráticas e parlamentares.

Esta tendência, débil ao princípio, não só encontrou eco em associações tão fundamentais da vida nacional como o dos educadores (Associação Nacional de Educadores Salvadorenhos, ANDES), como também criou flexíveis e dinâmicas frentes amplas e populares, que lhe permitiram canalizar as suas mensagens políticas e ligar-se assim aos sectores médios e baixos da população, onde se encontra a sua principal

fonte de crescimento.

Apareceu também na cena política o Exército Revolucionário do Povo (ERP), que efectuou alguns sequestros para depois exigir a libertação dos réus políticos, com o que também mina o sistema.

Como a cisão do grupo anterior, fundou-se mais recentemente as chamadas FARN (Forças Armadas da Resistência Nacional), organização guerrilheira que intensificou as operações antigovernamentais e anti-oligárquicas nos últimos tempos, com um êxito sem precedentes na história da guerrilha urbana do continente. Os seus sequestros de personalidades da oligarquia (fazendeiros ou empresários), assim como de funcionários das companhias transnacionais que operam no país (de capital israelita, japonês ou britânico, entre outros), foram utilizados para satisfação de reivindicações políticas e económicas, com destaque para duas delas: a libertação dos réus políticos e a divulgação de denúncias contra o regime salvadorenho, devido à sua reiterada violação dos Direitos Humanos.

DEBILIDADE DA OPOSIÇÃO

Até ao momento, as medidas de contra-insurreição e os métodos dissuasivos empregados pelo aparato de segurança do Estado, foram totalmente incapazes de controlar e infiltrar os diferentes grupos guerrilheiros. Estes, em maior ou menor medida, contam com o apoio popular, o que faz com que os interrogatórios para chegar aos

guerrilheiros, cúmplices ou encobridores, não tenha grandes resultados. A população civil ri dos fracassos dos organismos policiais, da sua incapacidade de desbaratar a organização guerrilheira. Os orçamentos do Ministério da Defesa e da Segurança Pública foram aumentados em 1979, em detrimento dos correspondentes à Educação e Assistência Social.

A polarização da luta em El Salvador chegou a tal extremo, que a via violenta escolhida pelos grupos guerrilheiros não apenas goza da simpatia entre a juventude, do campo e da cidade, como causou impacto no país inteiro, e criou ao seu redor uma mística nacional.

Apesar disso, critica-se nos diversos grupos guerrilheiros a sua pouca capacidade para concretizar alianças políticas e militares, ou planos de acção conjuntos, o que joga contra a sua própria vitalidade a nível nacional.

A disputa ideológica, as cisões e ataques mútuos contrastam com a coesão do eixo oligarco-governamental. Outra debilidade que se lhes assinala na dinâmica da guerrilha, é a sua não ligação às massas de forma organizada e coerente. Há falta de articulação orgânica com os diferentes sectores populares.

Mas é o "hegemonismo", como pretensão do monopólio da verdade política, o que mais fragmenta o movimento insurreccional. O fogo dos seus panfletos e folhetos, e das suas duras críticas, não se dirige apenas ao governo, mas também aos partidos da oposição, principalmente ao Par-



Tal como Sandino na Nicarágua, Farabundo Martí é bandeira na luta que o povo salvadorenho trava hoje

tido Comunista Salvadorenho, que continua a cumprir o seu papel de organizador social, na clandestinidade, actuando não só no plano ideológico, como no social e nas lutas sindicais. Às vezes, essa crítica é mais destruidora contra os possíveis aliados, do que contra o inimigo principal, o sector dominante e o imperialismo.

A LUTA NÃO SERÁ EM VÃO

Por seu lado, o movimento sindical chegou ao seu ponto mais alto de ebulição: as principais organizações operárias são três: Central Unitária Sindical Salvadorenha, antes conhecida como Federação Unitária Sindical Salvadorenha (FUUS), influenciada pelo Partido Comunista; a Confederação Geral de Sindicatos (GGS), uma espécie de apêndice dos organismos governamentais (Ministério do Trabalho); e a ORIT, a Fesincontrans, a Fetras, o Sindicato da Construção (um dos maiores do país) e outros, que realizam as

suas actividades no campo da reivindicação laboral.

Seria uma grave omissão não manifestar o papel histórico jogado pelos sindicatos na presente etapa de polarização política que vive o país. Os dirigentes sindicais independentes, não vendidos ao governo, foram as principais vítimas da repressão.

Por outro lado, o mais grave para a oligarquia e o alto comando do Exército, é não se dar conta de que está frente a um movimento insurreccional de vastas proporções, que dispõe de recursos ilimitados para enfrentá-los.

Ficou demonstrado nos últimos dois anos que esse movimento insurreccional conta com uma grande capacidade criadora nos golpes assestados, e, o que é mais importante, é impulsionado pela convicção de que o sangue e o sacrifício da sua luta não é em vão, pois crê no triunfo revolucionário e na possibilidade de destruir o inimigo e os seus aliados internos e externos. Os grupos guerrilheiros contam com organizações férreas que adquirem vigor e persistência, apesar da luta interna de tipo ideológico.

O grave, pois, para a oligarquia e o seu exército de ocupação neste país denominado de "Pequeno Pógar da América" é que eles fecharam toda a possibilidade de luta democrática, legal e pacífica. A vida insurreccional foi justificada pelos próprios sectores dominantes. A ausência de alternativas políticas é uma responsabilidade totalmente sua.

cadernos do
terceiro
mundo

AMERICA LATINA

ARGENTINA às ordens da Trilateral!



A economia estagna em profunda crise, provocada por uma política oficial que privilegia a produção agrária e despreza a indústria.

Política que não é argentina, tem origem antes nas ordens da Trilateral, que inspira a Junta Militar de Videla.

Pablo Piacentini

Empurrada pela dura mão do governo militar, a economia argentina está transformando a sua estrutura produtiva. Mas não se trata de uma marcha para o futuro, e sim ao passado: o modelo económico impulsionado pelo governo presidido pelo general Jorge Rafael Videla, desde a sua instalação em 24 de Março de 1976, consiste com efeito em dismantlar boa parte do aparelho industrial do país, a fim de inseri-lo na economia transnacional como um eficiente produtor agrário.

Tal foi o modelo que no século XIX impôs à Argentina o Império Britânico, e do qual esse país sul-americano começou a se libertar a partir da Segunda Guerra Mundial, através do governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), de orientação nacionalista e populista. Agora é a Comissão Trilateral, presidida pelo banqueiro norte-americano David Rockefeller que propicia o retorno a um modelo que atribui à Argentina o papel de produtor agrário, em prejuízo da sua vocação industrial.

A política seguida, que tem como seu maior expositor e executor a José Martínez de Hoz, um poderoso empresário associado a corporações norte-americanas, e que Videla designou Ministro da Economia, mergulhou em profunda crise o sector industrial.

O ramo automobilístico, considerado outrora uma das indústrias de ponta, acha-se hoje em situação desesperante, enquanto as fábricas de motores e de peças vão à falência, ou se vêem obrigadas a uma redução radical das suas actividades, como consequência da políti-

ca económica executada dentro do país.

E o governo, no que se calcula ser o golpe de misericórdia para o ramo, abre a porta — fechada cerca de um quarto de século, — à importação de veículos estrangeiros.

Vejamos o que sucede na prática a essa indústria, como exemplo de um programa global. Em 1978 deixou de operar no país, onde actuava há 45 anos, a General Motors, dismantlouse parte da Fiat, a Chrysler ofereceu a metade das suas acções aos seus credores e concessionários, enquanto se fala de um encerramento parcial da Citroen, e de grandes mudanças na programação da Mercedes-Benz e da Scania, que fabricam camiões.

Tal era o panorama, quando em fins de Fevereiro começou a importação de automóveis, tomando a dianteira a firma francesa Citroen. Esta actividade produziu-se ao abrigo de uma "Reforma Fiscal" ditada pelo governo militar, em virtude da qual baixam-se os direitos aduaneiros de importação.

Com uma grande campanha publicitária, a Citroen oferece hoje aos argentinos o seu modelo "GS PALAS", ao preço de 19 000 dólares.

Na opinião do governo, este e os demais preços das viaturas estrangeiras — determinados pelo actual nível dos direitos alfandegários, — "não vão competir com os de produção nacional".

Se assim fosse, isto queria dizer que empresas como a Citroen chegariam à Argentina com a intenção de mera exibição, quando pelo contrário, uma análise

correcta, mostra que a importação de motores auto está sendo feita sob o critério estreito de concorrência no mercado.

De facto, um Ford Falcon produzido actualmente na Argentina (modelo que compete na faixa do GS Palas), é oferecido ao público por uns 15 000 dólares, mas o GS Palas, importado, traz uma série de acessórios que, colocados no Falcon o aproxima daquela preço.

Para a Citroen, isso é parte de um processo, segundo o qual reorganizará sua produção na Argentina. Se como se crê, além de importar certos modelos, passar a montar com peças importadas, outros veículos que deixou de fabricar, estes terão reduzidos os seus preços finais na ordem de uns 15 por cento. Por essa via — importação e montagem, — começa-se a delinear um processo de aguda competição externa contra a indústria nacional. Um dos defeitos mais graves dessa tendência estimulada pelo governo será a redução de emprego, e a falta de trabalho.

A política de substituição de importações, que se deu na Argentina de uma maneira acelerada, a partir do governo de Arturo Frondizi (1958-1963), produziu um acelerado crescimento industrial. Mas este teve como signo a entrada das transnacionais no país, seguindo o esquema então imposto ao Terceiro Mundo. As metrópoles capitalistas, deixando de lado uma política preferencial de exportações directas, passou à instalação de filiais das empresas transnacionais in loco, com o fim de observar os mercados

nacionais directamente do interior. Esta política chegou ao esgotamento e fazem-se necessários reajustes, sempre ditados pelos centros da economia capitalista.

O reajuste, no caso argentino, apresenta um custo muito alto, e desde Março de 1976 a produção industrial retrocede. O receso deste sector durante o ano de 1978, significou uma queda de 7 por cento no produto bruto industrial, índice justamente catalogado como "catastrófico". Isto acontece em um dos países do Terceiro Mundo que, pela razão de ter alcançado um desenvolvimento intermédio, conseguiu há bastante tempo um equilíbrio entre a indústria e a agricultura.

De facto, o produto industrial era o dobro do produto agrário, não obstante ser a Argentina uma grande provedora de carnes e cereais. E esse desenvolvimento equilibrado é o que a política oficial combate.

Os industriais do sector metal-mecânico são os mais afectados, como demonstra o que sucedeu com um dos seus ramos, o automotriz. Martínez de Hoz e sua equipa asseguraram que a política económica em geral, e em particular a regorma alfandegária, são de natureza transitória. O que se procura — dizem, — é eliminar uma protecção a cuja sombra a indústria argentina se tornou ineficiente, que a competição estrangeira combaterá as indústrias ineficientes e de custos elevados, mas deixará em pé aquelas que são eficientes. Trata-se, pois, somente de aplicar as leis do mercado para reor-

ganizar e tornar "mais sã" a indústria nacional.

Este raciocínio de corte liberal — ou melhor, ultraliberal, — é contestado pelos industriais, que assinalam que a programação de Martínez de Hoz não é transitória, e sim que tende a estabelecer "critérios de acção definitivos" e que estes são deliberados. Não é questão de ineficiência-comparada da indústria nacional, acrescentam, mas a sua sobrevivência.

Segundo os industriais, está em aplicação uma política oficial que os impede de participar na eficaz concorrência que o governo diz propiciar. Queixam-se, como em todas as "economias de livre-empresa", da inflação, da exagerada pressão dos impostos, do grande custo das cargas financeiras e dos serviços nacionais.

Mas na Argentina a inflação chegou a níveis recordes: só nos primeiros meses de 1979, registaram-se 20 por cento de inflação.

Outro dos factores denunciados, é o baixo custo relativo do dólar. Os industriais tomam como exemplo dessa tendência o sucedido em Janeiro, quando o dólar aumentou em 5,2 por cento, enquanto os preços dos armazenistas cresceram em 9,9 por cento, e os preços para o consumidor, em 12,8 por cento.

Esta política, mediante o acionar de uma série de mecanismos estatais, está subsidiando a importação, e arruinando as empresas nacionais. Nesse quadro, a recessão, causada por uma redução brusca do mercado interno, e a baixa protecção aduaneira, são parte de uma política económica muito precisa, que procura

uma nova e menor dimensão para a indústria nacional, e uma privilegiada situação para a agricultura, provedora das exportações tradicionais argentinas, que neste período tem marcado uma contínua ascensão.

Os efeitos sociais foram tremendos. Podem ser deduzidos de uma redução de 60 por cento do salário real. Prejudica-se assim gravemente as camadas baixas e médias, e, no entanto, favorece-se o mundo das finanças e a dos grandes latifundiários (Martínez de Hoz também é latifundiário).

Produziu-se uma notável diferença salarial, e enquanto o grosso da população diminui o seu nível de consumo, as classes médias altas para cima excedem-se nos níveis de consumo sumamente sofisticados. Daí que entrem em crises as indústrias nacionais — pela vertical queda na procura de seus produtos, enquanto o consumo de bens primários ou indispensáveis, se retrai em menor medida, — e que prospere a importação de produtos "refinados", aos quais só a minoria da população pode aspirar e ter acesso.

O extremo liberalismo económico praticado na Argentina tem a sua "contrapartida" no autoritarismo político exercido pela Junta Militar. Sem a brutal repressão mantida pelo regime contra a actividade sindical, assim como contra toda a forma de expressão opositora (as greves estão proibidas, os partidos políticos fora da lei, etc.), este governo detestado pelo povo não existiria.

Se este governo é repellido pelas grandes maiorias, se inclusive os empresários



nacionais denunciam que está afectando os interesses nacionais e privilegiando a concorrência estrangeira, tornando ainda mais dependente a economia argentina, caberia perguntar-se de onde provem a sua inspiração. Não pode ser argentina, já que este programa é contrário à sua libertação económica e à industrialização, como meio de alcançar um desenvolvimento económico harmónico.

Responde Luis Garcia Martínez, chefe da assessoria de Martínez de Hoz: "Existem afinidades importantes entre o projecto da Comissão Trilateral e a Argentina. Nós estamos tratando de integrar o país na economia mundial, o mesmo que a Trilateral. Este é um objectivo declarado, e

indica a afinidade ideológica entre a Trilateral e a posição filosófica, ou estratégica do desenvolvimento na Argentina".

A Comissão Trilateral, como é sabido, é integrada por destacados membros do "establishment" dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão. O seu objectivo é acordos políticos conforme os objectivos daqueles, os três pilares do capitalismo avançado, ou seja, assegurar-lhes a continuidade eficiente do seu domínio à escala mundial. Sua existência deriva da crise do capitalismo e da necessidade de efectuar as correcções. Além da coordenação entre os seus três membros, a Comissão define o papel que corresponde aos países do Terceiro Mundo dentro de um esquema capitalista unificado

pelo capitalismo transnacional, e, por certo, esta visão exerce-se com vigor sobre os países dependentes.

Um índice bastante conhecido do poder da Comissão é o facto de um dos seus membros, James Carter, ser presidente dos Estados Unidos, assim como diversos integrantes do seu gabinete, entre eles o seu conselheiro principal, Zbigniew Brzezinski, que é considerado o maior expoente da Trilateral a nível de teoria política.

O inspirador a nível de teoria económica da comissão é Milton Friedman, Prémio Nobel, notório monetarista liberal e líder da Universidade de Chicago, onde leciona. Dali saíram os chamados Chicago Boys, alunos latino-americanos

que ponteiavam nas equipas económicas de ditaduras militares latino-americanas, especialmente na que aflige o Chile, com resultados por demais conhecidos.

Friedman, depois de oferecer seus conselhos ao regime do general Augusto Pinochet, pôs os seus olhos na Argentina e decidiu: "É um absurdo que a Argentina tenha actividades nas quais tem nítidas desvantagens. Pode, ao contrário, produzir bens agropecuários relativamente baratos, e são esses os bens que deveria produzir. Os bens industriais, que só tem condições de produzir com altos custos, deveria importar".

Se a tese de Friedman fosse aplicada na sua própria pátria — os Estados Unidos, — isso significaria que essa potência deveria abrir-se às linhas mais baratas de bens industriais, como algumas de origem japonesa. Evidentemente, os Estados Unidos protegem a sua indústria em relação à dos japoneses.

Já que Friedman não é profeta em sua terra, mas sim na Argentina, deveria então ser seguida com muita atenção as suas actividades e as de outros proeminentes membros norte-americanos da Comissão Trilateral em relação a esse país.

Entretanto, um dos antecedentes mais importantes, para bem ser avaliada a programação na área, aparece com a chamada "Reunião Atlântica" realizada pela Comissão Trilateral em Salvador, Brasil, em fins de 1978, que foi presidida por David Rockefeller. Entre os assistentes, estava Brzezinski e destacados homens de negócios e políticos da Europa Ocidental e



Martínez de Hoz, Ministro da Economia, poderoso empresário ligado às transnacionais norte-americanas

dos Estados Unidos. Essa reunião coincidiu também com um encontro, também na Bahía, de Martínez de Hoz e do seu homólogo brasileiro, Mário Henrique Simonsen.

Ninguém crê que esses "encontros" sejam por mero acaso, mesmo que seja evidente que a "Reunião Atlântica" teve uma perspectiva muito mais ampla do que a América do Sul. Mas no que se refere à Argentina e ao Brasil, os círculos especializados indicam que ficou acordada a duplicação do intercâmbio comercial de imediato, de 500 para 1000 milhões de dólares.

Essa meta está ligada, por sua vez, à abertura em Buenos Aires, em Fevereiro deste ano, de filiais do Banco do Estado de São Paulo (o segundo país), e do Banco Real, também paulista. Estes somam-se a já existência da filial do Banco do Brasil, primeiro banco brasileiro.

Para atingir o volume de intercâmbio estabelecido por Martínez de Hoz e seu colega, torna-se com efeito necessário um aparelho bancário que apoie as ope-

rações. Trata-se basicamente de financiar as exportações de produtos industriais do Estado de São Paulo, de onde saem sessenta por cento dos bens exportados pelo Brasil. Pois, embora oficialmente se fale de "complementação", o acordo bilateral consiste fundamentalmente na venda de bens industriais do Brasil em troca de venda de produtos agrícolas da Argentina.

Assim como na divisão internacional do trabalho, o esquema transnacional define para a Argentina o papel de exportador agrícola, e ao Brasil, matêm-no como um país de "vocação" industrial. E será seguramente em função do seu imenso mercado interno e dos enormes investimentos ali realizados pelo monopólios, e também para enfrentar a sua própria crise económica em ascensão, que o Brasil necessita expandir o seu sector de exportações tradicionais.

Uma parte dessas exportações será absorvida por uma Argentina aberta à indústria estrangeira. Está pois em jogo um esquema de reordenamento do mercado internacional, no qual a Argentina, como tantos outros países, vêm relegados ao segundo plano as suas aspirações de desenvolvimento.

Que a Comissão Trilateral defenda tal intenção, não espanta ninguém. Assusta, sim, que os executores de tal plano na Argentina sejam precisamente os militares, a quem foi encomendada a defesa da soberania nacional.

BRASIL

Almino Afonso: «por um partido popular»



Ministro do Trabalho em 1963, no governo de João Goulart derrubado pelo golpe militar de 1964, Almino Afonso é uma figura política de importância no Brasil de hoje, pelo seu papel de articulador na reorganização das forças populares.

Na sua recente passagem por Lisboa, foi entrevistado pela equipa dos CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO.

NASCIDO no Amazonas, Almino Afonso tornou-se um conhecido político de esquerda, chegando a deputado federal e líder do grupo parlamentar do PTB — Partido Trabalhista Brasileiro — e, em 1963, a Ministro do Trabalho. Com o golpe militar exilou-se, tendo vivido no Chile, Uruguai, Peru e Argentina, durante 12 anos. Regressou ao Brasil em 1976, quando a “abertura lenta e gradual” promovida pelo general-presidente Ernesto Geisel já permitia uma limitada actuação política.

Fixou-se em São Paulo, e nesses dois anos e meio após o regresso, a actividade de Almino Afonso promoveu-o a uma das mais importantes lideranças no processo de reaglutinação política dos sectores populares, reprimidos nos quinze anos de governo autoritário.

Na entrevista que nos concedeu, Almino começou por dizer como vê a “abertura” do regime brasileiro e a sucessão de Geisel pelo general João Batista Figueiredo.

“Eu começo assinalando que nós temos hoje de facto, um espaço político maior do que já tivemos ao longo desses anos todos. Espaço esse que não foi doado pelo regime autoritário, nem o foi pelo general Geisel, nem há expectativa de imaginá-lo como doação do general Figueiredo. Tenho sustentado que este espaço é produto de dois factores: da crise interna do regime autoritário, no plano da sustentação social, e da rebelião civil que ganhou todos os sectores da sociedade brasileira, que pressiona sobretudo nos dois últimos anos, no sentido de recuperar as instituições democráticas que perdemos em 64.

É do jogo destes dois factores, da crise interna do regime e da pressão da sociedade rebelada, que resulta este espaço político que nós hoje estamos desfrutando. E também parece da maior importância termos hoje claro que as franquias democráticas que recém se esboçam não resultarem de doações, porque uma visão dessa natureza poderia-nos levar a uma atitude quase que de imobilismo, na expectativa de que, por não fazer nada, talvez mais facilmente ganhássemos novas doações. Isso me pareceria um erro político fundamental, crasso, que nos levaria a um desastre.”

Que significa o surgimento de militares, como o general Hugo de Abreu e o ex-candidato à presidência, Euler Bentes, no cenário político, como opositores ao regime instituído?

Não sei especificamente o que é que motiva cada um deles em particular. Haverá razões as mais diversas. Nem sei se estas são as figuras mais expressivas de uma tendência democrática existente nas Forças Armadas. O importante, para mim, é saber que os quartéis não são muralhas intransponíveis. Tudo o que se dá na sociedade, de uma forma directa ou indirecta, também chega ao interior do quartel.

Em 64, quando os movimentos da classe média e dos sectores empresariais jogaram na rua o protesto contra o regime Goulart, isto desaguou nos meios militares e facilitou enormemente o golpe de 64. Estou convencido, por exemplo, de que o golpe de 64 não teria tido a dimensão que teve, se não houvesse um apoio real dos sectores médios da sociedade brasileira. Ora, no sentido inverso, hoje, na medida em que a sociedade, através dos mais diferentes segmentos, volta a participar e rebela-se contra o regime autoritário, isto pouco a pouco repercute no meio militar, e influencia a oficialidade numa nova atitude de carácter democratizante.

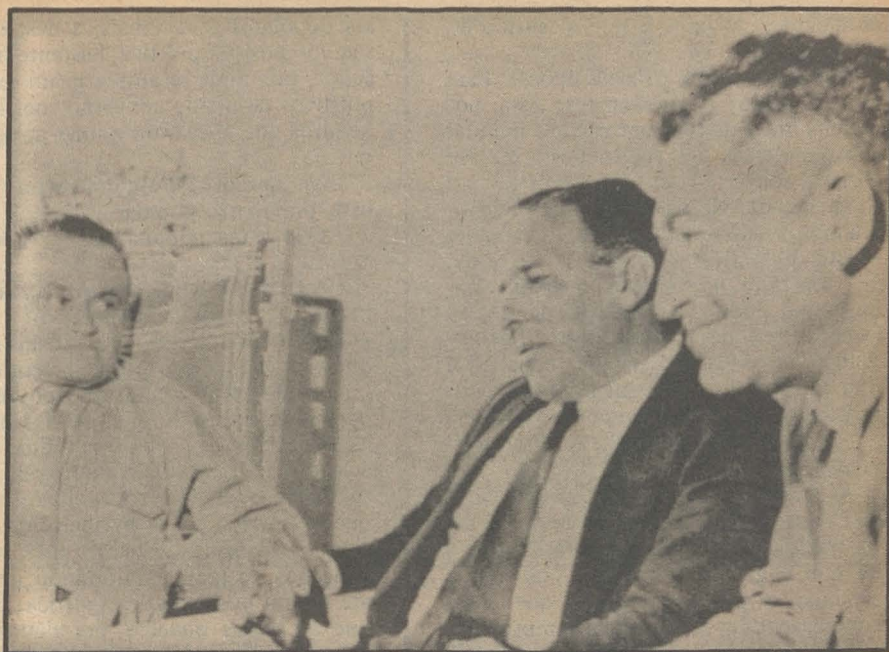
A LIÇÃO DO PASSADO

Decorridos 15 anos desde o golpe militar que pôs fim ao processo popular vivido sob o governo Goulart, seria importante hoje, quando se prenuncia um novo período de transição, de luta pela democratização, ter uma visão crítica do passado. A que atribui a derrota das forças populares? Quais as causas básicas da derrota em 1964 e quais as principais lições a tirar do processo então vivido, para uma actuação hoje?

Vou responder de maneira muito resumida, porque o tema levar-nos-ia a uma exposição muito longa.

Considero que 1964 foi o impasse entre uma reivindicação popular a todos os níveis, e uma incapacidade do sistema social de atender a essa pressão social, sem transformações profundas na própria estrutura da sociedade.

Naqueles anos, o movimento operário,



O presidente João Goulart, antes de ser deposto em 1964, entre o general Castelo Branco, líder do golpe, e o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arrais

o surgimento do movimento camponês como força organizada, as reivindicações na área estudantil que transcendiam os limites das universidades, a intelectualidade, que passou a ter uma militância política sensível, as reivindicações que ocorriam no interior dos quartéis, toda a soma dessas reivindicações no plano cultural, social e político, simultaneamente no campo e na cidade, converteram-se numa pressão brutal sobre as estruturas vigentes. A forma de responder era abrir brechas, era dar condutos. Ora, isso só se poderia dar, se nós tivéssemos realizado as reformas estruturais que naquela ocasião eram defendidas.

A inviabilidade delas, porque o conjunto das forças dominantes, a rigor, negavam-se a atender esse tipo de reclamação, colocou o país num impasse: de um lado as pressões emergentes em nível cada vez maior, e de outro os obstáculos de uma estrutura mantida intocada. Agravava-se a situação ainda com outro dado de carácter político: porque coincidia que estava no comando do governo um agrupamento político comprometido com os sectores populares, isto é, o governo Goulart, que apesar de todo o carácter contraditório que teve, não tinha condições de repe-

lir, de reprimir essa emergência popular. Porque, se o fizesse, perderia a sua própria legitimidade.

Então, nem reprime, mantendo portanto a ordem institucional, nem pode realizar as transformações profundas, porque a correlação de forças sociais não nos dava meios para os saltos necessários.

Deu-se o impasse. O golpe de 64, para mim, é a superação desse impasse pela repressão ao movimento popular.

Eu acho que é mais do que tempo de ficar muito claro que a ruptura da ordem constitucional em 64, que instaura o regime militar, que aí está há 15 anos, não foi para sancionar a umas dezenas de quadros políticos tidos como irresponsáveis. Não foi também para moralizar a administração pública, nem porque houvesse riscos da tomada do poder pelo Partido Comunista. Tudo isso são pretextos, ou, quem sabe, até razões que algumas pessoas imaginam como correctas, mas que historicamente não se sustentam.

O golpe de 64 cumpriu a função histórica que foi deter, barrar o ascenso do movimento popular no Brasil, que apesar de ainda ocorrer de maneira inorgânica, portanto sem condições de dar um salto, era já o suficiente para alarmar as classes

dominantes do país. Este é o sentido do golpe de 1964.

Que lição retiro daquela época? Para mim, a maior é precisamente esta: nós éramos um país sem um partido popular com condições de canalizar essa pressão social e convertê-la em força política, em força motriz. Na medida em que não tínhamos o país organizado politicamente (e isto se dá através de um partido popular, tomando o político do ângulo dos interesses populares), evidentemente, na hora do grande impasse, nós tínhamos milhões de cidadãos que se reduziam a indivíduos soltos, portanto sem a menor possibilidade de intervirem com eficácia no processo político naquele instante vividos.

A grande lição que transponho para hoje, quando se reabre o processo de democratização da sociedade brasileira, é a de que a grande tarefa que nos cabe é articular o partido popular, que possa congrega todas as correntes comprometidas com o povo, criando portanto condições novas para que retomemos uma marcha interrompida há 15 anos.

O que era o trabalhismo naquela época?

Naquela época o Partido Trabalhista Brasileiro era uma organização em franca ascensão política. Isto se expressou em termos eleitorais, num aumento constante da sua representação na Câmara e no Senado. Nenhuma outra organização partidária, nem as mais significativas, como o PSD e a União Democrática Nacional, se equipararam neste particular ao PTB. Era um partido que buscava defender os interesses dos trabalhadores, das grandes maiorias, e que em termos económicos pautava a sua linha de conduta pela defesa das teses naquela ocasião denominadas nacionalistas. Inspirava-se fundamentalmente na visão política de Getúlio Vargas, que está expressa em seus discursos, e naquele documento dramático que foi a Carta-Testamento.

POPULARIDADE SEM SER POPULAR

Não era porém, um partido popular, se entendermos como tal a participação de povo, em termos de militância. Era uma legenda com enorme aceitação junto às massas, o que colocava o partido numa atitude de compromisso com os interes-

ses populares e nacionais, a despeito da sua composição política, bastante heterogênea, por onde se entrecruzam quadros políticos de nítido contorno socialista, e quadros que chegavam a uma posição di-reitista.

Disse que o PTB era um partido populista, porém não popular...

...Que tinha popularidade, porém não popular...

Qual é a diferença, dentro da realidade brasileira? O que é o populismo?

De um modo geral, os cientistas sociais que têm estudado o problema colocam o populismo como sendo um tipo de comportamento político que supõe a manipulação das massas, ao mesmo tempo que se assegura a elas certos condutos de ascensão social, desde que não ponham em xeque o sistema social estabelecido. Teria sido uma forma de acção política com variações de grau. Predominou de 1930 até 64 em nossa prática política. É claro que há várias nuances, em alguns casos até distâncias mais nítidas de comportamento.

Não seria correcto, por exemplo, colocar num mesmo saco, lideranças como a de João Goulart ou Leonel Brizola, e as de Ademar de Barros ou Jânio Quadros, embora se possa dizer que, ao longo desse período todo, a grande característica foi a inexistência de um partido político no qual os trabalhadores pudessem ter uma militância efectiva, a ponto de determinar a linha programática e a prática política desse mesmo partido. É dentro desta visão que se poderá dizer, a meu modo de ver correctamente, que o PTB também era um partido populista.

Mas o líder sindical de São Paulo, Lula, num debate recente referiu-se a que o PTB naquela época, 1964, tinha mais latifundiários que trabalhadores. Concorde com essa tese, ou acha que é um pouco exagerada?

Provavelmente é um exagero na formulação do Lula, mas é real que havia também latifundiários. Como também me parece que é verdade que havia, em vários Estados da Federação, direcções regionais do PTB que de modo nenhum nós podemos dizer que fossem representativas dos interesses populares.

Mas o importante, numa síntese, é o que predominou como comportamento. É isto me parece claro, que marca o PTB como um partido comprometido com a



Retomar, com o povo mais organizado, a marcha interrompida em 1964

defesa dos interesses dos trabalhadores, a preservação e o melhoramento da legislação social, e a presença combativa em defesa das nossas riquezas minerais, dando como frutos maiores a organização da Petrobrás, a organização da Eletrobrás, e toda uma legislação que implicava a defesa dos nossos minerais atômicos, etc., etc.

UM NOVO SINDICALISMO

Qual foi a experiência mais marcante que viveu nessa fase como Ministro do Trabalho, como deputado do PTB, em relação a esse ascenso das massas antes de 1963?

Eu diria que foi exactamente o ascenso das massas, num regime cujas características eram a do populismo, o que caracterizou o impasse institucional que nós vivemos em 1964. Naqueles anos, por um conjunto de factores, o país viveu a emergência popular mais poderosa de que eu tenho notícia. O movimento sindical urbano, por exemplo, pela organização à margem da estrutura sindical estabelecida pela lei, ia aos poucos autonomizando-se através de pactos inter-sindicais e do coroamento deles que foi a constituição do "Comando Geral dos Trabalhadores."

Pode-se dizer que tudo isso era embrionário, mas a verdade é que isso criava já uma dinâmica nova no seio do sindicalismo, que, fatalmente, conduziria a uma

reestruturação sindical, se aquele processo tivesse persistido.

Destaco também o surgimento do movimento camponês organizado. Na nossa história social, os camponeses tinham sido até então absolutamente marginalizados. A sua organização limitava-se a uns três ou quatro sindicatos rurais, na verdade em indústrias rurais, limitados ao Estado do Rio de Janeiro, e a algumas ligas camponesas constituídas por volta de 1955-56, em Pernambuco, no engenho da Galileia.

É entretanto a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, com a norma que se assegurava a organização dos sindicatos no campo, que os camponeses lograram, seja através das próprias ligas, seja através dos sindicatos, um alto nível organizativo e, em consequência, uma presença mobilizadora até então desconhecida na nossa história. Basta assinalar, a título de exemplo; uma greve havida no campo de Pernambuco, que abrangeu 280 mil trabalhadores.

O seu nome foi muito combatido quando, na qualidade de Ministro do Trabalho, deu luz verde à organização do Comando Geral dos Trabalhadores. Conotado como da ala esquerda do PTB, a sua demissão foi então exigida. Qual foi o grande obstáculo à constituição do CGT?

Toda a estrutura sindical brasileira

montada a partir de 1943 é sectorizada. A legislação impede que os trabalhadores se organizem horizontalmente, interrelacionando experiências, ou logrando ampliar o âmbito da luta reivindicativa para sectores além daquele em que os trabalhadores estão especificamente organizados. E a grande luta dos trabalhadores em todos os países é lograr exactamente esta síntese, que costuma ser uma central única. O CGT foi um embrião de uma central única.

Havia uma portaria, que obrigava o Ministro do Trabalho a punir os dirigentes sindicais e os próprios sindicatos, fazendo cassar-lhes as cartas de reconhecimento quando eles, de alguma maneira, ultrapassassem os limites estabelecidos pela estrutura sindical instituída pela Consolidação de Lei do Trabalho. O que eu fiz foi simplesmente assegurar a autonomia dos movimentos sindicais, quando os pactos intersindicais começaram a se constituir com maior frequência — facto este que na verdade é anterior em muitos anos à minha presença no Ministério do Trabalho — e posteriormente se congregaram em torno do CGT. Eu me limitei a anular a portaria do Ministério que me obrigava àquelas medidas repressivas, deixando portanto que os trabalhadores actuassem livremente sem as sanções da lei. Até aí foi a minha contribuição.

Portanto, qualquer ideia que nos leve a supor que o CGT foi algo nascido nos gabinetes do Ministério do Trabalho é falso. Ao contrário, foi um movimento inteiramente autónomo, sem em nenhum instante prestar contas da sua actividade ao Ministério do Trabalho. Por isso é que eu digo que era realmente um movimento novo, que fatalmente nos levaria a rever a estrutura sindical montada de acordo com a lei.

REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

E o trabalhismo no Brasil de hoje, que significado tem?

Como partido, é óbvio que ainda não existe, e como corrente de opinião, eu não a diria identificável a nível nacional. Parece-me claro que o trabalhismo existe como corrente de opinião no Estado do Rio Grande do Sul, e como potencialidade no resto do país.

Talvez se pudesse perguntar com maior precisão é o que deve ser o trabalhismo

hoje. Daí eu diria: ele deve responder às inquietações, aos interesses dos trabalhadores em geral, vale dizer, do operário ao assalariado das classes médias; deve encarnar a luta da democratização da sociedade, não apenas como uma forma de reconquista de algumas liberdades democráticas básicas, senão de todo um processo de relacionamento social que assegure um nível de participação das massas no processo político e que garanta um estágio superior de usufruto dos benefícios da cultura, da saúde, enfim, em todos os planos da sociedade.

E que condições tem hoje de se organizar no Brasil um partido trabalhista com essas características? Com que quadros, com que elementos?

Acho que o trabalhismo, ao lado de outras correntes populares da nossa tradição, como os socialistas, como os cristãos de esquerda, assim como outras tendências de carácter popular, deveria conformar, em conjunto com essas tendências, um grande partido popular, eminentemente democrático e comprometido com o socialismo democrático.

Em termos legais, isso talvez ainda não seja viável. Os requisitos estabelecidos pela Constituição, a partir da sua reforma que entrou em vigência a primeiro de Janeiro, para que se crie um novo partido determinam que se conte com 10 por cento dos parlamentares da Câmara e do Senado, vale dizer 42 deputados e 7 senadores, que devem assinar a acta de subscrição, a acta de fundação do partido. Ou então, deve-se, para constituir um partido, conseguir cinco por cento dos votos dados na última eleição parlamentar, distribuídos em 11 Estados, assegurando-se pelo menos três por cento em cada um deles. Mas deve-se lograr, diz a norma constitucional, esse apoio expresso em votos. Portanto, não são meramente assinaturas como era da tradição política brasileira desde 1946.

Analisando-se uma e outra norma, fica visto que do ponto de vista político é pouco provável que nós tenhamos condições de formar um partido, seja qual for, a curto prazo, salvo se os parlamentares do MDB, ou parte deles, aceitem criar esse partido. Isso entretanto, no meu entender, não invalida o debate sobre a constituição de um partido.

Eu acho que a criação de um partido não pode ser um acto num determinado



Aimino entre os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, líderes exilados

instante, senão um processo que se vai avolumando pelo debate das ideias fundamentais que caracterizam esses partidos, pela definição da sua estrutura, pelos seus objectivos históricos. E tudo isso demanda tempo para que a colectividade possa expressar-se e ele possa, ao nascer, já ser fruto de algo criado democraticamente.

E que papel poderia ter um Partido Comunista legalizado no Brasil dentro desse campo popular?

Nós não temos ainda uma liberdade partidária, hoje, que permita a vida legal do Partido Comunista Brasileiro. Eu, pessoalmente, sustento a mais ampla liberdade partidária, que assegure a todas as tendências ideológicas existentes na sociedade, ou a todos os interesses sociais, o direito do Partido Comunista ser legalizado.

Quando isso ocorrer, quando isto vier a ocorrer, é evidente que o Partido Comunista terá um papel a cumprir na sociedade brasileira. É evidente que ele poderá, inclusive, ao nível de coalizões partidárias, compartilhar com os que queremos este partido de carácter popular muitas das lutas do nosso povo. Mas isso são problemas que nesse instante não podem avançar, enquanto nós não tivermos a preliminar resolvida, que é uma liberdade partidária plena que assegure a todas as tendências ideológicas o direito de se constituírem em partidos políticos.

Houve um inquérito privado da Gallup, no ano passado, que atribuiu ao PTB

quase quarenta por cento das intenções de voto no Rio e em São Paulo. Acha que o PTB ainda tem essa penetração popular?

Eu faria uma ressalva: a pesquisa da Gallup não disse que o PTB conta com 38 por cento — foi essa a percentagem dada — dos votos em São Paulo, senão que uma tendência que nos questionários foi denominada de **trabalhismo** é que recebeu esse tipo de apoio dos que responderam à pesquisa. Eu acho que esta resposta é indicativa de uma potencialidade, da qual o PTB possa vir a ser o beneficiário, mas não me parece que haja uma relação directa entre uma e outra. Eu tive o cuidado de ler o relatório original, não o que foi publicado em resumo nas revistas, mas o relatório original do Instituto Gallup, para analisar melhor o significado dessa pesquisa. Estou convencido de que ali está expresso que há uma enorme percentagem de cidadãos inclinados a um partido que tenha como objectivo o **trabalhismo**, no sentido de interesses sociais dos trabalhadores. Então, sempre há uma variação entre isso que estou dizendo e um apoio directo à legenda chamada PTB. Agora, insisto em que, se o PTB se constitui, se encarna um projecto que defenda os interesses dos trabalhadores, pode gradualmente ser o repositório deste apoio que a pesquisa revelou.

cadernos do
terceiro
mundo

BRASIL

Democracia operária nas ruas



*O vitorioso movimento grevista de São Paulo não
significou somente uma derrota do regime,
mas também um momento alto da organização
militante dos trabalhadores.*

Herbert de Souza

Uma das razões principais do golpe militar de 1964, se não fundamental, foi a crescente mobilização popular na luta pela democracia, e particularmente, a da classe operária em

torno do Comando Geral dos Trabalhadores (C.G.T.).

Frente a essa presença essencialmente democrática e popular, as classes dominantes reagiram com o

mesmo temor de sempre, e com a resposta mais fácil: o golpe militar.

O novo regime procurou atender os interesses da grande burguesia, impedir e reprimir todas as formas de

organização e mobilização populares.

O alvo principal dessa repressão institucionalizada no novo Estado foi a classe operária. Contra ela foram lançadas todas as medidas modernizadoras e racionalizadoras das políticas econômicas e sociais do regime, assim como a Lei de Segurança Nacional, que via em cada operário a encarnação potencial do inimigo interno.

Sob o peso dessa repressão, o movimento operário necessitou de um período relativamente grande para se reanimar, para se reorganizar, e reaparecer no cenário político. As greves de 1968, marcam esta etapa, ainda tímida e débil do movimento. O Exército ocupou as fábricas, dispersou violentamente os grevistas, e prendeu os líderes. Um novo período de silêncio se impôs.

Os sindicatos intervenционados não eram capazes, nem de aglutinar as bases, nem de expressar os interesses e a disposição de luta da classe. A repressão econômica, a super-exploração, o desemprego e a fome, constituíam os ingredientes de um lento, amargo, e, sem dúvida, eficiente processo de amadurecimento da classe no seu conjunto. Nasceram as oposições sindicais que representam as lideranças mais autênticas da classe na luta contra o regime.

DEZ ANOS DEPOIS

Foram necessários dez anos para que o movimento operário reaparecesse. Mas desta vez fê-lo com uma maturidade e uma for-

ça que surpreenderam praticamente todos os analistas políticos, e, principalmente, o regime.

Em 1978, apesar dos "pelegos" (líderes sindicais aliados ao patronato), dos sindicatos intervencionados, da pressão policial e da legislação repressiva, o movimento operário apresentou as suas reivindicações, e diante do espanto de todos, pese a lei antigrevistas, paralisou os sectores fundamentais da economia no centro industrial do país: São Paulo.

O regime havia apresentado o "milagre brasileiro", ocultando os seus verdadeiros beneficiários, as corporações transnacionais. O movimento operário havia feito outro tipo de milagre, o de paralisar essas mesmas empresas, e revelar a que preços e às custas de quem, esse "milagre" estava sendo realizado.

Se se compara 1978 com 1968, evidencia-se um desenvolvimento surpreendente da capacidade de organização e de mobilização do movimento operário: agora, milhares de operários participavam das assembleias, surgiam novos líderes, os velhos "pelegos" perdiam o controle dos sindicatos, organizações de base surgiam dentro das empresas, iludindo o controle policial dos patrões.

Por outro lado, as lutas econômicas eram associadas a algumas questões fundamentais da luta política pela democratização do país. O movimento operário abria-se aos problemas gerais da sociedade, a classe operária começava a se apresentar de corpo inteiro, ultrapassando os limites que o regime havia imposto.

Em Março deste ano, o movimento operário reapareceu em uma conjuntura e de uma forma, que novamente surpreendeu todos.

Geisel havia terminado o seu período, e o general Figueiredo tomava posse. Sectores moderados da oposição assumiam a mesma atitude de sempre: esperar as directrizes e o rumo que o governo daria ao processo político. A sociedade em conjunto mantinha-se em expectativa, para ver que sinais viriam do Planalto, enquanto os sectores mais combativos da oposição, dentro e fora do MDB (Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição consentida), pressionavam pela amnistia, pela democracia. Neste cenário, e diante da intransigência patronal, o movimento operário de São Paulo, e principalmente, os metalúrgicos, decidiram entrar em greve.

DEMOCRACIA EM PRAÇA PÚBLICA

O sector metalúrgico do ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano), com os seus quase 190 mil operários, paralisou praticamente todas as empresas transnacionais do sector, reivindicando 78 por cento de aumento, a institucionalização do delegado sindical por empresa, e a revisão da legislação sindical. Além do ABC, outras cidades do interior paulista aderiram ao movimento, totalizando 215 mil operários em greve no Estado de São Paulo.

Diante do impasse nas negociações, o governo decidiu reprimir. Decretou a intervenção nos sindicatos,

destituindo os seus líderes, e empregou a força policial para dispersar os grevistas agrupados nas portas das fábricas e nas praças públicas.

Pela primeira vez, desde 1964, o regime viu-se frente a factos inéditos: não enfrentava as direcções dos sindicatos e alguns poucos milhares de trabalhadores atemorizados. Enfrentava sim toda uma categoria, dezenas de milhares de operários que haviam aprendido a se organizar em condições repressivas, e que haviam perdido o medo de lutar pelos seus direitos.

Enfrentava uma massa humana que, de tanto sofrer sob a ditadura, havia descoberto a importância fundamental da luta pela democracia. Pela primeira vez na história brasileira, a classe operária escreveu com o seu corpo a palavra **DEMOCRACIA** em uma praça pública de São Paulo.

As deliberações sobre as negociações foram feitas em grandes estádios de futebol, onde se concentravam sessenta, e depois oitenta mil trabalhadores, em assembleias jamais vistas na história da vida política do país.

Nessa situação, o regime foi obrigado a voltar atrás na sua arrugância repressiva: era impossível reprimir todo um sector da classe operária. Se fosse preso um dos seus dirigentes mais destacados, Lula, surgiriam milhares de outros Lulas. Um repórter da revista brasileira *Isto É*, perguntou a um operário:

— Mas, pode-se continuar a greve sem o Lula?

— Meu amigo, aqui há duzentos mil Lulas parados!!

A este movimento de massas, organizado, consciente, de um dos sectores mais estratégicos da economia brasileira, uniram-se outros sectores da sociedade em apoio da greve: a Igreja, sectores do MDB, intelectuais, artistas, estudantes, as comunidades de base, e de maneira particular, as organizações operárias femininas, o que também, por sua vez, constituiu um facto inédito nesses últimos quinze anos. A mulher operária uniu-se ao seu marido operário para enfrentar a fome, os riscos, e para fortalecer a esperança de uma classe que se pôs em pé.

Os patrões, confiados na acção repressiva do regime, não cederam. Esqueceram-se dos discursos democráticos dos fins do ano passado, e exigiram que o governo fosse fiel aos seus compromissos de classe e à sua função repressiva.

A "democracia" dos patrões não foi capaz de entrar nas suas próprias fábricas; só era válida das portas para fora. O movimento operário lutava para fazê-la entrar. Diante do impasse e da força demonstrada por tantos milhares de homens e mulheres organizados e conscientes, o regime foi obrigado a ceder.

Numa concentração de oitenta mil operários, o líder sindical Lula negociou o fim da greve, com a garantia de que as reivindicações fundamentais da classe seriam atendidas, que os líderes seriam reintegrados nos seus postos no sindicato, que os dias de greve não seriam descontados, e que seria concedido um aumento superior ao proposto pelos patrões.

UMA NOVA ETAPA

Terminada a greve, a classe operária estava de pé. Uma nova etapa abria-se para o movimento político e social brasileiro. Quinze anos de regime haviam produzido o fruto mais importante para o desenvolvimento da luta pela democracia: um sector de vanguarda que trava o seu combate no interior das fábricas do grande capital transnacional!!!

A solidariedade internacional recebida, de centrais sindicais de países capitalistas e socialistas, indicava outro aspecto importante do problema: a luta do movimento operário brasileiro internacionalizava-se, e unia-se no tempo e no espaço às lutas dos movimentos operários de países irmãos, no Chile, na Colômbia, no Peru, em Portugal, na Itália, e em muitos outros.

E nesses países, também um facto fundamental se revela na prática, comprovando aquilo que parecia ser verdade somente nos textos teóricos: a parte mais interessada e mais consequente na luta pela Democracia, é a classe operária, líder do movimento popular.

Lutando a partir das condições mais dramáticas de dominação capitalista, da experiência de sofrimentos e da desumanização mais profunda, ela é capaz de lutar e sonhar com um tipo alternativo de sociedade que elimine a exploração e restitua ao homem e à sociedade a dimensão dos homens livres e das sociedades fundamentadas na Justiça.

cadernos do
terceiro
mundo

AFRICA

ANGOLA o inimigo ataca



Os regimes racistas aumentam a sua pressão militar contra Angola, além de continuarem as agressões a Moçambique, Zâmbia e Botswana. A resistência do povo e a coerência revolucionária do governo de Angola frustram os principais objectivos dos agressores.

Beatriz Bissio

DESDE o processo de descolonização, Angola teve de passar várias provas que, não fosse pela indiscutida liderança do Presidente Neto e a implantação do MPLA, hoje o Partido do Trabalho, teriam comprometido o processo revolucionário que se desenvolve no país.

Primeiro foi a imposição de pôr em plano de igualdade no Governo de Transição, o MPLA junto com a FNLA de Holden Roberto e a UNITA de Jonas Savimbi. A experiência, como é evidente, terminou no que o povo angolano chamou a Segunda Guerra de Libertação, com a vitória do MPLA sobre os dois movimentos fantoches e seus aliados, os exércitos invasores da África do Sul e do Zaire.

Por uma série de actos diplomáticos, o governo angolano pôde concretizar no ano passado uma aproximação com o Zaire, cujo presidente, Mobutu Sese Seko, assinou com Agostinho Neto um acordo de paz que estabeleceu as bases de uma colaboração económica, comercial e cultural que começa a efectivar-se. Este acto foi internacionalmente interpretado como mais uma prova dos propósitos de paz do povo e do governo de Angola.

Mas estas sucessivas vitórias do MPLA e do Estado angolano independente não fizeram senão exacerbar os regimes racistas da África Austral e, particularmente, da África do Sul que, através da Namíbia ocupada, tem vasta fronteira comum com Angola.

A derrota e a retirada do exército sul-africano nos primeiros meses de 1976,

não significou a resignação de Pretória em aceitar uma Angola independente a caminho do socialismo. Aquele passo dava lugar à tática da agressão sistemática, da sabotagem interna e dos ataques aéreos, com desembarque de soldados para massacrar a população civil, queimar as colheitas e destruir as vias de comunicação e a infra-estrutura do país.

Com a constituição da "Linha da Frente", os esforços que Moçambique, Angola, Tanzânia, Zâmbia e Botswana desenvolviam isoladamente para enfrentar os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, viram-se reforçados pela acção comum e a discussão conjunta dos métodos para responder às agressões.

Fortalecia-se, assim, o apoio destes Estados independentes à luta de libertação dos povos da Namíbia, África do Sul e Rodésia, dirigidos respectivamente pela SWAPO, pelo ANC e pela Frente Patriótica.

As incursões militares das forças racistas nos países da "Linha da Frente" são muito frequentes, quase diárias, mas poucas chegam aos meios de comunicação internacionais, com um suspeito desinteresse em dá-las a conhecer.

Em Maio de 1978, os trágicos factos impuseram-se à opinião pública mundial: um campo de refugiados namibianos, em Kassinga, foi arrasado pela aviação sul-africana, com um saldo de mais de quinhentos mortos e quase trezentos feridos graves. Na quase totalidade, eram mulheres, crianças e velhos, familiares dos combatentes da SWAPO. O campo de Kassinga

está a duzentos quilómetros da fronteira com a Namíbia, numa região mineira.

Ao massacre de Kassinga sucederam-se outras incursões com saldos igualmente trágicos. Particularmente importante foi a recente agressão da força aérea da Rodésia contra a população angolana de Boma, no passado 27 de Fevereiro. O comunicado oficial difundido pelo Estado Maior Geral das FAPLA, através do comandante David Moisés ("Ndozi"), analisa os actos "desesperados" do regime de Ian Smith como uma consequência "das últimas operações levadas a cabo com êxito pelos guerrilheiros nacionalistas da Frente Patriótica do Zimbabwe", e acrescenta que os racistas "vêem na agressão aos países da Linha da Frente uma forma de retardar a sua previsível e próxima derrota".

O mesmo comunicado informa que "cinco Mirages provenientes da Rodésia bombardearam uma escola da Frente Patriótica em Boma, localidade situada a trinta quilómetros da cidade de Lwena, causando perdas humanas e materiais cuja dimensão ainda não foi totalmente determinada". Mais adiante, o documento oficial notifica "o seu incondicional e indefectível apoio ao braço armado do heróico povo do Zimbabwe, que soube infringir novas e pesadas derrotas" ao regime racista.

Coincidia com a agressão à localidade de Boma, em Angola, um raid da aviação rodesiana contra um campo de refugiados do Zimbabwe em território da Zâmbia, com um saldo de 18 mortos e 114 feridos.

Esse acampamento, na localidade de Nampundwe, está situado apenas a trinta quilómetros da capital, Lusaka. Joshua Nkomo afirmou que os refugiados afectados pela agressão tinham sido transportados do Botswana para a Zâmbia através de uma ponte aérea.

Ataques similares e sistemáticos foram sofridos por Moçambique. A base de Mutarara, a 300 quilómetros da fronteira com a Rodésia e onde se encontravam numerosos refugiados do Zimbabwe, foi vítima de uma das mais recentes agressões, sofrendo o bombardeamento da aviação racista.

Kurt Waldhein, secretário-geral das Nações Unidas, múltiplas instituições internacionais, grupos políticos e partidos progressistas de todo o mundo, solidarizaram-se com Angola e com os países da "Linha da Frente" ante as agressões racistas de que são vítimas.

É significativo que, apesar da permanente ameaça nas zonas fronteiriças com os regimes racistas (que obrigam a desviar recursos materiais e humanos da tarefa de reconstrução para a defesa), tanto Angola como os países que hoje abrem o seu território aos nacionalistas da Namíbia, África do Sul e Zimbabwe, avançam no caminho que traçaram, sem quaisquer concessões.

Da mesma maneira que ontem não o puderam evitar, nem a FNLA nem a UNITA, hoje também os exércitos racistas não detêm a vontade de progresso nem conseguem alterar a vocação de paz do povo angolano.



Pouco a pouco o Estado dinamiza a economia do país sensivelmente afectada ainda pelas consequências da guerra, e, no plano político, deram-se importantes passos na estruturação partidária e na organização popular.

Obras decisivas para o futuro próximo estão em curso. Desde as que compreendem a reparação de rede rodoviária, às pontes e à linha férrea afectados pela guerra, à ampliação dos portos do país às novas necessidades, passando pela diversificação da produção.

Em Cabinda, por exemplo, conforme as orientações do Primeiro Congresso do MPLA para o sector da construção, construir-se-á um novo porto, que em dois anos entrará em funcionamento. A empresa estatal Hidroportos será encarregada de realizar a obra.

DENÚNCIAS NOS FOROS INTERNACIONAIS

Várias reuniões internacionais realizadas nos últimos meses pronunciaram-se pelo apoio aos povos da África Austral e condenaram os regimes racistas e as suas desesperadas agressões militares contra os países da "Linha da Frente".

Na 32.^a sessão do Comité de Coordenação para a Libertação da África (organismo da OUA), condenou-se o regime sul-africa-

no e reafirmou-se a determinação de conceder maior apoio material aos povos da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul.

Por seu lado, a 32.^a Reunião do Conselho de Ministros de Relações Exteriores da OUA manifestou a sua solidariedade "com os Estados da Linha da Frente que resistem às criminosas agressões rodesianas". E enviou mensagens de apoio aos governos de Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas, Angola fez uma denúncia do bombardeamento à localidade de Boma, através do seu embaixador Elísio de Figueiredo. O Conselho de Segurança estava reunido por uma convocatória dos países africanos para examinar o problema do Zimbabwe, cujo aparelho governamental deteriora-se progressivamente.

Um dos objectivos dos regimes racistas é amedrontar, com essas agressões, o povo e separá-los, pelo terror, das suas vanguardas. Cuntudo, historicamente estão equivocados. "Não será isso que vai fazer os angolanos recuarem das suas posições de princípio. O nosso povo está firmemente decidido a continuar prestando todo o apoio que seja necessário à luta dos povos irmãos da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul", afirma em editorial o "Jornal de Angola". Esse foi e é o sentir do povo angolano, cujas dificuldades não o farão modificar a sua vocação solidária nem o seu caminho para o socialismo.

cadernos do
terceiro
mundo

ZIMBABWE

zonas libertadas são uma realidade



Robert Mugabe, líder da ZANU e co-presidente da Frente Patriótica do Zimbabwe fala-nos, em breves palavras, das áreas já libertadas da opressão colonialista, dos apoios das ditaduras latino-americanas e das potências imperialistas ao regime racista de Ian Smith e do futuro ingresso da Frente Patriótica no Movimento dos Não-Alinhados.

Etevaldo Hipólito e Altair Campos

Segundo soubemos recentemente, já existem áreas libertadas perfeitamente definidas no Zimbábue. Que tipo de organização já foi estabelecida ou preconizada nessas áreas?

Já existem realmente zonas libertadas e sob a nossa própria administração. Isto pode ser constatado local e pessoalmente. Preparamo-nos para quando o inimigo for definitivamente rechaçado e expulso, para quando as ligações administrativas entre o regime e o nosso povo forem interrompidas e desfeitas. Trabalhamos na organização da Educação — temos muitos professores, que, por sua vez, utilizam as pessoas mais instruídas da comunidade libertada para auxiliá-los nessa tarefa, — e trabalhamos também na organização de um serviço médico embrionário, embora os medicamentos e os meios disponíveis sejam verdadeiramente escassos.

Isto significa que vocês estão implantados e fixados no terreno, em determinadas áreas, e que controlam a nível militar e administrativo essas zonas libertadas.

A resposta é simples. De nada, ou para quase nada nos serviria libertar uma região e em seguida abandoná-la. É necessário que iniciemos logo em seguida o nosso trabalho político, na mobilização das pessoas, numa motivação real que expresse a libertação e a melhoria das suas condições de vida. Esperamos que essas áreas se ampliem e que constituam o modelo para a futura organização sócio-económica do país, e essa é a nossa meta.

REFERENDO

Qual é, na sua opinião, o significado de um referendo feito somente entre os colonialistas brancos, que, em última análise, serve para definir o futuro de todo o povo do Zimbábue?

O significado desse referendo, onde brancos colonialistas votam pelo poder branco colonialista, processo esse que tem sido obedecido de ano para ano, para nós é nulo. Este processo tem-se repetido desde 1890, quando os colonialistas chegaram ao país, e especialmente depois de 1973, quando adquiriram o direito de se autogovernarem. Não estamos preocupados, e nem pensamos disputar esse tipo de eleições.

Mas não podemos nos esquecer que mesmo esse tipo de eleições, que os resul-

tados dessas eleições, servem de argumentos e base para a teorização de "acordos internos" e quejandos...

Como já disse, não estamos interessados nesse tipo de eleições. Nem pensamos disputá-las. Os brancos colonialistas que se estabeleceram no nosso país têm os seus próprios interesses, e o nosso povo tem os seus. O nosso povo está do nosso lado, e os brancos estão do outro. Nós nunca poderíamos disputar um referendo tipicamente europeu.

E para as eleições previstas para Abril? O que se passará?

Gostaríamos de que, quando as eleições de Abril chegasse, de lhes darmos um susto. Mas isto é mais uma repetição do que Smith e os seus acólitos e mesmo os seus predecessores têm vindo fazer. A intenção é clara: utilizar as eleições e o seu resultado como instrumento de demonstração ao Mundo de que têm apoio, de que têm um governo legítimo. E, a nosso ver, isso não pode ser legitimamente pelo simples facto de Smith ter ganho para o seu lado três fantoches renegados: Sithole, Chirau e Muzorewa.

Mas isso não diminui a base de argumentação de Smith e das potências ocidentais...

O teste real, o argumento real, seria o suporte dos sete milhões de africanos do país. Só queremos que Smith prove que tem esse apoio.

O que tem a dizer sobre o apoio conhecido que alguns regimes latino-americanos dão aos regimes da África Austral?

É claro que estamos preocupados. Estamos preocupados, em primeiro lugar, pela ajuda material e financeira dado a esses regimes, e também no fornecimento de mercenários. E, em segundo lugar, porque alguns desses países, como o Brasil e a Bolívia, actuam como refúgio e bases de acção dos que fogem daqui. Nós gostaríamos que esses países, bem como todas as Nações Unidas, acatassem as resoluções e sanções impostas pela ONU à Rodésia, desde 1965.

A AJUDA IMPERIALISTA

Poderia nos dar alguns exemplos de violação dessas resoluções e dessas sanções?

Os exemplos poderiam ser muitos. Sabemos de muitos países da América Lati-

na que têm ajudado os regimes da África Austral, e de inúmeros envios de material feitos pelos países imperialistas, e canalizados através desses países latino-americanos. Há, por exemplo, a recente questão das armas que saíram do Canadá, foram para a América Latina, e daí foram para a África do Sul. Também o caso dos helicópteros norte-americanos utilizados no Vietnam. Parece que a partir de Israel, foram para a América Latina, seguindo depois para a África do Sul e Rodésia.

OS MERCENÁRIOS?

E quanto ao caso específico do envio de mercenários? Que dados possuem?

Já é do conhecimento de todos que muitos países ocidentais permitem, e por vezes, directa ou indirectamente, incentivam o recrutamento de mercenários. Sabemos que em alguns desses países há leis

que proibem o recrutamento, e mesmo leis que castigam os mercenários quando regressam. E, no entanto, até hoje, que se saiba, nenhum desses mercenários foi punido. O resultado disso é que há cerca de 13 mil mercenários a lutar ao lado de Smith neste preciso momento.

E o ingresso da Frente Patriótica no Movimento dos Países Não-Alinhados? Será para breve?

— A última reunião do Bureau de Coordenação dos Países Não-Alinhados em Maputo deixou, no Documento Final, definida essa recomendação. Esperamos que na Conferência que terá lugar em Havana, no mês de Setembro, isso de facto venha a acontecer.

cadernos do
terceiro
mundo

MOÇAMBIQUE

Moamba: uma «machamba» estatal

Altair L. Campos

Um projecto moçambicano que se propõe responder às necessidades alimentares do País, pela área que abrangem, pela organização racional dos recursos humanos e materiais, tendo por base uma profunda transformação nas relações de trabalho e produção.

QUANDO, em 1978, estivemos pela segunda vez em Moçambique, e caminhávamos curiosos pela aprazível cidade de Maputo, reparamos, então, que todas as áreas disponí-

veis, que todos os terrenos "plantáveis" dentro do perímetro urbano da cidade, estavam realmente plantados, cada um deles ostentando orgulhosamente, além do nome da "ma-

chamba", também o nome da entidade ou Grupo Dinamizador responsável pela sua criação e manutenção.

Perguntamos então ao nosso acompanhante, na circunstância, o nosso cor-

respondente em Maputo, qual era o sentido geral da existência e manutenção daqueles tão típicos "jardins", mesmo, e principalmente, dentro das zonas mais bonitas e residenciais da cidade (e abrimos aqui "parêntesis", para dizer que a cidade de Maputo, arborizada e com belos jardins, oferece a cada passo ao visitante uma bela paisagem urbana).

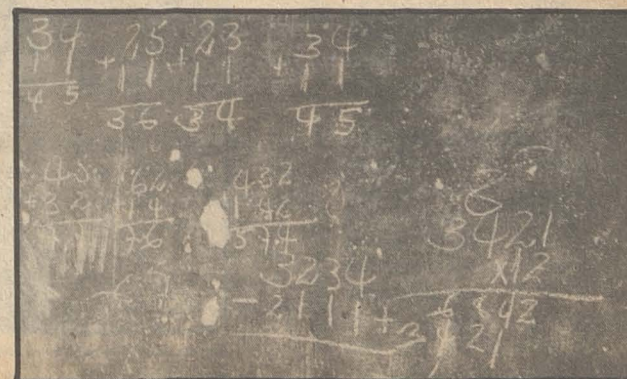
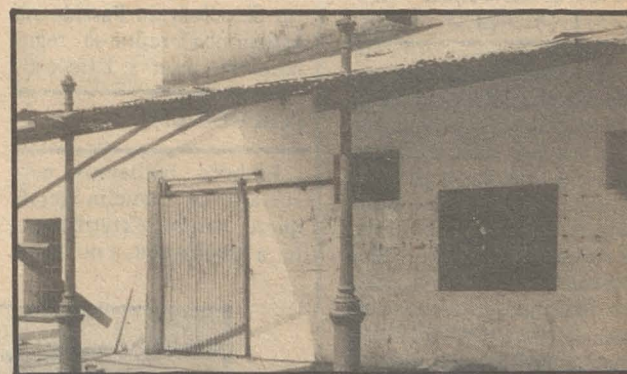
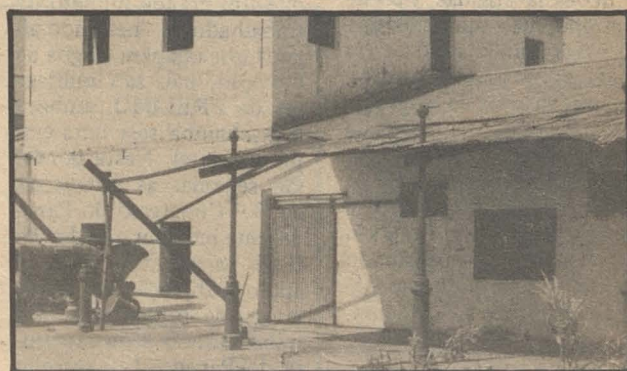
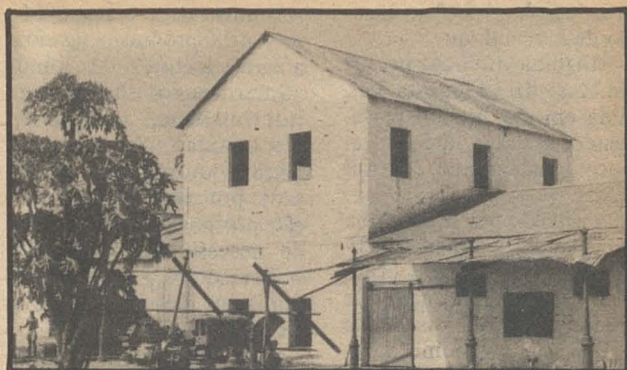
A resposta dada foi a de que, além do óbvio implemento à satisfação das necessidades de consumo, as machambas colectivas eram a consequência quase que imediata à palavra de ordem lançada em 1976, de que a produção liberta o povo.

E no nosso passeio, encontramos machambas colectivas das mais variadas dimensões e localizações, e também com culturas diversificadas, naturalmente de produtos hortícolas, que iam das couves, à batata e à cebola.

Na última viagem a Moçambique, manifestamos o nosso desejo de desta vez conhecer de perto outro tipo de machamba, desta vez uma machamba do Estado, e tivemos então a ocasião de conhecer a Machamba Estatal da Moamba, distante somente setenta quilómetros de Maputo, e na província do mesmo nome.

MOAMBA

A Machamba Estatal da Moamba, como outras aliás, foi estabelecida com o aproveitamento de um antigo latifúndio, abandonado a partir de 1974, e foi, segundo informações prestadas por um dos seus administradores, a terceira



a ser criada a nível do Estado de Moçambique.

Moamba, fundada no 1.º de Maio de 1976, está dividida em dez blocos, perfazendo na sua área total aproximadamente 10 mil hectares.

A divisão da Machamba em blocos de dimensões diferentes, obedeceu a critérios de racionalização de meios e condicionalismos existentes, tais como construções já erigidas, tipo de terreno, mais ou menos acidentado, qualidade da terra para as possíveis culturas, planos futuros de irrigação, etc. É, pois, dentro dessa racionalização, que se em alguns blocos, como o 3, o 5 e o 6, pratica-se somente a agricultura, o 1 e o 2 são agro-pecuários, possuindo o bloco 2 perto de setecentas cabeças de gado vacum.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Se como já dissemos, a Machamba está dividida em blocos, os trabalhadores, por sua vez, estão organizados em brigadas e pelotões dentro dos blocos, cada um desses com um responsável à frente, função que exerce baseado na sua capacidade profissional e aceite pela parte dos trabalhadores que compõem as unidades de trabalho.

As decisões são tomadas pelo Colectivo dos Blocos, e pelo Colectivo da Machamba.

Na estrutura da Direcção da Machamba, encontram-se dois elementos da Administração Central, e um responsável por cada um dos blocos, o que perfaz um total de doze trabalhadores.

Em cada bloco, por sua vez, existe uma Comissão

Administrativa e responsáveis pela produção ligados a vários sectores, tais como saneamento, hidráulica, horticultura, topografia, mecanização, obras, veterinária, e outros, não sendo raro, por razões de formação profissional, ou mesmo de necessidade, o mesmo trabalhador ser responsável por mais de um ou dois sectores.

Constatamos também que um grande número de trabalhadores, incluindo alguns que ocupam cargos de direcção, não são militantes da FRELIMO, embora a machamba seja uma empresa estatal. Neste ponto, são seguidas as directrizes do 3.º Congresso do Partido, que indicam que devem fazer parte dos órgãos de apoio à Direcção, representantes da organização dos trabalhadores e da estrutura do Partido. E o secretário da célula do Partido na Machamba, reúne-se regularmente com a Direcção.

O BLOCO UM

Embora tenhamos percorrido de maneira geral, quase sempre externamente, a Machamba, a nossa vi-

sita restringiu-se, mais por uma questão de tempo, ao Bloco 1.

Fomos acompanhados na nossa visita pelo responsável administrativo do Bloco, Bastino Jeque Simone, capataz agrícola, que nesse dia completava 22 anos de vida. Adaptados aos processos gerontocráticos europeus, surpreendeu-nos novamente a afirmação da Juventude em postos de decisão e responsabilidade, e ficamos outra vez reconhecidos do valor da sua vitalidade dentro de um processo revolucionário. Acompanhou-nos também outro jovem, Albano João Nhamango, da secção de contabilidade, que com Bastino, deu-nos precisas informações e esclarecimentos.

Soubemos e pudemos constatar, que no Bloco 1 existem 595 trabalhadores, dos quais 74 são mulheres. Nesse efectivo, 44 trabalhadores são tractoristas.

Os trabalhadores consomem geralmente daquilo que produzem, incluindo o leite. Aquilo que não produzem, compram na cantina, aberta a partir das 17 horas, e essas compras con-



Bastino Jeque Simone, responsável do Bloco 1, completou 22 anos no dia da nossa visita

sistem normalmente em arroz, farinha, óleo e açúcar, por sua vez adquiridos em um armazém de Maputo, da estrutura provincial.

O horário normal de trabalho é de oito horas diárias, em cinco dias e meio por semana, o que dá um total de quarenta e quatro horas semanais.

Os salários estão bastante nivelados, havendo uma diferença máxima de três mil

escudos, e embora essa diferença exista, está bastante atenuada a diferença valorativa entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e burocrático. Um tractorista pode, por exemplo, ganhar mais que um membro do pessoal administrativo.

E transcrevemos aqui algumas palavras de Sérgio Vieira: "O Homem Novo não vê contradição entre o

trabalho intelectual e o trabalho manual. Ultrapassou essa contradição e tornou-os complementares — a realização intelectual acompanha a produção manual e intelectual. O corpo participa na criação, e a inteligência governa e vive através da criatividade".

A PLANIFICAÇÃO

Entre as resoluções da 4.^a Sessão do Comité Central da FRELIMO, salienta-se a necessidade da entrada imediata em funcionamento da Comissão Nacional do Plano, e da importância do Plano na vitória da Revolução. E transcrevemos:

"É com base num Plano que os ritmos de crescimento, os ramos mais importantes, as produções principais, os benefícios sociais, devem ser qualificados e orientados para o melhoramento constante do nível de vida do Povo".

Relativamente à planificação da produção agrícola, afirma-se que se "deve estabelecer, onde as condições o permitam, a especialização agrícola, evitando-se a produção competitiva que ainda se verifica entre as empresas estatais e cooperativas agrícolas, e estabelecendo a necessária especialização".

Estes princípios têm sido aplicados na medida do possível na Machamba Estatal da Moamba, onde se apoia inclusivamente a cooperativa agrícola de produção existente nas proximidades da sua estação de bombagem.

A planificação dá os seus frutos.

No primeiro ano de funcionamento, só foram aproveitados cem hectares

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DO PLANO

Programa Semanal de 27 a 1/12/78.

2.^a feira—adubar o milho do fundo e sachar.

3.^a feira—Sachar o tomate e amontoar

4.^a feira—adubar o milho do fundo direito.

5.^a feira—Preparação do milho 2.norte e melancia na 2.5ul.

6.^a feira—Tratar o tomate de Iboruane, em todos os sentidos necessários

Sábado—Trabalho em geral.

Moamba, aos 27 de Novembro de 1978.—
Unidade, Trabalho, Vigilância
A Luta Continua

Secção de Pessoal e planificação

João Trezentos Vilanculos

JT/WJP.-

Uma ordem de serviço antiga, esquecida num canto da vitrine, resumia e simbolizava toda a visita.

Em palavras muito simples, sente-se a expressão da aliança do rigor e da criatividade, permitindo que no trabalho colectivo se desenvolva o espírito de iniciativa, e paralelamente, o sentido da responsabilidade.

Com os riscos, limites e perigos consequentes, Moçambique despiu as vestes do colonialismo.

dos mil compreendidos pelo Bloco 1. A área cultivada tem sido progressivamente aumentada, e hoje já é de mais de quatrocentos hectares.

Neste processo, é importante o problema da irrigação, e foram feitas conquistas importantes nesse sector. Existem actualmente cinco represas no Bloco 1, e uma sexta está sendo construída com o auxílio de técnicos chineses, que deverá ser posta em uso no próximo mês de Maio. Tratar-se-á da represa de maior capacidade da machamba, perto de 20 mil metros cúbicos, o que irá permitir um alargamento da zona irrigada.

Por outro lado, a estação de bombagem, que começou a ser montada em Junho de 1976, também terá as suas obras concluídas em Maio. Actualmente têm somente uma motobomba em funcionamento (diesel), mas três conjuntos eléctricos estão a ser concluídos.

A utilização planificada dos meios disponíveis, e o desenvolvimento dos métodos de trabalho, fizeram aumentar a produtividade e

a produção. Fomos informados de que, dos 106 hectares onde foi cultivado o milho no ano passado, foram obtidos trezentas e dezoito toneladas de milho grado; que nos 50 hectares destinados a batata, colheu-se quinhentas toneladas; nos 30 hectares plantados com tomateiros obteve-se quase novecentas toneladas em duas colheitas. E experimentou-se com sucesso o cultivo de frutas, tais como pêssegos, maçãs, ananases, peras e outros.

E tratando-se de um bloco agro-pecuário, o Bloco 1 tem 62 vacas leiteiras, que produzem um importante excedente de leite, para além do consumo do próprio bloco.

UM PROBLEMA

Há, no entanto, dificuldades que ultrapassam a capacidade de resolução do bloco.

É o caso dos tractores.

O parque da machamba tem oitenta tractores, dos quais cinquenta e seis estão no parque do Bloco 1, embora aí sejam utilizados apenas dez. Mas, embora

haja mecânicos especializados na manutenção das máquinas, nem todos são utilizados devido à falta de pneus, de óleos lubrificantes, e, incrivelmente, por falta de cola para remendar os pneus furados.

São problemas inerentes às carências gerais do país, que por vezes é presa de fornecedores internacionais, que fazem, como já é hábito, da manutenção uma segunda venda através da "assistência técnica".

CRESCER EM CONJUNTO

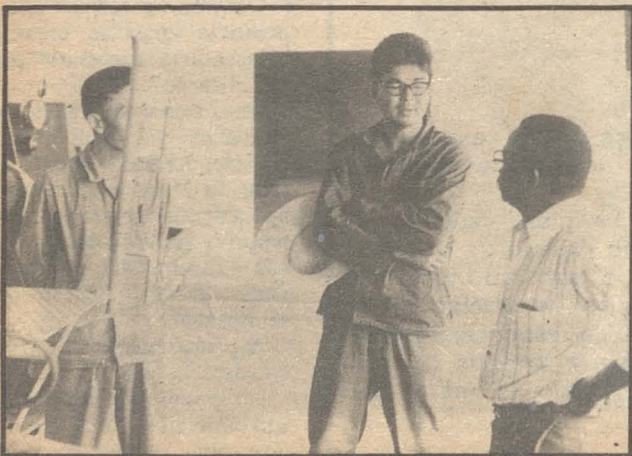
Se consideramos a machamba estatal não só como um centro de produção, mas também como uma base de formação do Homem Novo, existem ainda carências e necessidades sócio-culturais evidentes.

A organização de uma creche, por exemplo, apresenta-se como uma necessidade crescente. Depois dos sessenta dias de licença de parto, direito inalienável da mulher trabalhadora moçambicana, estas vêm-se diante da contingência de terem de levar os filhos para o trabalho. Normalmente, sob supervisão do chefe de brigada, as crianças são vigiadas, mas isso não constitui, evidentemente, uma solução definitiva.

Há um posto médico com socorristas para primeiros socorros e tratamentos, isto em todos os blocos. Um médico cooperante chinês, que atende toda a machamba, passa semanalmente por cada bloco, e, em caso de necessidade, pode ser rapidamente localizado.

Há uma escola primária no Bloco 1, mas ainda não

Técnicos cooperantes chineses trabalham na machamba



existe uma biblioteca, embora haja um projecto de instalação em estudo. Continua-se a alfabetização de adultos, com aulas ministradas pelos próprios trabalhadores, não se tendo, no entanto, atingido os valores desejados.

Para além do convívio normal diário nas horas de descanso (onde normalmente os trabalhadores cantam e dançam), e da visita eventual de algum artista ou grupo cultural, não existe de momento programações regulares.

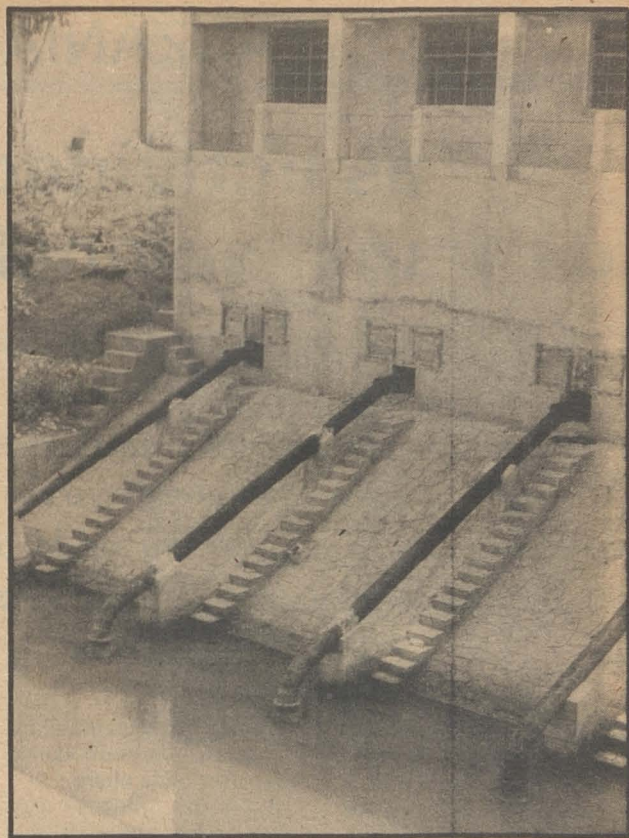
E quanto à actividade desportiva, por enquanto semente é praticado o tradicional futebol de onze, tão a gosto do moçambicano.

Quase todos os trabalhadores vivem fora da machamba, o que começa, por sua vez, a levantar o problema do transporte e outros, devido à sua dispersão. Daí existir a ideia de se concentrarem numa aldeia comunal, o que parece já ter ultrapassado a fase de projecto, para começar a tornar-se realidade.

São esses alguns problemas, e algumas das soluções, nem sempre a contento, que concretamente existem. Mas um segundo passo só pode ser dado depois do primeiro. E o terceiro e o quarto se seguem. E no caso da Moamba, são sempre passos largos, e sempre para a frente.

PRESENTE DIFÍCIL, FUTURO A CONSTRUIR

Qual o papel actual das empresas estatais, como o caso da Machamba da Moamba, na economia do país?



Estação de captação de águas

Voltamos mais uma vez às resoluções do 3.º Congresso, onde foi definido:

“As empresas estatais são a forma mais rápida de responder às necessidades do país, pela dimensão das áreas que abrangem, pela organização racional dos recursos humanos e materiais, e pela disponibilidade imediata dos meios de produção mecânicos”.

E quanto ao seu futuro na transformação das relações de trabalho e produção, a resposta também é clara:

“Elas constituirão centros de pesquisa e desenvolvimento da técnica e ciência agrárias. Nas empresas estatais mais estruturadas e avançadas, os camponeses

organizados devem efectuar breves estágios de aprendizagem, tornando-se assim agentes difusores de métodos mais avançados de produção”.

No projecto venturoso de criação e realização do Homem Novo, saímos da Machamba Estatal da Moamba, satisfeitos e motivados.

Deixamos seus trabalhadores e responsáveis outra vez mergulhados e dedicados na tarefa e missão que se dispuseram, em nome de um Mundo Novo, a cumprir.

E dissemos-lhes até breve, com a certeza e a promessa de que um dia lá voltaremos.

cadernos do
terceiro
mundo

TANZÂNIA

as actividades da transnacional Lonrho

Makwaia Kuhenga

*Com o controle das minas, dos transportes,
da imprensa e do comércio de grande parte
do continente, a empresa dirigida por Tiny Rowland
quase chegou a ser o «governo invisível»
da África*

SE a morte do presidente chileno Salvador Allende, em 1973, e o colapso do seu governo socialista ensinaram algo à África, essa lição foi, sem dúvida, uma chamada de alerta sobre a necessidade de vigiar de perto as actividades das empresas transnacionais que se expandiram a todos os pontos do Terceiro Mundo.

Na África de hoje, a transnacional que mais penetrou no continente, por meio de métodos tortuosos — e portanto a que mais vigilância requer, — é a Lonrho, a London and Rhodesia Mining and Land Company Limited, fundada na capital britânica, em 1909.

Na busca de lucros crescentes, a Lonrho chegou a considerar-se a si mesma como um governo invisível do continente, muito mais importante que os governos nacionais. Para encher os seus cofres, a Lonrho li-

sonjeou, chantageou ou humilhou os líderes africanos nos países onde opera.

Acusações similares são feitas contra a maioria das transnacionais que actuam no Terceiro Mundo, a a começar pelo caso da Anaconda e da Kennecott, no Chile. Mas a particularidade da Lonrho consiste em que esta chegou a ponto de se converter num obstáculo activo contra o processo de libertação na África Austral, atitude que obrigou a Tanzânia — um País da Linha da Frente contra os regimes racistas minoritários, — a expulsá-la do país.

“POSE FALSA”

“O Governo tanzaniano está conciente — afirma o comunicado que anunciou a expropriação em Junho de 1978, — que a Lonrho não é a única empresa transnacional que mantém interesses na Rodésia e na

África do Sul e, ao mesmo tempo, realiza negócios na Tanzânia. No entanto, a Lonrho é um caso único pelas seguintes razões:

Através do seu principal executivo, “Tiny” Rowland, a Lonrho apresenta-se a si mesma como amiga da África livre, mas nesse contexto não hesita em imiscuir-se na política da África Austral, em especial do Zimbábue.

A cuidadosa investigação das actividades da Lonrho, realizada por inspectores do Departamento de Comércio no Reino Unido, revelou que esta profissão de amizade é uma pose falsa. Ficou demonstrado que, enquanto se diz amiga da África livre, a Lonrho esteve durante muitos anos envolvida em actividades lucrativas na Rodésia, em contradição com a letra e o espírito das sanções das Nações Unidas contra o go-

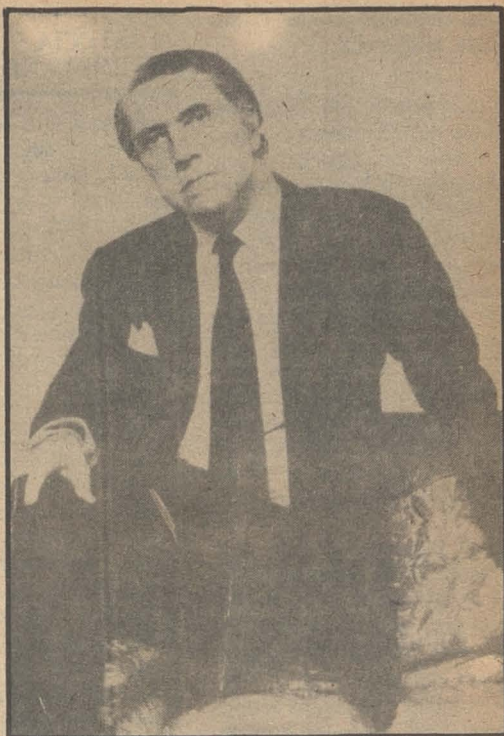
verno rebelde dessa colónia britânica..."

O Departamento de Comércio britânico revelou que a **Lonrho** não só "supervisionou de perto" as actividades das suas subsidiárias rodesianas depois de Ian Smith ter declarado unilateralmente a independência, em 1965, como também tomou medidas destinadas a "buscar um financiamento substancial" para o desenvolvimento de duas minas na Rodésia, Hayati e Shanrocke.

A **Lonrho** — cujo nome deriva, significativamente, de **Londres** e **Rhodesia**, — tentou assegurar-se, segundo o relatório britânico, "da máxima participação possível nas receitas geradas pela exportação ilegal do cobre rodesiano", numa violação das sanções impostas pelas Nações Unidas.

Quando a ONU proibiu a exportação de cobre da Rodésia, a **Lonrho** tinha compromissos de venda de concentrados de metal a interesses japoneses, diz o relatório. Antes da libertação de Moçambique, a subsidiária da **Lonrho** da Rodésia adquiriu uma mina moçambicana abandonada, com o propósito de facilitar a exportação ilegal do cobre rodesiano, com a emissão de falsos certificados de origem. Esta transacção foi realizada com o consentimento dos altos executivos da **Lonrho**.

O governo da Tanzânia declarou que "não sabe se estas actividades implicam a intervenção da comissão de delitos, segundo a lei do Reino Unido. Esse é um assunto das autoridades britânicas. Contudo, essas operações são graves e a Tanzânia não pode continuar como anfitriã de uma



«Tiny» Rowland, astucioso director da **Lonrho**

firma estrangeira que se conduz de tal maneira. Por isso, o Governo decidiu que a **Lonrho** devia ser expulsa da Tanzânia".

Esta resolução, assinala com maior ênfase o compromisso do país com o projecto socialista e independente enunciado na Declaração de Arusha, há treze anos atrás. Naquela época, a Tanzânia nacionalizou os principais meios de produção e comércio, embora a empresa privada, tanto local como estrangeira, continuasse a ter o seu papel na economia do país.

Um ponto central da política tanzaniana tem sido o compromisso com a luta de libertação na África Austral, aspecto em que não há margem para concessões. Por isso, explicou

o Governo, a "Tanzânia não pode permitir que opere neste país uma empresa que se sabe ter sabotado em outras partes a luta de libertação da África Austral".

CONTRA OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A **Lonrho** foi fundada em princípios do século XX para "comprar ou adquirir minas, terras e direitos mineiros na Rodésia, na África do Sul e em outras partes da África". Em 1960, mudou a sua sede central para Salisbúria. Nessa altura, já explorava grande quantidade de minas na Rodésia e na África do Sul e possuiria enormes extensões de terras, onde produ-

zia matérias-primas como café, sisal e chá.

nhia possui ou controla mais de 600 empresas subsidiárias ou associadas em África e no Médio Oriente. Como todas as transnacionais, a sua única razão de ser é o lucro. Há quatro anos teve receitas de cerca de três milhões de dólares por dia, o que justifica a jactância de um dos seus directores: "Com somas como estas, já não temos problemas financeiros. O que necessitamos é de ideias, de criatividade..."

O argumento usado para justificar a penetração da Lonrho em África não foi, porém, muito original. Tal como outras transnacionais, afirmou estar a "desenvolver" as jovens economias do Terceiro Mundo. Mas é sabido que, na realidade, não houve injeção de capital nos países subdesenvolvidos, já que a prática habitual das transnacionais é extrair o capital empregado nas economias locais. A Lonrho fez milhões graças aos dirigentes políticos da região, que lhe permitiram explorar ilimitadamente a mão-de-obra barata e abundante dos africanos.

O triunfo da FRELIMO, em Moçambique, e do MPLA, em Angola, alarmou os directores da Lonrho. Numa intensa actividade nos últimos anos, têm manobrado para evitar que a Rodésia siga o exemplo desses dois países. Assim, a Lonrho se opõe sistematicamente aos esforços da Frente Patriótica e dos Países da Linha da Frente por uma independência genuína do Zimbabwe.

A ASTÚCIA DE ROWLAND

É aqui que entram em acção as "ideias e a criatividade". Graças à sua astúcia, o director da transnacional, "Tiny" Rowland, conseguiu cultivar relações pessoais amistosas com vários nacionalistas africanos, e até mesmo aparecer, como se actuasse em favor deles.

Ao mesmo tempo, Rowland conduz-se com delicadeza perante os inimigos desses nacionalistas africanos. E também actua em favor desses inimigos! Ele considera-se um perito em relações internacionais. Mas o que oculta cuidadosamente às duas partes é que, na realidade, actua apenas em favor dos interesses da sua empresa, a Lonrho.

Em princípios da década de 60, por exemplo, a Tanzânia e a Zâmbia procuravam investimentos e tecnologia para construir um caminho de ferro que desse à Zâmbia uma saída para o mar, através do porto tanzaniano de Dar-es-Salaam. A Lonrho adoptou uma atitude ambígua. E só fez uma contra-proposta quando os chineses se ofereceram para construir essa via férrea, e a transnacional se deu conta que isso ameaçava os interesses do seu império.

Desde então a Lonrho empenhou-se numa campanha de desprestígio contra o caminho de ferro Tazara e o porto de Dar-es-Salaam, argumentando que ambos são "tremendamente ineficientes". A verdade é que a transnacional é do-

na das rotas que comunicam a Zâmbia com o exterior, através da Rodésia. E após muitos anos de manobras, finalmente teve êxito, em fins de 1978, quando a Zâmbia reabriu a sua fronteira com a Rodésia para canalizar parte do seu comércio exterior através desse país.

O objectivo da Lonrho, com a sua intervenção na política rodésiana, não é, realmente, defender o regime de Ian Smith, mas assegurar que, após o inevitável fim do governo de minoria branca, emergja uma administração que veja com simpatia a continuidade das suas operações, tal como conseguiu criar uma opinião favorável à sua permanência em numerosos países africanos.

"CONTROLO REMOTO" SOBRE A OUA

A Lonrho desenvolveu uma técnica particular para cultivar pacientemente contactos com dirigentes locais, e procura sempre identificar-se com os interesses de algum grupo "nativo". Em muitas partes de África abundam os exemplos de como a transnacional penetrou até altos níveis administrativos, a empregar métodos pouco convencionais para se converter em "governo invisível".

Numa ocasião, a Lonrho tentou, até mesmo, tomar conta da Organização da Unidade Africana, através da manipulação, por controlo remoto, de altos funcionários do secretariado. Em 1974, o então secretário-geral da OUA, Ngo Ekangaki, teve de deixar o posto quando se descobriu

que fora seduzido a entrar em "arranjos" com a **Lonrho**.

Os métodos da empresa para defender os seus interesses tornaram-se evidentes quando ela, após ter boicotado as sanções económicas contra a Rodésia, deu uma reviravolta e passou a acusar os seus concorrentes de fazer o mesmo jogo. A **Lonrho** chegou a convencer numerosos dirigentes africanos do seu compromisso com a libertação do continente, a tal ponto que, numa ocasião, chegou a ser-lhe pedido que utilizasse o seu acesso ao mundo dos negócios para ajudar a detectar os violadores das sanções contra os regimes racistas da África Austral. Oferecia-se ao lobo a vigilância dos cordeiros!

A análise de como a transnacional pôde chegar tão longe não pode ser feita sem estudar os métodos diplomáticos peculiares ao seu principal executivo.

A ASCENSÃO DE UM ESPECULADOR

"Tiny" Rowland nasceu na Índia, em 1921, com o nome de **Furhop** Rowland, logo trocado desde que viajou ao Reino Unido para se incorporar no exército britânico.

Mais tarde, ele se descreveu a si mesmo como "um agente comercial em busca de dinheiro para pagar uma passagem para a Rodésia". Por volta de 1950, as suas actividades especulativas com algumas companhias já lhe tinham permitido ocupar um lugar na indústria mineira, e, em 1961, foi nomeado membro da junta directora da **Lonrho**.



Manifestação de apoio à nacionalização, em Dar-es-Salaam

As habilidades adquiridas na especulação financeira permitiram-lhe estabelecer amizade com muitos políticos, conhecer a fundo o pensamento deles e, com base nisso, penetrar no resto da África.

Rowland chegou à direcção da **Lonrho** num momento crucial para a história da África, no início da década dos 60, quando a independência era o grande tema na agenda do continente.

Com fingida alegria, Rowland assistiu à emancipação de um país africano após outro, e proclamou a sua vontade de cooperar com estas jovens nações que tinham anunciado a disposição de aceitar o capital privado.

A sua astúcia e os seus contactos com os nacionalistas africanos permitiram-lhe ver os problemas com antecipação. Em 1963, já estava estabelecido no Malawi, onde o ditador Kamuzu Banda lhe outorgou um estatuto especial de diplomata.

Quando a Zâmbia se tornou independente, no ano

seguinte, Rowland estava firmemente implantado no país. Em 1961, já tinha comprado a empresa **Consolidated Motors**, uma companhia dedicada ao comércio de sobressalentes, que lhe serviu de base para uma rápida expansão no território.

Na Tanzânia, a **Lonrho** apareceu cedo, com a aquisição da **Central Line Sisal Estate** e outras vinte empresas privadas. A transnacional comprou também o jornal **The Standard** (antecessor do actual **Daily News**) e o semanário **Sunday News**, que foram ambos sabiamente nacionalizados pelo governo tanzaniano, em 1971. Ainda hoje, a **Lonrho** tem uma considerável participação na imprensa da África Oriental e Central. Praticamente todos os diários zambianos, pelo menos em parte, propriedade da corporação "mineira".

Em 1967, foi criada a **Lonrho East Africa**, como holding de todas as companhias filiais do Quênia, no Uganda e na Tanzânia. Em Nairobi, a fusão foi

particularmente bem recebida, já que ofereceu postos na directoria das suas 50 subsidiárias no Quênia a executivos deste país. Este é, precisamente, o segredo do êxito da **Lonrho** na África. Rowland sempre se empenhou em recrutar elementos locais para integrar os conselhos directivos e mesmo a gerência das suas subsidiárias.

Em 1968, a **Lonrho** estabeleceu vínculos com importantes sectores da economia nigeriana. "Tiny" Rowland visitou Lagos, em Julho de 1969, para negociar com "certos interesses locais" a aquisição de um navio-tanque para o transporte do petróleo nigeriano.

Mas os contactos africanos mais importantes de **Lonrho** deram-se no Sudão, país que serviu de trampolim para que a companhia se vinculasse aos dirigentes dos ricos países petroleiros do Médio Oriente.

A história repete-se em outras partes da África, com firmas subsidiárias e associadas que produzem desde os pregos aos fósforos, controlam o transporte, editam jornais ou fabricam cerveja.

A CARA DESAGRADÁVEL DO CAPITALISMO

Em 1971, as manobras africanas de Rowland chegaram a preocupar até mesmo os seus sócios capitalistas, produzindo o que, em círculos financeiros, sychamou a "crise de direcção" na **Lonrho**. Tal crise, foi essencialmente uma luta interna, com a directoria di-



Lonrho: fortuna e poder para Rowland, trabalho duro para os africanos

vidida entre os que pensavam que Rowland estava a arruinar a transnacional com as suas manobras e aqueles que apoiavam os seus escuros procedimentos.

O conflito terminou com Rowland firmemente sentado na sua cadeira de director-geral, mas serviu para revelar boa parte dos métodos e das relações da firma com muitos governos da região.

Os três africanos da direcção, Udi Gecega, do Quênia (genro do falecido presidente Kenyatta), Gil Olympio, do Togo (filho do também desaparecido presidente Olympio) e Tom Mtine, apoiaram Rowland sem reservas. Estes executivos advertiram os seus colegas de origem europeia das "perigosas consequências" que teria para os interesses da **Lonrho** uma eventual renúncia de Rowland ao seu cargo. Um deles, chegou inclusive, a afirmar que "Mister Rowland exerce uma imensa influência em África. A companhia que ele desenvolveu não tem paralelos, já que é virtualmente a única que não sofre das usuais conotações imperialistas".

Ao mesmo tempo, essas conotações punham-se de manifesto em África — ao comprovar-se a violação das sanções impostas aos regimes racistas, — e em Londres, onde um tribunal demonstrava que a empresa tinha utilizado políticos britânicos para transacções corruptas. Esta "cara desagradável e inaceitável do capitalismo", segundo a expressão do ex-ministro britânico Duncan Sundays, incluí a utilização de prostitutas, subornos, pagamentos indevidos a funcionários e outros negócios não menos sórdidos.

No entanto, muitos africanos estão convencidos que se conhece apenas "a ponta do iceberg" das actividades da **Lonrho** contra os interesses da libertação africana, e esperam que a valorosa atitude da Tanzânia, ao expulsar a transnacional do seu solo, contribua para despertar a inquietude em outros países sobre as práticas de "Tiny" Rowland e a sua aliança com os sectores mais retrógrados do continente.

SAHARA

a luta continua



A República Árabe Saharaui Democrática (RASD) celebrou, recentemente, o terceiro aniversário da sua proclamação. E, tal como no ano passado, um enviado dos «Cadernos do Terceiro Mundo» esteve presente a essas importantes festividades, que demonstraram, mais uma vez, a determinação do povo saharauí e da sua vanguarda, a frente POLISÁRIO, em continuar a luta até à total e completa libertação do seu país. O nosso enviado entrevistou o responsável das relações exteriores Omar Jadrani, e descreve-nos a vida nos acampamentos de refugiados.

Ricardo Grassi

NO passado dia 27 de Fevereiro, a República Árabe Saharaui Democrática fez três anos de vida. Três anos de intensas lutas pela libertação nacional, contra os ocupantes do seu território: Marrocos e Mauritânia. Luta de libertação que é muito mais antiga, mas que nestes três anos sofreu um salto qualitativo, proporcionando importantes vitórias ao povo saharauí e à sua vanguarda, a Frente POLISÁRIO. Neste lapso de tempo, o povo saharauí pôs fora de combate a Mauritânia, que se afastou da contenda, debilitada ao extremo pelo fustigamento das guerrilhas. Marrocos, pelo contrário, persiste na sua agressão.

A agressão de Marrocos é uma causa directa da política expansionista do rei Hassan II, que sonha com "o grande Marrocos", um grande império norte-africano que se estenderia das actuais fronteiras pelo Sahara, Mauritânia, para chegar ao Senegal e Mali, retalhando partes do território argelino.

Ao dividir sobre o mapa o território do Sahara ocidental, juntamente com a Mauritânia, mercê do pacto firmado com a Espanha de Franco em 1975, o monarca marroquino procurava o controlo e aneção das importantes riquezas naturais que jazem nos seus 284 mil quilómetros quadrados: os jazigos de fosfatos mais ricos do Mundo, abundância de petróleo, urânio, gás natural, ferro e pesca.

Mas a cobiça nem sempre é boa conselheira. O esforço para enfrentar as forças do Exército de Libertação Popular Saharaui, que golpeiam o inimigo no seu próprio território — recorde-se o ataque da celebração do 3.º aniversário da RASD, que (se bem que espectacular) constitui apenas mais uma das muitas operações no sul do território de Marrocos — está debilitando seriamente a economia marroquina.

Foi pois no meio de euforia pelo seu crescimento organizativo e militar que a RASD festejou o seu aniversário. No seguimento das festividades pudemos percorrer os campos de refugiados, situados no sul da Argélia, que abrigam mais de cem mil saharauís, bem como entrevistar Omar Jadrani, membro do comité executivo da Frente POLISÁRIO e responsável das relações exteriores daquela organização. Jadrani participou directamente nas negociações com a Mauritânia e nos encontros registados com funcionários da

monarquia marroquina. É esse diálogo que agora transcrevemos.

Em que ponto está a situação com a Mauritânia?

Eles dizem que têm que consolidar o governo. A verdade é que a Mauritânia quer sair com o menor custo possível e não quer romper relações com Marrocos. Mas devem partir do facto de que perderam a guerra contra nós. Tenho a impressão de que esperando arriscam muito. Na Mauritânia há muita gente contra a guerra, muito mal-estar pela presença das tropas marroquinas no seu território, e deram-se conta que isso significa ter inimigos dentro de portas.

E quanto à situação com Marrocos?

O rei Hassan II nunca procurou uma solução político-diplomática para o conflito, apesar da Frente POLISÁRIO estar disposta ao diálogo. Os marroquinos devem pôr fim ao expansionismo e virarem-se para a resolução dos seus problemas internos. A crise económico-social é hoje um elemento explosivo naquele país. E esta exploração colonial — sem quaisquer possibilidades de êxito — implica uma constante drenagem de dinheiro. As guerras são duras.

"OS FRANCESES QUEREM UMA SOLUÇÃO DO CONFLITO"

Mas então porque razão prossegue Hassan II na sua agressão?

Procura salvar a sua imagem, ainda que seja terrível recorrer à guerra para o fazer. Hassan deveria fazer frente à situação. Está isolado e preso a uma engrenagem, empenhando-se em falar de tudo menos dos saharauís e do problema concreto. O rei quer ficar com o Sahara, e não tem outro meio senão a guerra. Mas não salvará a sua imagem, pois na História é mais honroso descolonizar que praticar o colonialismo...

Mas também é inegável que até mesmo os partidos marroquinos da oposição ao rei apoiam a guerra contra os saharauís...

Sim, nesse aspecto, as forças políticas de Marrocos parecem unidas, mas os seus objectivos são distintos e estão divididas quanto à solução para os problemas internos.

Depois da morte do presidente Boumedienne, o Eliseu, de Giscard d'Estaing, pôs a circular a versão de um possível encontro entre Hassan II e o novo presi-



dente argelino. Como interpreta esta ação?

Os franceses querem uma solução do conflito e essa versão era uma maneira de sondar a nova situação argelina. O desmentido do novo presidente sobre a possibilidade desse encontro foi clara. Evidentemente, para a França conseguir um acordo entre a Argélia e Marrocos significaria reduzir o problema e circunscrevê-lo à "pequena" POLISÁRIO e Mauritânia. Mas não há outro remédio que atacar o problema desde a base, porque, de outra maneira, haverá consequências daninhas para todos. Há, sim, que ajudar a que se encontrem Marrocos e a POLISÁRIO e não Argélia e Marrocos. Deve ser incluído definitivamente o problema saharauí na ordem do dia.

Recorde-se que depois destas declarações, as relações entre Marrocos e a Argélia se deterioraram ainda mais. Hassan II acusou o governo argelino da situação que se vive no sul de Marrocos em consequência da guerra. A atitude adoptada pelo rei marroquino consiste sempre em afirmar que o que realmente existem são problemas limítrofes entre os dois países e que os ataques militares provêm da Argélia. Desta forma, continua a ignorar os saharauís e os seus êxitos militares. A intolerável situação a que Hassan aludiu é resultado da "ofensiva Houari Boumedienne", levada a cabo pela Frente POLISÁRIO.

Em matéria internacional o erro de muitos países foi nunca haver considerado que os saharauís podiam combater e vencer. Pode-se afirmar que muitos deles agora se dão conta do equívoco e admitem que o nosso povo é uma força real.

Nestes dias, a Etiópia e depois o Vietnam reconheceram a República Árabe Saharaui Democrática (RASD). Há perspectivas de um possível reconhecimento por parte da União Soviética?

Isso não sei. O que posso dizer é que da nossa parte não há nenhum impedimento para estabelecer essas relações.

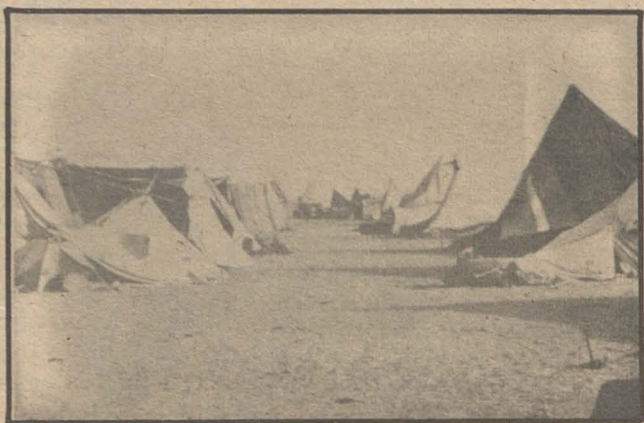
A União Soviética tem um importante acordo comercial com Marrocos. Como analisa esse dado?

Isso não é uma razão para que não haja relações com a POLISÁRIO ou a RASD. Aliás, a União Soviética tem também acordos com a Mauritânia no campo das pescas. Mas os acordos comerciais são apenas isso, e cada um é livre de os estabelecer com quem quiser, sem que isso o converta em agressor...

Então porque razão consideram a Arábia Saudita como agressor, tal como o definiu o Primeiro-Ministro da RASD, Mohamed Lamine, em conferência de Imprensa a qui realizada?

Porque a Arábia Saudita apoia concretamente Marrocos para que continue a guerra contra nós.

a vida nos acampamentos



Após assistir às festividades do terceiro aniversário das RASD uma parte dos convidados, onde me integrava, teve oportunidade de visitar os acampamentos de refugiados. Levantados a partir do eclodir da guerra, factor determinante deste povo, integram mais de cem mil pessoas, as que puderam fugir das cidades ocupadas — as suas cidades — onde são considerados estrangeiros, explorados e reprimidos, porque todo o saharauí é cada vez mais suspeito à medida que as vitórias do Exército de Libertação Popular são mais evidentes.

Foi lenta e difícil a tarefa conduzida pela POLISÁRIO de ir congregando este povo disperso por mais de duas dezenas de acampamentos numa circunferência de cerca de 100 quilómetros.

Nos acampamentos quase que não há homens — pois estão na frente de combate — apenas se vêem

mulheres, crianças e todos aqueles que pela sua idade já não podem combater.

Com uma organização precisa e perfeita, os acampamentos dividem-se em comités: de sanidade, de nutrição e alimentação, político, artesanato, de educação, de justiça, etc. A vida imediata de cada acampamento passa por estes comités, onde cada habitante se integra em células ou grupos.

“Aqui a delinquência não constitui um problema”, explica-nos um membro de um comité de justiça. “Há outros aspectos — prossegue — como pode ser o mau cumprimento de um trabalho designado, e então reunimo-nos, analisamos o caso, e se constatamos que houve infracção damos uma pena que normalmente consiste na repetição do trabalho ou mesmo a sua intensificação”.

No mesmo acampamento as crianças recebem uma “educação de orientação”

a cargo do respectivo comité, até à idade de sete anos, quando podem ingressar numa escola regional (para vários acampamentos). Nessa escola podem cursar até ao quarto ano, mas depois as limitações são ainda grandes. “Alguns jovens são enviados para países amigos para que continuem os seus estudos”, explica o Ministro da Educação Mahmud Ali. Outros vão, em regime de internato, para a única escola nacional existente.

Construída com grande esforço, a escola nacional recentemente inaugurada terá uma capacidade para dois mil alunos. A educação é mista e as crianças não são agrupadas por idades, mas segundo o seu grau de desenvolvimento nos estudos, atendendo a diferenças que também derivam da guerra e das precárias condições em que se vive. A língua oficial é o árabe, mas o programa de estudos também é dado em



espanhol. Ainda que a RASD se defina como islâmica, não existe qualquer matéria específica sobre a religião.

"O MILITAR E O POLÍTICO"

"Para a mentalidade ocidental há coisas que lhe parecem estranhas", comentava-nos um membro da POLISÁRIO. "Vêem adolescentes a desfilar armados, crianças que também desfilam demonstrando toda uma disciplina, e ficam assombrados. Mas isso é para nós quase que natural, uma prolongação de uma guerra que é quotidiana, onde o militar e o político estão sempre presentes, porque neles se joga o destino de todos nós".

Esta realidade, transplantada para o terreno da política sanitária, supõe, evi-

dentemente, enormes dificuldades. Existe uma estrutura através de dispensários nos acampamentos, hospitais regionais e um hospital nacional, mas não existem médicos saharauís. "Podemos formar a quantidade necessária de enfermeiros e enfermeiras, mas quanto a médicos ainda necessitamos da colaboração de profissionais estrangeiros", declarou o Ministro da Saúde.

O Hospital nacional tem capacidade para 400 camas, mas até agora só foi possível reunir 300. Como faltam ainda equipas para trabalhos de laboratório, ainda que tudo esteja já preparado para as instalar quando forem conseguidas, seja através dos governos amigos seja de organizações humanitárias ou de solidariedade.

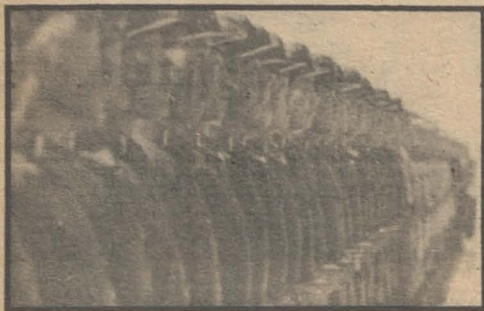
Por detrás de cada uma destas instâncias há uma

decisão política clara: assentar as bases de uma organização social, desenvolver os instrumentos que permitam resolver os problemas, formar-se, dominar a técnica, com vista ao país que deverá ser construído uma vez alcançada a libertação nacional.

"Faz tempo que o nosso povo não usa camelos e o nomadismo ficou para trás. Presentemente a gente fixa-se e o nosso meio de mobilidade é o Land-Rover, afirmou um alto dirigente saharauí. Um jornalista perguntou-lhe se isso não significava perder aspectos de identidade, de património cultural. Pelo que aquele dirigente lhe respondeu: — "a identidade de um povo é aquilo que lhe permite sobreviver".

ASIA

CHINA-VIETNAM por detrás do conflito



Wilfred Burchett

As ambições chinesas sobre o Sudeste Asiático historicamente encontraram no Vietnã um escolho. A invasão não é senão a consequência de uma política expansionista que tem antecedentes remotos

Durante uma visita de um mês ao Vietnã, no passado mês de Dezembro, tive largas discussões sobre a política exterior chinesa com líderes vietnamitas, historiadores e analistas. Percorri, além disso, as áreas fronteiriças com a Kampuchea e a China. Estas são algumas das conclusões dos peritos vietnamitas.

PEQUIM CONTRA MOSCOVO

Em 1953 dois feitos in-

fluenciaram radicalmente "os pensamentos de Mao Tse-Tung": a 5 de Março morreu Staline e Mao descobriu, nesse mesmo ano, na Coreia, que a China podia derrotar os Estados Unidos numa guerra convencional na Ásia. O primeiro acontecimento foi para Mao um presságio da luta pelo poder e a carência de uma liderança decisiva no Kremlin, que debilitariam a União Soviética por muitos anos. O segundo acontecimento evidenciou

que se os Estados Unidos se metiam em guerra na Ásia, também se debilitariam por um longo tempo. Se, com um fertilizante adequado, a China pudesse fazer florescer ambos os processos, teria tempo para desenvolver um potencial económico e militar comparável à sua força demográfica. Assim, no ano 2000, a China não seria uma potência, mas a potência.

Ajudado tanto pelas extravagâncias diplomáticas

de Khrushov e a sua torpe maneira de destruir a imagem de Staline, como pelo choque que produziram no movimento comunista internacional as revelações sobre os últimos anos do stalinismo, Mao construiu um centro rival do comunismo mundial. Impulsinou a formação de partidos "marxistas-leninistas" liderados por Pequim, em oposição aos partidos convencionais vinculados a Moscovo, que foram "etiquetados" de "revisionistas". Pequim converteu-se na sede de um movimento para a paz na Ásia e no Pacífico, que rivalizou com o Conselho Mundial para a Paz e quase teve êxito na criação de um movimento sindical asiático oposto à Federação Sindical Mundial, que goza das simpatias dos soviéticos.

A confrontação de Mao com Moscovo pela liderança do movimento comunista mundial e a luta pelo poder que continuou no Kremlin até à eliminação de Khrushov em Outubro de 1964, contribuíram para debilitar o papel da URSS nos assuntos internacionais. Por sua vez, estimulou os Estados Unidos a assumir um papel de "polícia mundial", principalmente no Sudeste Asiático.

Seria absurdo afirmar que a escalada da intervenção norte-americana na Vietnam esteve inspirada nos "pensamentos no presidente Mao", mas a verdade é que a magnitude dessa intervenção e a sua duração serviam à estratégia de Mao a longo prazo. Quanto maior e mais larga fosse a invasão, melhor para Pequim.



A célebre Passagem da Amizade que separa (de facto) a China do Vietname...

PRESSÕES SOBRE HANÓI

Pode-se discutir muito sobre os motivos desta atitude chinesa, mas certos factos são irrefutáveis. Pequim bloqueou a ajuda militar soviética ao Vietnam nas primeiras etapas da intervenção norte-americana, negando as facilidades necessárias para os abastecimentos enviados por via aérea através de território chinês e inclusive criando obstáculos aos que atravessavam a China por comboio.

É certo que a China deu ajuda militar e financeira generosa ao Vietnam, enquanto os combatentes vietnamitas continham, em grande proporção, as forças de ar, terra e mar dos Estados Unidos. Mas ainda que aparentemente, não houvesse uma contabilidade financeira da ajuda chinesa, houve sim facturas políticas que o presidente Mao esperava cobrar. Uma delas foi revelada pelo prestígio do embaixador vietnamita em Paris, Vo Vang Sung, durante uma conferência de Imprensa a 19 de Fevereiro, dois dias depois da invasão chinesa do Vietnam.

"Em Setembro de 1965

— disse Vo, — a China queria que nos uníssemos a Pequim num triângulo Pequim-Hanói-Jacarta. Recusámos em associarmo-nos a um golpe dirigido pelos comunistas contra o governo do presidente Sukarno. O golpe fracassou. Mas desde então a China intensificou os seus objectivos expansionistas no Sudeste Asiático, dos quais esse golpe fazia parte".

Esse golpe abortado, apoiado sem muito entusiasmo pela direcção pró-chinesa do Partido Comunista Indonésio, foi um fracasso caro. Todos os líderes do PCI foram presos e executados. Durante o banho de sangue que se espalhou depois, foram massacrados centenas de milhares de militantes e simpatizantes comunistas. O encarregado dos negócios chineses em Jacarta, Yao Teng-shan, voltou mais tarde a Pequim como um dos principais assistentes da "bando dos quatro", acusando o primeiro Chou En-lai e o Ministro das Relações Exteriores Chen Yi de "traição" por ter fracassado o apoio a esse golpe. Considerado responsável pelos desastrosos resultados da sua política externa durante o breve período em que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros — no qual se produziu

o saque à embaixada britânica em Pequim, em Agosto de 1967, — Yao Tengshan foi acusado perante um Tribunal do Povo e posteriormente executado.

Mas a negativa de Hanói em apoiar o golpe na Indonésia foi anotada como um sinal de "ingratidão" e desafio ao conceito de Pequim do "internacionalismo revolucionário".

GUARDAS VERMELHAS NO VIETNAM?

Outra nuvem que escureceu as relações Pequim-Hanói foi a recusa de Ho Chi Minh em alinhar com "a Grande Revolução Cultural Proletária" e, em especial, a sua oposição ao recrutamento de "Guardas Vermelhos" na comunidade chinesa do Vietnam. Assim como Sihanouk no Camboja, Ho Chi Minh considerava as intenções chinesas de exportar a "Revolução Cultural" como uma afronta à soberania do seu país e uma intenção de mudar a sua orientação política.

Ho Chi Minh também recusou as pressões de Pequim para alinhar o Vietnam por completo com a posição chinesa no debate ideológico com Moscovo. Sagazmente previu que um produto paralelo da Revolução Cultural seria a mobilização da comunidade chinesa no Sudeste Asiático (uns vinte milhões) para — reforçada pela acção dos partidos marxistas-leninistas — pró-Pequim, — servir uma política expansionista a longo prazo, que não obedecia aos interesses da revolução, mas sim aos interesses nacionalistas chineses.

Começou a pôr-se esta

pergunta: o considerável apoio material chinês à resistência vietnamita contra a agressão norte-americana era uma acção desinteressada em favor da independência do Vietnam, ou mais um elemento nos planos de Pequim para explorar as contradições entre as superpotências?

As primeiras suspeitas sobre as motivações reais de Pequim levantaram-se quando a direcção chinesa se opôs violentamente às primeiras tentativas norte-vietnamitas para chegar a uma solução negociada da guerra.

Quando, em Janeiro de 1967, eu tive um papel nesse episódio, ao obter durante uma entrevista com o ministro norte-vietnamita das Relações Externas, Nguyen Duy Trinh, declarações no sentido de que as conversações poderiam começar quando parassem os bombardeamentos, eu soube que a China desaprovava tudo o que pudesse conduzir a uma retirada dos Estados Unidos.

Mais tarde intei-rei-me de um comentário, creio que feito por um alto funcionário chinês ao seu par vietnamita: "Pagamos-lhes para

a invencibilidade do Vietnam

Digam o que disserem os comunicados de Pequim, a verdade é que a operação "professoral" contra o Vietnam foi um fracasso de elevado custo. Em dois mil anos de incursões através da passagem de Langson, nunca os invasores chineses necessitaram de tanto tempo para cobrir tão poucas milhas e regressar com tão escassos resultados.

O "mito da invencibilidade militar do Vietnam" inventado por Pequim (os vietnamitas são demasiado modestos para fazer alardes deste tipo) foi confirmado pelos próprios chineses. A invasão — dezassete dias de combate contra milícias locais e guardas fronteiriços para penetrar apenas doze milhas desde a "Porta da Amizade" até Langson, — talvez tenha dado lições, mas não as que o velho vice-Primeiro-Ministro Teng Hsiao-Ping queria quando usou a expressão nos Estados Unidos e no Japão.

No passado, "dar uma lição" significaria capturar e aquear Thanh Long — a actual Hanói, — queimar livros e destruir toda a prova de cultura e história vietnamitas.

Mesmo que a China cumpra a sua anunciada decisão de se retirar do Vietnam, e se pelo estabelecido na declaração bilateral se negociem as divergências uma vez completada a retirada, as repercussões do conflito sino-vietnamita far-se-ão sentir durante muito tempo. Não só no que respeita aos milenários intentos chineses de submeter e assimilar este obstinado povo, como também pelas inevitáveis dissenções no seio da direcção política pequinesa sobre quem deu lições a quem e que conclusões extrair delas.

A variedade e a confusão das "explicações" sobre a invasão ao Vietnam chamou a atenção de todos os "chinólogos". Como também a degradação da diplomacia chinesa que se observa, ao comparar as palhaçadas de Teng Hsiao-Ping durante a sua visita aos Estados Unidos com a dignidade e responsabilidade que Chou En-Lai apresentava nas suas aparições no cenário político internacional.

guerrear, não para esbanjar dinheiro em delegações alojadas nos hotéis de Paris.

Em discussões do mais alto nível com chineses, nunca pude obter uma explicação satisfatória de porquê havia sido correcto que a China tivesse negociado com os Estados Unidos no fim da guerra de Coreia, em Panmunjon, e incorrecto que os vietnamitas tentassem pôr fim à sua própria guerra com os norte-americanos, negociando em Paris. A diferença é que o acordo elaborado em Panmunjon deixou a Coreia dividida e as forças norte-

-americanas estacionadas no sul, enquanto que as negociações em Paris procuravam a unificação do Vietnã e a retirada total dos Estados Unidos da Indochina. Isto era contrário à estratégia de Mao em manter os Estados Unidos militarmente encravados e comprometidos em tantas artes do mundo quantas fossem possíveis.

A reacção de Pequim ao anúncio de Hanói sobre o lançamento da ofensiva final, destinada a pôr fim à guerra, na Primavera de 75, reforça esta tese sobre a política chinesa. De acordo

com fontes vietnamitas do mais alto nível, Pequim opôs-se totalmente a esta ofensiva, aconselhando que a guerra devia continuar a um nível inferior por "cinco, dez ou vinte anos mais". O mesmo conselho foi dado directamente por Mao ao cambodjano Pol Pot. Informado das intenções de Hanói, Pol Pot foi a Pequim solicitar artilharia necessária para derrotar as forças de Lon Nol em Pnom Penh e coordenar o seu accionamento com a ofensiva que Hanói programava contra o regime de Saigão.

Mao negou a artilharia e disse a Pol Pot que ficasse na luta de guerrilha "ainda que sejam necessários outros dez ou quinze anos para ganhar". Aborrecido, Pol Pot dirigiu-se a Hanói, onde conseguiu as munições e a artilharia que tiveram um papel decisivo na batalha de Pnom Penh.

É significativo o relato de Sihanouk sobre a sua última entrevista com o vice-Primeiro-Ministro Teng Hsiao Ping, no passado 31 de Janeiro. Antes de regressar a Pequim, no término da sua viagem aos Estados Unidos, Teng afirmou ao príncipe kampucheano em Nova Iorque, que a actual guerra no Kampuchea "prolongar-se-á por muitos anos, talvez vinte".

Esta obsessão de que outros países travem guerras "por vinte anos" pode ser interpretada como um afã irracional da direcção chinesa pela guerra, mas é mais acertado pensar que a China favorece as tensões e os conflitos em função dos seus próprios interesses. A menção frequente aos "vinte anos" não é casual. Esse é o período — mencionado

Primeiro só se divulgaram as versões de Teng. A que logo se juntaram as declarações de outro vice-Primeiro-Ministro, o veterano Hsien-Nien e as do também vice-Primeiro-Ministro Wang Chen. Por último, foram as do sucessor de Mao, Hua Kuo-Feng. Todos deram diferentes pretextos para a agressão e explicações diversas sobre as condições para lhe pôr fim e retirarem as tropas.

Estas distintas vozes e opiniões, reflectem diferenças políticas entre aqueles que dão prioridade às "quatro modernizações" e não em "dar lições" ao Vietnã (e por extensão URSS). Como também existem discrepâncias entre os clãs que representam cada uma das modernizações sobre a qual delas se deve dar prioridade.

A primeira voz "modernizadora" foi elevada pelos militares, os quais pedem um grande esforço — incluindo compras ao exterior, — para acabar com o atraso das forças armadas chinesas. O seu argumento vê-se reforçado pelo resultado da aventura no Vietnã. A ciência e a indústria também pugnam por prioridade no Orçamento. Como pode ser alcançada a sofisticação bélica sem modernização na indústria? argumentam os porta-vozes pró-industriais na alta roda dos políticos. Como se pode modernizar a indústria sem dar prioridade ao desenvolvimento científico? replica o lobby da ciência. E como é que isto tudo pode ser feito sem uma alimentação adequada? intervêm os agriculturistas. Todos, obviamente, têm argumentos sólidos.

Analistas das estatísticas chinesas defendem que, apesar da enorme campanha de planificação familiar, a população aumentou cerca de 66 por cento nos últimos vinte anos, enquanto que a produção de arroz subiu só em 35 por cento.

Em todo o caso, as informações procedentes da China indicam que são muito sérias as divergências entre os líderes de Pequim, para além da pugna pessoal evidente entre o Presidente Hua e o Vice-Primeiro-Ministro Teng.

A aventura no Vietnã — terminada ou não com uma retirada total chinesa dos territórios que ainda ocupa, — só poderá agravar as discrepâncias internas. Elas serão mais notórias e personalizadas nos próximos tempos.

W.B.



pela primeira vez por Chou-En-Lai, — que a China necessita para se pôr a par do Ocidente na agricultura, na indústria, na ciência e na tecnologia militar modernas. A obtenção destas “quatro modernizações” nos finais do século colocaria a China — com uma população duas vezes superior à dos Estados Unidos e à da União Soviética juntas, — no papel de super-superpotência do Planeta, com a esperança de que, entretanto, os Estados Unidos e a União Soviética se tivessem debilitado mutuamente devido ao seu antagonismo.

AMIGOS E INIMIGOS

“A direcção chinesa leva demasiado longe o seu anti-sovietismo” comenta um veterano analista vietnamita. “Semeia desconfiança e hostilidade e trata de empurrar a Europa Ocidental para uma guerra com a União Soviética. Eles nunca lutarão contra a União Soviética, mas empurram os outros para que o façam, para que a China surja no topo. A Jugoslávia de Tito, por exemplo, foi durante muito tempo o seu

pior inimigo, enquanto a vizinha Albânia era o seu melhor amigo. Hoje a situação apresenta-se ao revés, porque Tito é mais valioso na sua campanha para debilitar a URSS.”

Entre os muitos pretextos dados por Teng para justificar a invasão ao Vietnã (“Dar uma lição”, “destruir a invencibilidade militar do Vietnã”, “dar um soco no nariz do Vietnã” etc.) encontramos a afirmação produzida ante diplomatas estrangeiros em Pequim (*Le Monde* de 28 de Fevereiro) de que a China não permitiria que o Vietnã tivesse uma relação demasiado estreita com a URSS. “Poderíamos tolerar uns 70 por cento de influência soviética”, afirmou Teng aos diplomatas, “na condição de que 30 por cento ficassem para a China”. Tal afirmação é ainda mais extraordinária se se considerar que foi precisamente a atitude hostil da China que empurrou o Vietnã para relações mais estreitas com a URSS do que as originalmente previstas.

Ao mais alto nível foi-me afirmado de que depois de repudiado por Hanói o conselho chinês de não lançar a triunfante ofensiva da Primavera de 75, houve um

ultimatum: “se vocês cooperaram com a União Soviética, a nossa ajuda cessará”. Assim foi. Não houve mais ajuda depois de Maio de 1975. Os acordos firmados durante a guerra continuaram a ser implementados durante algum tempo, mas, em Julho de 1978, todos os projectos foram suspensos, tendo os técnicos chineses sido retirados.

COINCIDÊNCIAS INESPERADAS

No entanto, os líderes vietnamitas pensam que a operação destinada a “dar uma lição” tem menos que ver com a relações soviético-vietnamitas que com o facto do seu país ser hoje, tal como no passado, um obstáculo aos planos chineses de expansão no Sudeste Asiático; planos que a actual direcção chinesa retomou como um passo na sua rota de se converter numa super-superpotência.

Se as análises destas linhas são corretas, os historiadores poderão descobrir uma notável semelhança entre as teorias de Mao e as de Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski. Excepto que estes dois planearam enfrentar as duas potências comunistas para assegurar a vitória dos Estados Unidos, enquanto que Mao e os seus sucessores planearam e planeiam opôr os Estados Unidos, capitalistas, contra a União Soviética, comunista, para que a China emergja como vencedora.

Mais difícil de prever é que roupagem político ou ideológica usará a China nesse tão esperado ano 2000.



MEDIO ORIENTE

IRAQUE - SÍRIA

cimentando a unidade
a partir da base



O esforço permanente de mobilização popular constitui uma diferença fundamental entre o processo que vivem os dois Estados e as anteriores experiências unitárias árabes. Como as economias dos dois países se complementam e possuem imensas possibilidades de expansão em comum.

Neiva Moreira

POUCO tempo antes do anúncio da constituição da República Árabe Unida (RAU), que teve lugar a 1 de Fevereiro de 1958, chegávamos ao Cairo procedentes de Damasco, onde tínhamos presenciado nas ruas uma irrupção de nasserismo reveladora de um sentimento popular muito favorável à união do Egipto e da Síria. Viam-se retratos de Nasser por todos os lados e pressentia-se que algo de importante estava para ocorrer.

Quando entrevistámos o dirigente egípcio transmitimos-lhe essa informação. "Você poderia ganhar qualquer eleição em Damasco", dissemos-lhe a brincar. "Mas retrato na parede não é voto", contestou-nos Nasser. Reconheceu, contudo, que era real o sentimento unificador como expressão da aspiração árabe de unidade.

Se assim se manifestavam egípcios, sírios e também yemenitas, que em 8 de Março de 1958 ingressaram também nessa confederação, por que razão fracassou a RAU?

Hoje, sabe-se que Gamal Abdel Nasser considerava precipitada a união, tal como se verificava, e pensava corrigir no desenrolar do processo os erros de metodologia que se estavam cometendo. Nasser contava poder conter as negativas influências da burguesia síria e de certos sectores sociais egípcios, que apenas viam a unidade como expressão dos seus interesses e não dos desejos de ambos os povos e da Nação Árabe.

Essa esperança depressa se desfez. Os latifundiários e outros poderosos sectores sírios esperavam que a união contivesse o socialismo, as classes médias desejavam ascender socialmente, os operários queriam uma transformação real do Estado, enquanto os intelectuais consideravam que era um passo decisivo no caminho da unidade árabe.

Implantada de cima para baixo, a RAU não suportou esse choque de interesses e pontos de vista contraditórios, e desfez-se, a 28 de Setembro de 1961, com pouco mais de três anos de uma existência que nunca foi orgânica nem tampouco institucionalizada.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS FRUSTRADAS

No Mundo Árabe, apesar dos proble-

mas internos, que traduzem, no essencial, as contradições de interesses de classe, nunca deixou de existir um poderoso sentimento unitário, alentado, principalmente, pelas classes trabalhadoras da cidade e do campo. A RAU não foi a única experiência neste sentido, nem tampouco a única frustração.

Como reacção à República Árabe Unida, as dinastias do Iraque e da Jordânia anunciaram uma federação, a 14 de Fevereiro de 1958, mas a República iraquiana, proclamada meses depois, acabou com essa experiência monárquica, que não possuía bases estáveis nem era eivada de nenhum sentimento progressista.

Outras iniciativas igualmente não avançaram. A Federação das Repúblicas Árabes, proclamada a 27 de Dezembro de 1969, em Trípoli, e que deveria unir o Egipto, a Líbia e o Sudão, dissolveu-se em 1977, quando Sadat se separou da causa árabe para se juntar aos Estados Unidos e a Israel.

Tunísia e Líbia, por seu lado, anunciaram em Janeiro de 1974 a constituição de uma República Árabe Islâmica, que, como nos casos anteriores, não resistiu ao embate das contradições ideológicas e de linha política entre ambos os governos.

Poder-se-ia citar outras iniciativas semelhantes que, ainda que carentes de bases objectivas elementares para o seu êxito, traduziam no fundo uma aspiração da Nação Árabe em se unificar.

A UNIÃO SÍRIA-IRAQUE

Agora são os iraquianos e os sírios quem avançam no sentido da unificação, e este é um facto importante nessa larga cadeia de intentos e fracassos.

Quando o recordámos a Zuhair al-Kadiri — um dos responsáveis das relações internacionais do Partido Baas (ramo iraquiano), — o que havia ocorrido no passado, respondeu-nos que os erros então cometidos estiveram bem presentes a quando da iniciativa sírio-iraquiana.

"Temos sólidas esperanças de que vamos pelo caminho correcto. A união a que os nossos povos e dirigentes aspiram não está sendo realizada pela burguesia, mas pelo povo. Isto é já por si um dado importante", comentou-nos al-Kadiri.

A análise dos processos unificadores intentados em diferentes países árabes

permite encontrar diferenças fundamentais com o actual. A mais importante delas, fácil será chegar a essa conclusão, é a de que o processo de união sírio-iraquiano está sendo elaborado de baixo para cima, com a preocupação de estabelecer alicerces sólidos, capazes de resistir à corrosão do tempo e ao desafio dos problemas.

Desde que os presidentes Ahmed Hassan al-Bakr, do Iraque, e Hafez Assad, da Síria, subscreveram, em Bagdad — no contexto da importante reunião da Cimeira Árabe que se realizou nessa capital em Outubro do ano passado, — a Carta de Acção Nacional Conjunta, um imenso intercâmbio se abriu entre os dois países, até então distanciados.

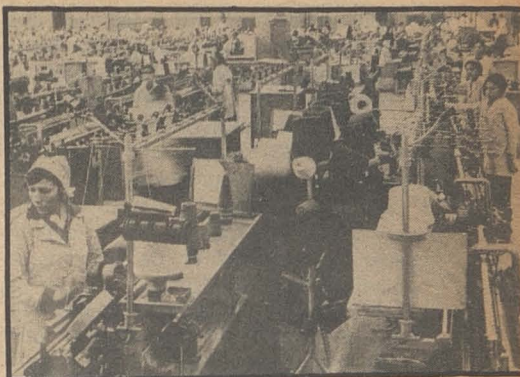
Levantaram-se as barreiras fronteiriças e voltou a funcionar o oleoduto que do Iraque chega ao Mediterrâneo através da Síria.

Não há dia nenhum em que não se visitem reciprocamente delegações de algum sector das actividades políticas, económicas, sociais, culturais ou militares. Os comités unificadores instituídos na Carta entraram em pleno funcionamento. E o seu trabalho foi objecto de um parecer comum e prontamente aprovado na recente visita a Damasco do vice-presidente do Conselho de Comando da Revolução iraquiana, Saddam Hussein.

Este trabalho de base auspica resultados diferentes dos obtidos pelas tentativas unificadoras anteriores entre países árabes. A etapa mais complexa será, no entanto, a unificação dos dois ramos do Partido Árabe Socialista Baas, que implica problemas ideológicos, políticos e também de procedimento. "Mas chegaremos aí mais rápido do que o que se pensa" confiou-nos um alto funcionário sírio de visita no Iraque.

A REPERCUSSÃO MILITAR

A união entre a Síria e o Iraque é seguida de perto pelos árabes e pelos que defendem a causa árabe em todo o mundo, como também pelos seus inimigos. Ambos os Estados formam um conglomerado de mais de vinte milhões de habitantes e mais de 600 mil quilómetros quadrados. Juntos poderão constituir, em todos os planos, um novo pólo de poder na região.



Integrar também as economias

Do ponto de vista militar, cria-se uma nova situação, de importância crescente ante os avanços do plano de Washington de isolar o governo do Cairo do resto das capitais árabes, desmantelando o poder militar egípcio.

Os iraquianos conhecem bem o campo da batalha árabe-israelita. Unidades suas combateram em mais de uma frente na guerra de 1973, e participaram decisivamente na defesa de Damasco aquando daquele ataque sionista. O facto de os dois poderosos exércitos desses países árabes, onde se integram excelentes combatentes, reunirem os seus recursos humanos e materiais através de mecanismos de unidade institucional, é, só por si, de um inegável valor estratégico. Surge assim, na região, uma força operacional unificada que, segundo os cálculos mais modestos de observadores ocidentais, será integrado por mais de 5 mil tanques, outros tantos canhões, e cerca de 1500 aviões de combate, com grandes possibilidades de crescer e de se modernizar.

Um observador militar israelita definiu com franqueza a alteração estratégica que se verifica na área: "uma coordenação militar sírio-iraquiana no Golan constitui para Israel um perigo ainda maior que o suscitado pela ofensiva simultânea sírio-egípcio de 1973. Estamos preocupados e, por isso mesmo, acompanharemos de perto esta nova situação criada".

A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA

Mas não é este o resultado mais importante da unificação. O que mais conta para um projecto futuro de grandes transformações revolucionárias é a integração

dos recursos económicos e técnicos dos dois países. Quer o Iraque, quer a Síria, estão a lançar, no plano interno, ambiciosos projectos de expansão económica. Com disponibilidades financeiras de milhares de milhões de dólares — resultantes da racional exploração do seu petróleo, — os iraquianos levam por diante um dos planos de desenvolvimento de maior dimensão e profundidade de quantos se realizam no Terceiro Mundo.

O país é sacudido por imensas transformações. Metade de Bagdad está sendo deitada abaixo para dar lugar a um plano de urbanização que a transformará numa das cidades mais modernas e habitáveis do Mundo. Canais que melhor aproveitam as águas dos rios Tigre e Eufrates, grandes complexos industriais, obras de infra-estrutura, escolas, serviços públicos (principalmente no campo), telecomunicações, grandes projectos que estão a mudar completamente o rosto do Iraque.

A Síria, por seu lado, também faz grandes esforços pelo seu desenvolvimento. Além de uma nova política que tem como ponto central a reforma agrária, o governo nacionalizou o sistema bancário, as indústrias básicas, e a maior parte do comércio externo. Como consequência, aumentou o Produto Nacional Bruto, a produção agrícola e petrolífera, enquanto é implementado um ambicioso programa de industrialização.

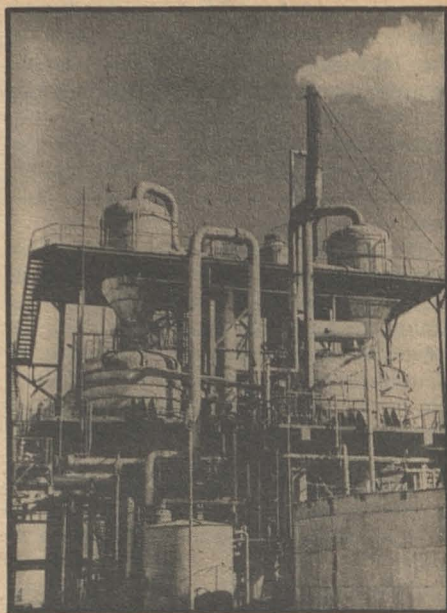
Existem de facto, em ambos os países, condições muito favoráveis para uma integração, com perspectivas promissoras para os seus povos.

Um dos problemas, por exemplo, que enfrenta a economia iraquiana, é a escassez de portos. A Síria pode solucioná-lo. Do mesmo modo, os produtos sírios podem atingir por terra, através do território do Iraque, os mercados do Golfo. Está já projectada uma linha férrea que unirá os dois países do Mediterrâneo ao Golfo.

Entre os campos onde a cooperação pode atingir altos níveis destacam-se:

Tecidos — A Síria possui uma ampla experiência e dispõe de modernas fábricas. O Iraque pode, por seu lado, fornecer matérias-primas e mercado.

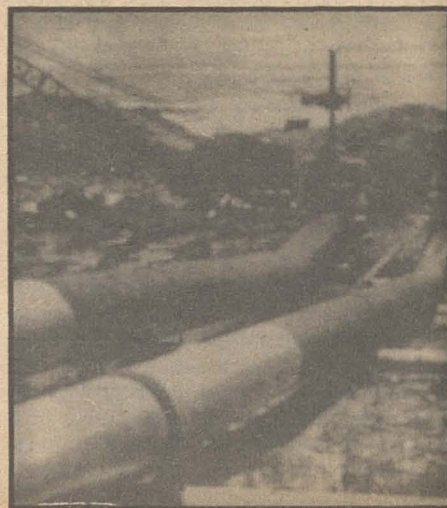
Aço — O Iraque produz certo tipo de minerais de ferro, cuja transformação industrial pode ser feita na Síria, que possui já uma desenvolvida indústria siderúrgica.



Petróleo — A Síria produz petróleo pesado. As refinarias sírias poderão, contudo, refiná-lo misturado com o petróleo cru e leve iraquiano.

A juntar a isto imagine-se o que representará para ambos os países a abertura de um novo canal de exportação de petróleo iraquiano, através do oleoduto que havia sido fechado em 1974. Desde então que o petróleo do Iraque era exportado através da Turquia.

No entanto, os técnicos de planeamento consideram em Bagdad que a Turquia não se verá prejudicada, pois com a ex-





pansão do mercado de petróleo a nível internacional, os dois oleodutos poderão funcionar a pleno.

Petroquímica — Há possibilidades de criação de complexos industriais na Síria a partir de produtos básicos iraquianos. Os técnicos que nos falaram sobre o tema destacavam que não se trata de converter o Iraque num país produtor de matérias-primas que a Síria industrializará. O problema é que o Iraque já actualmente exporta essas matérias-primas e pensam, pois, que o melhor é aproveitá-las no parque industrial sírio. O mesmo quadro se apresenta na produção de alumínio.

Indústria automobilizadora — O Iraque poderá exportar para a Síria tractores e camiões. Não se trata apenas de montagem de peças importadas. Há já no Iraque um elevado grau de nacionalização da produção realizada por empresas estatais, com uma crescente percentagem de partes fabricadas localmente.

Qual é o papel que jogará a empresa privada neste projecto? Foi esta pergunta que pusámos ao dr. Yacob Ketolla, técnico do Ministério da Planificação do Iraque. “Não estamos contra a iniciativa privada — respondeu-nos, — mas ela deve ser um complemento da empresa estatal”.

O panorama da integração é amplo e variado. Frutas enlatadas, produção de sementes oleaginosas, aproveitamento racional das águas do rio Eufrates, quer para irrigação quer para consumo, para

além de grandes projectos de cooperação em matéria de educação, saúde, transportes, comunicações, etc.

Grupos especializados paritários estudam um plano quinquenal unificado para o período 1981-1985, destinado, principalmente, à área dos transportes, indústria textil, fertilizantes e petroquímicos.

As relações externas de ambas as capitais coordenam já as suas políticas e prevê-se a sua gradual fusão. No mesmo sentido estão a trabalhar as agências noticiosas INA e SANA.

Outros grupos dedicam-se ao estudo de um tema fundamental: a redistribuição da força de trabalho. Nem o Iraque nem a Síria possuem excedentes de mão-de-obra e ambos terão de continuar a receber importante cooperação de trabalhadores de outras nações árabes. Mas o problema de fundo, e que estes grupos analisam, é de realizar um melhor aproveitamento da força laboral actual.

“Como de vê, o desafio que temos pela frente é imenso. Sabemos que há obstáculos a superar. Mas a causa da unidade árabe justifica-o. O nosso partido sempre dirigiu a sua visão a toda a Pátria Árabe numa luta incessante pela unidade, pela liberdade e pelo socialismo. Consideramos que as relações entre o Iraque e a Síria estão maduras para este esforço de unidade em que todos nos empenhamos”, comenta al-Kadiri.

ISRAEL-EUA-EGIPTO

A nova ordem imperial



Qualquer acordo feito nas costas do povo palestino, ou à sua custa, e sem a participação dos seus reconhecidos representantes, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), não poderá trazer a paz aos povos da região mas, pelo contrário, será o prelúdio de uma nova guerra

Mario Offenberg

a atenção pública do Médio Oriente e de todo o Mundo está virada para o acordo tripartidário entre o Presidente dos EUA, Jimmy Carter, o Presidente do Egipto, Anwar as-Sadat e o Primeiro-Ministro israelita Menahem Begin.

Muita gente pensa, naturalmente, que este acordo vai abrir o caminho à paz na região que tem sido objecto de discussão bastante generalizada. Podem as negociações que levaram ao tratado e ao documento final, concretizarem estas esperanças? A resposta é não.

A raiz do problema no Médio Oriente, não é o conflito entre Israel e o Egipto, mas sim a negação de uma pátria ao povo árabe da Palestina, o seu exílio, a não aceitação do seu direito legítimo de existir como povo, e a não aceitação dos seus legítimos direitos humanos e nacionais. O consentimento dado por Begin ao regresso do Egipto ao Sinai e a anuência de Sadat às ocupações feitas por Israel nas regiões de Westbank e Gaza, deixam por resolver o problema da Palestina, e deste modo não será possível alcançar a paz.

O caminho para a paz tem que passar pelo reconhecimento e aceitação do direito do povo árabe da Palestina à sua autodeterminação e o seu regresso à pátria. Qualquer acordo feito nas costas do povo palestiniano, ou à sua custa, e sem a participação dos seus reconhecidos representantes, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), não poderá trazer a paz aos povos da região mas, pelo contrário, será o



prelúdio de uma nova guerra.

Enquanto o povo árabe da Palestina sob o domínio de Israel estiver, como na realidade está, sujeito à confiscação de terras, demolição de casas, colonização, judeização da Galileia (como é citada nos documentos oficiais), ao assassinato dos seus cidadãos, tudo o que se disser sobre a paz, em Jerusalém, no Cairo, em Camp David ou em qualquer outro lado, não passará de uma ilusão, de manobra para enganar os povos desejosos de paz. O caminho para a paz passa pela Palestina e não é o trilhado por Carter, Sadat ou Begin.

O “acordo triangulado” ignorou as necessidades básicas (e principais) da solução dessa problemática regional do Médio Oriente:

- Fim de todas as colónias israelitas e bases militares dos territórios ocupados;

- Retirada completa e incondicional de Israel de todos os territórios ocupados;

- Reconhecimento dos palestinianos árabes em todos os seus actuais locais de residência — Israel, Westbank, Gaza e países árabes, — como membros de uma mesma identidade nacional, de um povo, com todos os seus direitos legais políticos e internacionais;

— Reconhecimento do direito do povo palestino-árabe à autodeterminação nacional; reconhecimento da OLP como seu legítimo representante, e reconhecimento do direito dos palestinos a estabelecerem o seu próprio Estado, assim como o direito básico de todos os refugiados palestinos poderem regressar à pátria.

Não é de estranhar, que as representações palestinas no estrangeiro e aquelas que vivem sob a administração directa de Israel, tenham rejeitado e condenado unanimemente o acordo celebrado, não somente nas suas costas, como à sua custa. Também a oposição anti-sionista em Israel repudiou inequivocamente o facto.

O acordo assinado não só não resolverá o conflito na região, como nenhum dos planos forçados para o futuro levará a paz ao Médio Oriente: nem a "autonomia" de Begin nem a "auto-regularização" de Sadat, nem, finalmente, essa "reserva" *sui generis*, na qual estão confinados o Westbank e Gaza palestinos, esse "bantustão" médio-oriental para palestinos.

Quer isto dizer que, assim como o bantustão negro está sob controlo sul-africano, também o "palestinostão" ficará sob administração de Israel. Mas com uma diferença significativa: enquanto o bantustão negro é uma reserva fora dos limites dos brancos, o "palestinostão" árabe será um território aberto à colonização israelita. Será um território palestino com uma "autonomia" muito peculiar: não há Estado palestino, não há autodeterminação palestina,

não há governo palestino, não há exército palestino!

Os palestinos que vivem sob controlo israelita terão, sob a futura autonomia, o direito de se auto-administrarem à sombra das baionetas do exército de ocupação israelita e sob a pressão permanente dos colonizadores israelitas. Os anti-sionistas falam abertamente em Israel desta autonomia como uma "autonomia de canalização": os palestinos adquirirão o direito de decidir por si próprios como deverá a "canalização" decorrer nas suas cidades e aldeias ocupadas.

Mas toda esta nova embalagem, este acordo geral entre o Estado sionista e o principal país árabe, pede mais do que uma simples condenação. Há necessidade de compreender histórica e politicamente este processo que, é claro, tem as suas próprias determinantes no contexto regional e internacional.

O PAPEL TRADICIONAL DE ISRAEL NO MÉDIO ORIENTE

Era uma vez... há muitos anos e revoluções, quando os reis estavam ainda instalados nos palácios situados nas margens do Tigre e do Nilo — o editor do Ha'aretz escreveu um artigo no qual explicava o porquê do imperialismo apoiar Israel. Havia um motivo muito forte para essa ajuda.

"...É facto que o Ocidente não se sente muito feliz com as relações que mantém com os outros Estados no Médio Oriente. Os regimes feudais nesses Estados são de tal modo perturbados pelos movimentos nacionalistas (tanto laicos co-

mo religiosos), em alguns casos com um inequívoco toque social de esquerda, que não estão à altura de pôr os seus recursos naturais à disposição dos americanos e britânicos, nem de permitir-lhes que utilizem os seus países como bases militares em caso de guerra.

Os círculos dirigentes no Médio Oriente sabem que, no caso de uma revolução social ou ocupação soviética, é certo serem eliminados fisicamente, mas o medo imediato de uma bala assassina sobrepõe-se por agora ao medo político de anexação ao mundo comunista. Todos estes Estados estão (...) militarmente fracos. Israel provou o seu poderio militar na guerra contra os Estados árabes e por esta razão uma certa força de Israel é, para as potências ocidentais, uma maneira conveniente de preservar o equilíbrio político das forças no Médio Oriente.

De acordo com este ponto de vista, Israel tem desempenhado o papel de cão de guarda. Não há receio que adopte uma política agressiva em relação aos Estados árabes que vá contra os desejos dos EUA e da Grã-Bretanha. E Israel pode castigar devidamente um ou vários Estados vizinhos, cuja falta de maneiras para com o Ocidente já tenha passado dos limites".

Uma análise inteligente e correcta com algumas modificações: a Grã-Bretanha, por exemplo, já não conta grandes problemas da política americana. É, principalmente, porque a Casa Branca, como instituição, ficou enfraquecida com o "Watergate" e as suas consequências. Mas, para além disso, há uma limitação

inerente: a política americana não tem como objetivo subjugar Israel, humilhá-la ou derrubá-la.

Como já foi exposto, um Israel poderoso e confiante é um fecho de segurança essencial à nova estrutura hegemônica americana no Médio Oriente. Por isso, Israel e as influências pró-israelitas não podem ser intimidadas mas, pelo contrário, aliciadas, aduladas, ou submetidas a pressão política.

Enquanto Carter e os seus conselheiros cogitavam como fazer uma regularização compassada, sem pressionar excessivamente, Israel mudou de governo: os extremistas do "Labour" (Ma'arakh) foram substituídos pelos fanáticos de Begin do "Likud". Isto veio tornar a tarefa de Carter mais difícil e ao mesmo tempo mais fácil: mais difícil, a curto prazo, porque Begin não está aberto a uma persuasão delicada; mas mais fácil a longo prazo, porque a intransigência de Begin pode ser explorada a fim de criar brechas no corredor monolítico das influências pró-israelitas.

Begin, que não é um simpório, também pensou em tudo isso. Na sua primeira visita aos EUA, no começo de 1977, transpirou "charme" sem verdadeiramente dar nada. Os meios pró-israelitas ficaram encantados e cerraram sólidas fileiras atrás dele. Para que ficasse demonstrado o "bluff" de Begin era necessário que algo de espectacular acontecesse.

E, realmente, algo de espectacular aconteceu a seguir. O público espectador assistiu à mais sensacional representação dos anais do



Arafat, a certeza na vitória do povo palestino

"show business" político, em que Sadat desempenhava o papel principal na "Knesset" israelita. Foi o começo de Camp David e as suas consequências.

CAMP DAVID E CONSEQUÊNCIAS

A rebelião no Irão e a queda do regime do Xá, — um aliado seguro do Ocidente para a produção e distribuição do petróleo e protecção dos interesses ocidentais na região do Golfo, — veio a acelerar tanto a necessidade de um novo sistema pró-americano na região, como as negociações entre Carter, Begin e Sadat.

Durante os dias que durou a visita de Carter ao Médio Oriente nos princí-

pios de Março de 1979, o pacto CENTO desfez-se finalmente. O Iraque saiu em 1958; o que aconteceu com o Irão é sobejamente conhecido; o Paquistão declarou, em meados de Março de 1979, que preferia uma posição de neutralidade e por isso deixava a aliança. Depois disto a Turquia anunciou também a sua retirada. E a CENTO deixou de existir.

Carter não tinha tempo a perder: a questão do Médio Oriente estava a tornar-se crítica. O comentador militar do New York Times, D. Midelton, escreve abertamente que "entre a Turquia e Singapura, Israel é o único Estado de confiança do ponto de vista das bases marítimas e ajuda logística, no caso de guerra ou de

uma crise no Médio Oriente, uma revolução islâmica na Arábia Saudita, uma invasão no Iraque pelo Kuwait, ou a ocupação dos estreitos de Babal-Mandab pela Etiópia ou pelo Yemen do Sul.”

Numa sessão de instrução a novos editores e redactores realizada no Departamento de Estado, em 22 de Fevereiro, Carter falou sobre o documento do futuro acordo entre Israel e o Egipto. Disse ele que as cinco divisões que o Egipto mantinha na frente de Israel poderiam ser retiradas do Sinai. “É possível” — continuou, — “que nunca cheguem a operar mas, pelo menos, quem quer que pretenda atacar outro Estado do Médio Oriente terá que ter em conta que essas forças egípcias podem operar eficientemente a fim de manter a paz”.

Também o senador Jackson anunciou, um dia antes do discurso de Carter no Parlamento israelita, que para defender os oleodutos do Médio Oriente, os EUA tinham de confiar, antes de tudo, nas forças egípcias e israelitas...

A tarefa da última viagem do Secretário de Defesa americano, Brown, ao Médio Oriente — como Carter declarou numa conferência de Imprensa em 27 de Fevereiro, — foi “para verificar o que era preciso e reforçar o poder conjunto dos amigos dos EUA na região.”

Perante esta teia pró-americana, um comentador israelita, Meir Merhav, pergunta: “Há uma divisão de Funções? Será que Sadat tome conta da África e das rebeliões islâmicas, e Israel seja o polícia para a

infiltração comunista?”. A rapidez dos principais jogadores deste novo-velho jogo para a dominação da região pelos imperialistas estrangeiros e os aliados locais, é séria.

Numa entrevista dada por Menahem Begin a Walter Cronkite, quando da visita do primeiro aos Estados Unidos, o primeiro-ministro israelita declarou: “Recomendarei a ratificação de um tratado de defesa com os Estados Unidos.” E quando lhe perguntaram se “Israel concordava em dar uma base permanente à VI Esquadra”, a sua resposta foi: “Porque não? Haifa é permanente e também Israel é permanente”.

Por seu lado, o novo aliado prometeu tudo o que pôde.

Quando perguntaram ao ministro de Defesa egípcio, Kamal Hassan Ali, numa entrevista para a TV americana, que Israel pedia aos EUA quantidades enormes de material altamente espe-

E A SEGUIR?

cializado, e se não o preocupava a violação do equilíbrio de forças entre Israel e o Egipto, a resposta foi: “Não, não temo isso. O que receio é o Sul e o Ocidente do Sudão e o Ocidente do Egipto”. A interpretação desta declaração-código não é assim tão difícil: o que realmente ele lamenta, são os Estados e forças com tendências anti-imperialistas.

Apesar de todas as mexeriquices acerca de Israel ser “pressionada” pelos EUA, das grandes concessões ao Egipto, e da futura autonomia palestiniana em Westbank e Gaza, poder-se-ia

dizer que, depois do acordo americano-israelita-egípcio, o Estado sionista ficaria mais forte. Nenhum princípio básico da política tradicional regional e interna israelita foi abandonado.

Pelo contrário, pela primeira vez na história, Israel foi reconhecido por um — o principal, — Estado árabe. E a função de Israel como cão de guarda da região dos interesses hegemónicos dos EUA tem sido desempenhada inteiramente: a ajuda militar e financeira crescerá numa medida sem precedentes.

Desta fraudulenta “autonomia” não emergirá nenhum Estado palestiniano, como os supersionistas receiam e alguns observadores ingênuos afirmam.

Mas pode acontecer exactamente o oposto: a população inteira dos territórios ocupados deixar alguns “piadistas” isolados, e voltar-se contra a autonomia fantoche. Talvez que na luta contra esta intrujice surja a perspectiva presente e futura para o reconhecimento dos direitos nacionais e humanos do povo árabe da Palestina, incluindo o direito de estabelecer um Estado próprio.

Será uma estrada longa e nada fácil a percorrer. Uma estrada cheia de problemas, lutas e resistência.

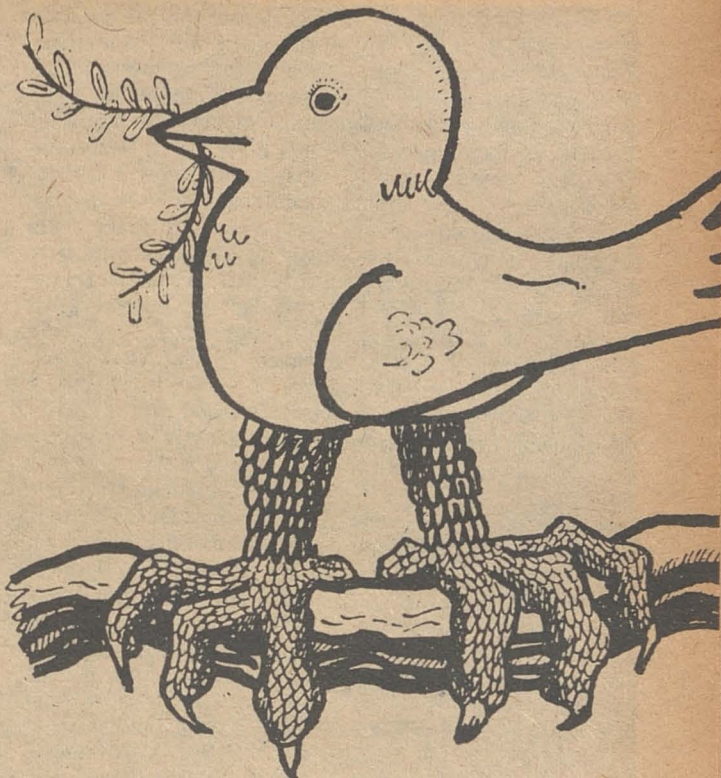
Uma pré-condição imcomum como uma grande potência no Médio Oriente, ou em qualquer outra parte. Como fazia notar um distinto analisador político americano há muito tempo: “Um Israel forte e confiante é um factor vital em qualquer programa de protecção aos nossos interesses legítimos, dos da Europa, do Japão e de muitos ou-

tros países que dependem da estabilidade na região".

O papel político de Israel é, realmente, um facto real na vida no Médio Oriente. Mas é um facto que precisa hoje de ser "consumado", como já o tinha sido no princípio dos anos 50, porque hoje já não é tão político como o era no fim dessa década e ao longo dos anos sessenta.

No auge do nasserismo e do ba'athismo de esquerda, Israel era virtualmente o único aliado importante do imperialismo ocidental entre os Estados árabes. A Arábia Saudita tinha nessa altura muito menor importância do que hoje, em termos políticos e militares, e não tomava parte activa nos assuntos da região. Enfrentando regimes árabes radicais, aliados próximos da União Soviética, o expansionismo de Israel poderia ter sido refreado. Mais do que montar guarda à estabilidade do Oriente árabe, o Estado sionista tinha como tarefa desestabilizá-lo. E fê-lo, não apenas pondo em confronto as massas populares árabes, mas também os regimes mais radicais.

Desde o princípio dos anos setenta que as coisas mudaram. "Novas classes governantes, novas burguesias, cristalizaram e chegaram ao poder no Oriente árabe. Na Arábia Saudita esta burguesia cresceu sob as asas do velho extracto dirigente tribal pré-capitalista. Nos países árabes "progressistas" que conduziram revoluções do tipo nasserista, a nova burguesia resultou das juntas militares, do extracto burocrata e das remeniscências das velhas classes exploradoras, às quais se juntaram as no-



A pomba «paz» de Carter, Begin e Sadat

vas burguesias que tinham sido favorecidas pelo Estado." (Organização Socialista de Israel).

As novas classes dirigentes desalojaram a União Soviética de muitas das suas posições de influência na área e forjaram uma aliança neocolonial com o capitalismo ocidental, principalmente com os Estados Unidos.

CONTINUIDADE E MUDANÇA

Observadores superficiais chegaram à conclusão que, uma vez que o imperialismo americano tinha encontrado agora aliados tão importantes — as novas classes dirigentes, no caso, — nos países árabes, já não havia necessidade dos onerosos serviços do Estado

sionista. Este erro resulta de uma falha na análise do esquema americano, no qual os países árabes e Israel não desempenham papéis similares, mas sim complementares. O acordo neocolonial com as burguesias árabes não é do mesmo género, e não pode substituir as relações especiais entre os EUA e Israel.

Há, no entanto, uma continuidade indiscutível no papel de Israel como "cão de guarda" imperialista no Oriente árabe, continuidade que abarca todo o período que vai do princípio dos anos 50 até ao momento presente. Naturalmente, os serviços que Israel presta não são gratuitos; têm que ser pagos com subsídios financeiros, ajuda militar e protecção política.

A política americana está firmemente disposta, não somente a assegurar a existência do Estado sionista, como também a abastecê-lo com os meios necessários para exercer convenientemente o seu cargo. Estes meios não são apenas materiais: dinheiro e armamento. Se os EUA quebrassem o "espírito" de Israel, levando-o a aceitar algo que a vasta maioria dos sionistas não visse como absolutamente e categoricamente aceitável, isso levaria este país a criar grandes problemas.

Se do ponto de vista americano, a criação de um Estado palestino soberano — devidamente manipulado e sem energia, — poderia não ser uma má ideia como meio de pacificação da região, essa política tem que respeitar em absoluto a rejeição sionista da ideia.

A política americana tem que ter em atenção esta profunda rejeição sionista da ideia de criar mesmo um pequeno Estado palestino entre Israel e a Jordânia. É por esta razão que um mini-Estado palestino soberano não faz parte do projecto americano para a regularização do Médio Oriente, facto que ficou agora inequivocamente claro.

Mas o papel de Israel no esquema americano, não pode ser simplesmente mantido pela continuidade. Tem que haver também mudanças. Como a classe dirigente nos Estados árabes, uma após outra, se tem deslocado para a esfera de influência americana, há uma necessidade crescente de estabilidade.

Enquanto que no auge do nasserismo, Israel tinha permissão, e era mesmo en-

corajada a confrontar-se e a ameaçar todos os Estados árabes, de um modo socialmente diferente, é agora conveniente aos interesses dos EUA que o Estado sionista aprenda a colaborar pacificamente com as classes dirigentes árabes, em vez de continuar a mostrar os dentes às massas. Há necessidade de normalizar as relações entre o Estado israelita e os regimes árabes, a fim de institucionalizar o papel do primeiro, como garante e protector do segundo, contra as suas classes trabalhadoras, o que dá oportunidade ao imperialismo americano de fazer uma regularização "ponderada" no Médio Oriente.

O percurso para a tal regularização não é muito acidentado. O principal obstáculo é o apetite expansionista do Estado sionista, um apetite inerente ao sionismo, e que tem sido estimulado e se tornou prodigiosamente voraz a partir de 1967.

Como o tempo foi passando e Israel se expandiu por novos territórios ocupados, a maior parte dos dirigentes sionistas e seus apaniguados acostumaram-se a que estes territórios lhes pertencessem, excepto, talvez, o Sinai, não apenas como direito divino mas também porque a sua posse é mais do que meio caminho andado. E se houvesse uma verdadeira regularização, Israel teria que devolver a maior parte destes territórios ao Egipto, à Jordânia e, no caso do regime sírio tomar conta de si próprio e sair da linha americana, também à Síria.

Se os regimes destes países forem levados a ceder os seus territórios ocupa-

dos por meio de um humilhante tratado de paz, isso porá em perigo a sua própria estabilidade, e destrói os propósitos de todas as actividades americanas.

O ESPECTÁCULO SADAT-BEGIN

O Estado sionista não é um simples interruptor que a política americana possa ligar e desligar, como muito bem lhe aprouver. Claro que os EUA têm, em princípio, uma enorme influência económica, militar e política em Israel. Mas na prática, a pressão americana sobre Israel está submetida a limites reais.

Em primeiro lugar, há a formidável influência pró-israelita no Congresso e nos órgãos de Informação. Isto estende-se até ao chamado "voto judeu" e que de facto inclui muitos políticos e manipuladores da opinião pública que não dependem de modo algum dos votos judeus.

Em segundo lugar, há a fragilidade da presente administração americana. Não é apenas porque Carter tenha provado ter menos força do que pretende fazer crer e esteja a levar muito tempo a resolver os portante para um passo bem sucedido, é a compreensão da situação. Mas começando "em casa", na própria região, isto traz a capacidade e a coragem de fazer uma análise apurada da actual situação e correlação de forças. A luta contra a aliança "internacional" de classe, entre Carter, Begin e Sadat, tem que levar os revolucionários locais a resultados positivos, e não a cair de novo no embuste das "frentes nacionais sem classes". Apenas



«Não a este tratado, sim a uma paz justa.» Manifestação em Jerusalém.

aqueles que sempre pugnam pelos seus interesses de classe (de opressão e exploração) são acérrimos defensores das chamadas "frentes sem classes".

Os nacionalistas pequeno-burgueses censuram e denunciam a traição de Sadat à Causa árabe. Sadat não traiu nada. Ele mostrou simplesmente e desfez o mito pequeno-burguês dessa coisa que é a causa nacional árabe sem classes, e actuou declaradamente

nos melhores interesses da nova classe cujo poder ele representa.

Os revolucionários locais têm que admitir, tristemente, que Sadat os envergonhou. Ele teve a audácia de colocar em primeiro lugar os interesses da sua classe e proteger os seus aliados de classe potenciais.

Não poderiam eles ser pelo menos igualmente audaciosos, e forjar a sua própria solidariedade internacional contra o imperia-

lismo e o sionismo opressores e contra a reacção árabe? Se Sadat, para salvar a pele e afastar o perigo de uma revolução socialista árabe, fez um dramático apelo ao povo de Israel, não deveriam os revolucionários adiantar-se, e apelar às massas árabes e israelitas para uma mudança, para a revolução, para a libertação do Homem e da Pátria?

cadernos do
terceiro
mundo

Portugal-Moçambique ruptura das negociações

A IV série de conversações entre delegações de Moçambique e Portugal referente ao "contencioso" decorrente da lei moçambicana que, em fins de 1977, determinou a reestruturação da banca, teve um fim dramático a 2 de Abril, no Maputo.

O jornal moçambicano "Notícias" do dia seguinte noticiava, citando um porta-voz da delegação do seu país: "A parte portuguesa rompeu e abandonou as negociações, face à recusa da delegação moçambicana em aceitar, no seu todo, a imposição das condições prévias da delegação portuguesa". A partir do dia 4 de Abril, o mesmo jornal iniciou uma série de artigos explicando o porquê da ruptura e historiando a evolução das negociações entre os dois países.

Ao mesmo tempo, multiplicavam-se na imprensa portuguesa os protestos de várias instituições, incluindo a Assembleia da República, pelo fuzilamento a 31 de Março, de um mercenário condenado pelo Tribunal Militar Revolucionário, recentemente instituído em Moçambique. Tratava-se de Rui Manuel Nunes da Silva, natural de Manica, 38 anos de idade e de nacionalidade portuguesa, condenado à pena de morte pelo Tribunal após ter sido incriminado "como autor do crime de mercenarismo com a prática dos seguintes factos: fez parte dos primeiros grupos do inimigo em 1976, tendo recebido treinos militares em 1976 na Rodésia. Terminado o treino fez parte dum grupo armado que se infiltrou em território moçambicano realizando ataques contra elementos da população civil. No decurso de um ataque contra um Centro de Reeducação na Província de Sofala, foi alvejado e capturado pelas nossas tropas."

A execução do mercenário português, que o próprio chefe da delegação portuguesa às negociações, o Ministro da Indústria Álvaro Barreto, admitiu não ter sido determinante na ruptura, deu o tom sensacionalista ao fim das conversações, explorado que foi por várias autoridades e instituições portuguesas.

O jornal "Notícias", do Maputo, começou por lembrar que as conversações tinham iniciado em Fevereiro de 1978 e deveriam ter terminado a 31 de Dezembro último, não fosse o pedido de prorrogação do prazo limite por mais 90 dias feito por Ramalho Eanes e aceite por Moçambique. A delegação portuguesa chega

ao Maputo para o reinício das conversações a apenas um dia do final desse prazo.

A delegação portuguesa, diz o "Notícias", "apresentou uma posição de ultimato, que foi prontamente rejeitada pela delegação moçambicana". E especificou os pontos de conflito: "A delegação portuguesa, para valorizar os bens que anteriormente tinham pertencido aos grupos monopolistas portugueses, quis que a República Popular de Moçambique aceitasse a responsabilidade pelas acções de sabotagem e abandono dos proprietários daqueles bens, acções orquestradas do exterior pela burguesia colonial. (...) pretendia também impor como princípio fundamental e sob a capa de um estatuto de pessoas e bens para os seus cidadãos, a manutenção do regime de privilégios de que a burguesia colonial gozava no passado, imposição que já havia sido rejeitada no período do Governo de Transição".

"A delegação portuguesa vinha mandada para transmitir uma posição política que obrigava a Delegação moçambicana à aceitação de condições prévias, sem as quais (a primeira) se recusaria ao diálogo e à cooperação entre os dois países." E na última sessão o chefe da delegação portuguesa "leu um documento previamente preparado e manifestou a intenção de não esperar pela resposta moçambicana", preparando-se para abandonar a mesa enquanto intervinha a outra delegação. Essa atitude, "insólita", de "descortesia e deselegância", segundo o jornal moçambicano, chegou ao ponto "de afirmar que a posição da delegação moçambicana devia ser entregue à Embaixada de Portugal no Maputo".

Essa "intenção manifesta de ruptura e a tentativa de estabelecer relações na base de ultimatums" vem na sequência de vários factos mencionados por aquele diário, que têm impedido o desenvolvimento das relações entre os dois países, como o facto de empresas portuguesas, como a SO-REFAME, verem-se impossibilitadas de vender os seus produtos ou serviços em Moçambique "em virtude de o Estado português adiar injustificadamente a autorização de financiamento previamente solicitados e prometidos". E também o facto de se dificultar a ida de cooperantes portugueses, "apesar de existir um Acordo Geral de Cooperação assinado e ratificado entre os dois países".

Paquistão

assassinato em Rawalpindi

A execução do ex-Primeiro-Ministro do Paquistão, Zulficar Ali Bhutto, no cumprimento de uma sentença que encontrou oposição em todo o Mundo, constituiu uma prepotente vingança do chefe do governo militar paquistanês e um desafio à comunidade internacional e ao apoio de que gozava Bhutto junto do seu povo. Rawalpindi, em cuja prisão se deu a execução por enforcamento, conheceu nos dias seguintes violentas manifestações de repúdio.

Bhutto cometeu muitos erros ao longo da sua vida pública e perdeu muitas oportunidades de fazer as transformações que os paquistaneses reivindicavam. Mas, em vários aspectos, o seu governo tomou medidas positivas com vistas à modernização do país, subdesenvolvido pelo colonialismo e pela exploração neocolonial.

Certamente o general Zia Ul-Haq — que fora nomeado chefe do Estado-Maior por Bhutto, num aberto desafio às normas da hierarquia militar, — não o matou pelos seus erros, mas sim pelos seus acertos. Ul-Haq chefia um governo que incorporou e desenvolveu todas as práticas reacionárias do período de Bhutto, mas com uma diferença: eliminou ou bloqueou os avanços populares da época do seu antecessor.

Segundo os analistas da política de Islamabad, o general Ul-Haq estava convencido de que, para apagar as marcas da acção pública de Bhutto, o único caminho

era matá-lo. Por isso forjou um processo absolutamente carente de bases e resistiu aos apelos e pressões procedentes de todas as partes do mundo — sobretudo dos países árabes, — para não cumprir a infame sentença de morte.

Um assassinato desta natureza nunca favorece os assassinos e é possível que, hoje, na sepultura de Bhutto, tenha sido sepultado não só o ex-Primeiro-Ministro assassinado, mas também a carreira política do seu matador o general Zia Ul-Haq.



Ali Bhutto

França

vitória da esquerda

Com 54 por cento dos sufrágios, a esquerda francesa venceu incontestavelmente as eleições cantonais celebradas em Março. Os resultados obtidos dão a maioria à esquerda, em metade dos 1847 departamentos franceses, com uma clara vantagem para o Partido Socialista, que tem agora 557 lugares, seguido do Partido Comunista com 225. Outras organizações de esquerda conquistaram 74 assentos.

Esta votação nitidamente a favor dos grandes partidos da esquerda, demonstra, uma vez mais, que o sen-

tir do povo francês é pelas mudanças. Mas a possibilidade de vitória tem-se frustrado até agora na instância máxima das eleições presidenciais. Será pela falta de vocação de poder dos partidos Socialista e Comunista? Porquê, apesar de sabermos-se donos da vitória se actuarem em conjunto, desencadeiam acusações mútuas e disputas que frustram os esforços unitários e cabam por provocar o descrédito e a desorientação dos eleitores, de que a direita é a beneficiária única e directa?

É de se esperar que as forças pro-

PANORAMA
TRICONTINENTAL



gressistas a nível internacional e o povo francês — que novamente se pronunciou coerente com as ideias renovadoras que a maioria sustenta — exijam dos partidos da esquerda francesa uma actuação política em conformidade com as responsabilidades novas que estas eleições lhes outorgaram e que, desde já, reclamem deles uma conduta nas instâncias legislativas tendente à vitória presidencial.

No entanto, os males divisionistas

não perturbam apenas a esquerda francesa. Como o agrupamento gaulista lhe não concedeu os votos, o genro do presidente Giscard D'Estaing, de nome Gerard Montassier, perdeu a eleição. As principais discrepâncias entre gaulistas e giscardianos giram em torno das definições em política europeia. O tema é importante para a França, pois as eleições para o Parlamento Europeu realizar-se-ão em Junho próximo.

Tailândia

a repressão

O desaparecimento de líderes camponeses, o assassinato e a prisão de dirigentes estudantis e de intelectuais, é algo que se tornou quotidiano na Tailândia, desde o sangrento golpe de Estado de 1975 que derrubou o Primeiro-Ministro Seni Pramoj. E a repressão não diminuiu depois que um sector militar menos fanático se apoderou do poder, em Outubro de 1977.



Mas a novidade é que a prática repressiva desencadeada pelo regime assumiu uma tal proporção, que, actualmente, já não são só os opositores a denunciá-la, mas também os porta-vozes obviamente livres de toda a suspeita de radicalismo, como o boletim de imprensa da Sociedade Alemã de Cooperação — GTZ.

“A frase do cronista do século XIII, no sentido de que o país dos “taís” tem os campos cheios de arroz, os rios cheios de peixes e é uma pátria feliz, não tem vigência para

muitos dos habitantes rurais do nordeste do país”, declara o relato publicado pelo boletim da “GTZ”.

“As regras do jogo do capitalismo parecem ter-se mesclado com as da selva, no país dos sorrisos. Na Tailândia não se faz mistério de que, nos últimos anos, foram assassinados ou desapareceram dezenas de líderes camponeses”, prossegue.

O tom torna-se mais dramático quando afirma: “Quem se arrisca a vender os produtos agrícolas aos preços oficiais pode esperar sentado. E quem tenta comercializar o amendoim, os feijões, a soja, o rícino ou outros, por conta própria, pode dar-se por satisfeito se salvar a vida”.

É sintomático que essa visão crua da realidade tailandesa seja divulgada pelos porta-vozes de companhias que ajudam o regime. A “GTZ” foi encarregada pelo governo alemão federal de executar seis projectos com organizações de ajuda rural na Tailândia. Projectos de natureza similar são desenvolvidos pela mesma companhia no Brasil e em mais de vinte países.

Assim, a opinião pública alemã recebe informações sobre a repressão neste país do sudeste asiático que, embora nunca tenha sido colonizado por potências estrangeiras, sofre hoje uma dominação política e económica que submergiu o seu povo na miséria, na arbitrariedade e na estagnação.

Uganda

fim do pesadelo

Oito anos de terror, de desgoverno econômico, de corrupção e de actos ridículos, foi o saldo deixado por Idi Amin Dada ao povo ugandês, desde que, a 25 de Janeiro de 1971, tomou o poder através de um golpe militar contra o antigo presidente Milton Obote, desde então asilado na Tanzânia.

Durante esses oito anos, a máquina de propaganda anti-africana dos ressentidos e "prejudicados" pelo processo de independência na África, usou e abusou da figura grotesca do ex-campeão de boxe e ex-soldado do exército colonial britânico, para desacreditar e desmoralizar os novos Estados africanos, através da generalização do exemplo ridículo e trágico de Amin, transformado numa das figuras do continente mais conhecido no Mundo.

Confrontado com a crise económica e rebeliões internas, o autoproclamado presidente vitalício do Uganda meteu-se numa última aventura. Em fins de Outubro passado, ordenou a invasão e a ocupação de uma faixa do território tanzaniano, sob o pretexto de responder a incursões de tropas da Tanzânia. Mas Kagera foi um "boomerang" fatal, uma provocação que selou o seu fim.

A oposição ugandesa, que nos meses anteriores vinha alcançando uma unidade e organização concretas, recebeu o total apoio de Nyerere. Milton Obote saiu do seu silêncio e divulgou um comunicado proclamando a insurreição armada como a única via para libertar o seu povo. Surgiu o SUM - Movimento Salvaí o Uganda, - que reivindicou a autoria de uma série de acções no interior do país e mesmo em Campala, que chegou a sofrer cortes no fornecimento de electricidade após uma dessas acções.

Em Fevereiro teve início uma ofensiva militar que, combinada com rebeliões nas unidades ugandesas, e levantes populares em cidades do leste, libertou o sul do país e avançou lenta e seguramente sobre Campala. Exilados que escaparam ao terror de Idi Amin, organizados militarmente e apoiados pelo exército e aviação tanzanianos, finalmente libertam Campala.

A frente de Libertação Nacional do Uganda, constituída durante esse período, forma um novo governo e assume o poder central em Campala, sob a presidência de Yusuf Lule. Campala põe-se em festa e o novo governo se prepara para

enfrentar os graves problemas deixados pelo desgoverno de Amin.

Não será difícil obter o reconhecimento ao novo governo, nem justificar a participação tanzaniana na grande ofensiva, uma vez que o regime de Amin já estava demasiadamente desmoralizado. O difícil será reordenar as coisas e retirar o Uganda da grave crise em que foi colocado pelo "conquistador do Império britânico".



Idi Amin Dada

A criança africana

Sob auspícios da UNICEF (Organização das Nações Unidas para a Infância), realizou-se em Nairobi, Quênia, uma reunião com representantes de 18 países da África Oriental, Central e Austral, no quadro do Ano Internacional da Criança. O tema central foi o atendimento das necessidades fundamentais dos mais jovens quanto a alimentos, água potável, protecção e saúde, higiene e ensino.

cultura

Casa de las Americas

vinte anos de prêmios e vitórias



Prensa Latina

*Uma rica trajetória de lutas, de transformações, de trabalho
fecundo, de experiência frutífera.
Duas décadas de vitórias na batalha cultural da «Nuestra América».*

Luvis Pedemonte

dA mesma maneira que à revolução cubana, também ao Prémio Casa das Américas vários "especialistas", auguraram uma curta vida, no momento da sua instituição em 1959, poucos meses depois da vitória das forças rebeldes contra a ditadura de Fulgencio Batista.

Parte inseparável da revolução e das suas múltiplas vitórias, o Prémio Casa das Américas acaba de festejar o seu vigésimo aniversário, com a atribuição de doze distinções correspondentes a 1979 (ver quadro à parte).

"Vinte anos — disse Mario Benedetti no acto de constituição do Júri do Vigésimo Prémio, — podem ser um prémio opaco, cinzento, monótono, sobretudo quando o analfabetismo continua a ser o mesmo, a fome e a exploração continuam a ser as mesmas. Mas num país em revolução, para cada um dos seus organismos e instituições, e também para cada revolucionário, vinte anos significam uma rica trajectória de lutas, de transformações, de trabalho fecundo, de experiência frutífera. Isso é o que estes vinte anos significaram também para a Casa das Américas".

Estas palavras de Benedetti — escritor uruguaio do Centro de Investigações Literárias da Casa das Américas, — sintetizam cabalmente os alcances, a importância dos galardões literários a que mais aspiram os escritores da América Latina e do Caribe.

Embora a remuneração monetária seja modesta em relação a outros prémios, a "Casa" recebe cada ano mais autores e, se se tem em conta que Cuba está submetida desde 1961 ao mais desumano dos bloqueios por parte daqueles que pretendem erigir-se nos campeões dos direitos humanos, as cifras destas duas décadas de actividade são realmente impressionantes.

Com as 438 obras recebidas para o concurso deste ano, somam-se uns 8 950 os títulos já apresentados ao Prémio, dos quais foram premiados 134, e que correspondem a autores

procedentes de uns trinta países.

Com o bloqueio ainda vigente — acrescentava Benedetti, — vejam que paradoxo, e sobretudo que derrota para os órgãos de penetração cultural do imperialismo: primeiro, em vez de reduzir os géneros e categorias, a Casa aumentou de cinco (novela, teatro, poesia, ensaio e conto) para nove (somaram-se testemunho, literatura para crianças e jovens, literatura anglo-caribenha e literatura franco-caribenha), além do Prémio Especial convocado nos últimos quatro anos; segundo, em vez de reduzir o número de jurados latino-americanos, estes foram mais e mais numerosos (em 1979 participaram 41 jurados de 22 países); e terceiro, em vez de diminuir o interesse dos escritores latino-americanos e do Caribe ele tem provocado um crescimento constante."

Se estes dados não bastassem, seria suficiente mencionar alguns nomes dos jurados que desfilarão pela "Casa" nestes quatro anos de vida activa, prolífica e de profundo conteúdo unitário no campo da cultura: poetas de primeira grandeza como Nicolás Guillén, Pablo Neruda, Carlos Pellicer, Mario Benedetti, Ernesto Cardenal e Efraín Huerta, ou de prestígio crescente como Edouard Glissant, Edward Brathwaite e Juan



Mário Benedetti

Gelman; mestres da narrativa como Manuel Rojas, Alejo Carpentier, Juan Carlos Onetti, Julio Cortázar e Gabriel García Márquez, ou grandes ensaístas e críticos como Ricardo Latcham, Benjamín Carrión e Augusto e Sebastián Salazar Bondy. Na relação ficam muitos mais, como o ensaísta e poeta argentino Ezequiel Martínez Estrada, que nos primeiros e difíceis anos trabalhou na "Casa", ou Manuel Galich, dramaturgo e historiador guatemalteco que há vários anos integra o pessoal de direcção da Instituição e dirige a revista *Conjunto*, sobre teatro.

Mas cada Prémio é, além disso, ponto de encontro de escritores (muitos de nós conhecemo-nos aqui, dialogamos aqui pela primeira vez, trocamos experiências e opiniões sobre a vida artística dos nossos países, explicava Benedetti na cerimónia de abertura), porque a Casa pretendia ser, desde o início, um centro de difusão, de estudo e de encontro da arte e das letras latino-americanas, como nova forma de luta contra a segmentação e o desmembramento da nossa cultura, fomentados desde sempre pelos impérios de turno, que conseguiram fazer com que se conhecesse primeiro o que se produzia em Paris, Londres ou Nova Iorque, e não o daqui, o que fica ao

dobrar da esquina do nosso Continente, da Nossa América, como dizia José Martí.

Estes encontros foram, pouco a pouco, consolidando-se e institucionalizando-se, digamos, até se converterem numa actividade paralela ao Prémio de enorme transcendência. Deles surgiram, ano a ano, iniciativas que permitiram, por exemplo, incorporar a literatura do Caribe, em inglês e francês, os Prémios Especiais — para 1981 está previsto o prémio “José Ca-

rios Mariátegui” sobre o tema “Marxismo, cultura nacional e lutas populares na América Latina”, — e, talvez o mais transcendente, a partir de 1980 os autores brasileiros poderem participar na sua própria língua.

Por outro lado, a criação de um Centro de Estudos do Caribe permitirá aprofundar nesta rica cultura que se forjou como verdadeira síntese de raças e nacionalidades, no calor das contribuições de dominados e do-

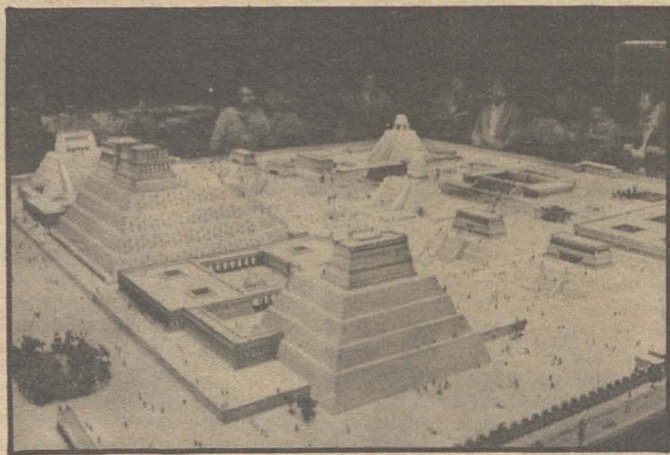
minadores, de ameríndios, africanos, portugueses, franceses, espanhóis, chineses, ingleses, indus, holandeses e outros, até assumir formas de expressão próprias, reflectidas inclusive na linguagem (crioulo, papiaemento e outras de sincretismos idiomáticos).

A vida da Casa soma duas décadas de vitórias contra a colonização e o desmembramento cultural da América Latina e do Caribe. Sem dúvida alguma.

cadernos do
terceiro
mundo

Império Azteca vem à superfície

Maqueta do centro da Gran Tenochtitlan, origem da cultura azteca que floresceu no México entre os anos 1200 e 1521 depois de Cristo



Prensa Latina

O fortuito achado de um monolito que representa a Deusa Coyolxauhqui permitirá que em meados de 1980 possa ser novamente admirado o magnífico esplendor da milenária cultu-

ra azteca, que floresceu na capital do México entre os anos 1200 e 1521.

O monolito da Deusa da Lua, que os antigos mexicanos adoraram, foi descoberto acidentalmente

por um grupo de operários, sendo considerado um dos mais importantes achados arqueológicos desde que foi encontrado o famoso Calendário Azteca, que impressionou os conquistado-

A grande escultura de serpente pertencente ao templo maior de Tenochtitlan, o centro cerimonial e religioso do império azteca



res espanhóis pela exactidão dos seus cálculos.

Entusiasmados pela magnitude da descoberta da Coyolxauhqui ocorrida a 21 de Fevereiro de 1978, um grupo de arqueólogos mexicanos dirige as escavações, consideradas como as mais importantes efectuadas até hoje no México, tentando resgatar o Templo Maior da Grande Tenochtitlan, origem do Império Azteca.

As escavações farão res-

surgir as bases do templo principal, centro cerimonial dos aztecas, ampliando os conhecimentos sobre os segredos de uma das culturas mais velhas do continente.

FEBRE ARQUEOLÓGICA

Com Tenochtitlan, como centro, o Império Azteca formou-se tendo como base uma estrutura social militarista que se expandiu através de conquista e co-

mércio organizado a todo o Vale do México, ao estado de Veracruz e até à Nicarágua.

Os arqueólogos que trabalham no projecto "Templo Maior de Tenochtitlan" esperam poder enriquecer os seus conhecimentos sobre o desenvolvimento da técnica, os sacrifícios humanos, a escrita, a literatura e a poesia que floresceram durante a Civilização Azteca.

O monolito da Deusa Coyolxauhqui, responsável directo da febre arqueológica que se respira na capital do México, tem a forma de um medalhão e é considerado uma das mais relevantes esculturas aztecas descobertas até hoje.

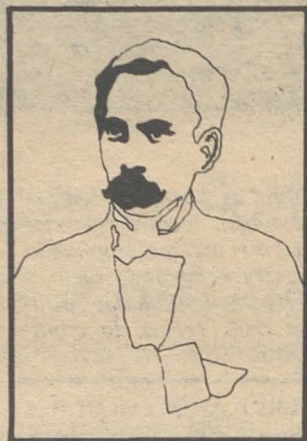
A divindade de granito, com pigmentações roxas, pesa oito toneladas e mede 3,25 metros no seu maior diâmetro. Representa uma figura feminina esquartejada, que segundo a mitologia azteca pertence à Deusa da Lua, irmã mais velha do Deus da Guerra, Huitzilopchtli, que ordenou a sua morte na sequência de uma rixa familiar.

cadernos do
terceiro
mundo



Monolito de oito toneladas de peso e que representa Coyozauhqui, Deusa da Lua, da antiga cultura mexicana, descoberto a 21 de Fevereiro do ano passado no centro da capital

Notas à margem de uns cartazes cubanos



Recentemente foi inaugurada em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, uma exposição de cartazes culturais cubanos.

Exposição que é aqui objecto de algumas notas à margem, ligando e desligando algumas coisas sem inocência.

Leonel Moura

1. Os cubanos, no início dos anos sessenta, surgiram aos olhos do mundo ocidental, entre outras coisas, como crítica do comportamento dominante. Na realidade, nesse período, apareceram os **barbudos** 9ou castristas) povoando os pesadelos de uma burguesia que julgava impossível uma vitória simultaneamente política e do comportamento.

A barba tornou-se então símbolo revolucionário, sinal marcado na cara, representando um pensamento insubmisso em re-

lação à sociedade capitalista. As perseguições dos costumes, assim, claro está, como as identificações dos inconformistas, não tardaram.

O pesadelo inundou a "civilização" e por toda a parte brotaram as atitudes e os seus símbolos, as espingardas e os cabelos, abalando irreversivelmente o mundo capitalista. Será bom relembrar que a vitória cubana, acidentalmente ou não, contribuiu para um reforço da consciência do recurso à acção armada, onde o não menos sim-

bolizável Che, deixou a sua marca muito profunda.

Novos sinais surgiram assim, unindo por vezes coisas que, não se identificando directamente, constituíam flagelações sucessivas à besta imperialista. A barba cubana e a abundância de cabelos da "cultura hippie" talvez só tenham tido um breve encontro no Maio de 68, mas de qualquer forma para além dos pêlos ficaram os actos.

2. Hoje haverá gente com barba e gente sem ela, mas os

actos revolucionários continuam a incomodar o *statu quo*, deixando as suas marcas por onde quer que passem. De qualquer forma, não será mais possível apresentar as coisas em termos de uma dicotomia que colocava de um lado o homem ocidental "limpo", ordenado, submisso, e do outro os barbudos, os cabeludos, os pés descalços. Principalmente após a guerra do Vietnã e os seus símbolos, onde por fim a grande maioria dos actos sujos deste planeta surgem em evidência como horrorosa obra do engratado homem ocidental.



Junto aos sinais da burguesia, à sua publicidade anunciando a falsa harmonia e abundância, começam a surgir os punhos cerrados, as mãos na espingarda, as multidões revoltadas. As imagens da revolução poderão ser consideradas banais, mas a sua urgência e a sua evidência, são a marca de uma outra urgência e evidência. A evidência de um sistema e a urgência da sua superação.

3. A qualidade da produção gráfica cubana tem a sua razão de ser.

Os cubanos, apesar do seu justificado desprezo pelo mundo capitalista e particularmente pela sociedade americana, nunca rejeitaram, pelo menos neste campo criativo, as capacidades técnicas modernas. Na verdade, a tecnologia, por si, não é imperialista ou revolucionária, tudo depende sim do seu uso.

Os cartazes cubanos apresentam assim um frequente recurso às técnicas fotográficas, às tramas e altos contrastes, o que lhes concede uma grande força expressiva. O uso da serigrafia, onde a cor cheia facilita a impressão, contribui também certamente para esse "expressionismo" patente numa grande percentagem de cartazes. As leituras tornam-se assim mais directas mas a qualidade estética e a originalidade não deixam de introduzir os valores de uma pesquisa sempre renovada.

Também no campo das possíveis influências da arte contemporânea, os cubanos parecem

não demonstrar qualquer preconceito em se aproveitar das modernas linguagens estéticas. A influência, quer se apresente como pura técnica quer apareça já como referência cultural, não significa uma perda de autenticidade por parte dos artistas cubanos. As influências, neste campo e noutros, são um dado do conhecimento do nosso tempo, e como tal necessariamente a considerar, se não se quer perder o contacto com a própria realidade em transformação.

A "Pop art" é a expressão quase publicitária dos valores correntes da sociedade; no caso da sociedade americana esses valores serão os de consumo, já que é o sistema mercantil que determina os próprios valores de toda a sociedade. Daí que surjam as garrafas de Coca-Cola, a Marilyn Monroe... O desvio que os cubanos realizaram, utilizando a expressão própria "Pop art" para afirmar os seus valores, representados na figura de determinados revolucionários (Che, Martí...), resulta por isso extremamente positiva e enriquecedora.

4. Mas talvez mais importante do que este *desabuso* por parte dos artistas cubanos em relação às técnicas e estéticas modernas, será a sua capacidade experimentalista. Sem ela, a produção gráfica cubana e certamente também a sua arte, teriam há muito estagnado num qualquer academismo. Essa

grande abertura criativa significa, por outro lado, que não existe em Cuba aquele velho temor das hostes revolucionárias de se tornarem incompreensíveis para as massas, sempre que se aprofundam os campos da teoria ou da experimentação criativa. O gosto estético, e mesmo o apego tradicional, não são na verdade um dado definitivo na mente das populações, bem pelo contrário, tudo faz parte de um processo de desenvolvimento. Aí, se a revolução não apresenta ela mesma as suas inovações, depressa será submergida pelas falsas novidades do capitalismo sempre disposto a vender o seu produto por mais extravagante que este se apresente. Se não fosse assim, como se compreendia que o capitalismo tenha conseguido introduzir o seu estilo de vida em regiões do mundo tão longínquas da 5th avenue como do pensamento ocidental?

5. A arte dos cartazes cubanos, os quais se dirigem de imediato à população e não a um círculo de eruditos, pode ser tomada como uma lição e como uma proposta. Uma lição, porque mostra que a utilização das técnicas e dos conhecimentos vindos das sociedades capitalistas podem e devem ser desviadas para uma utilização diferente e revolucionária.

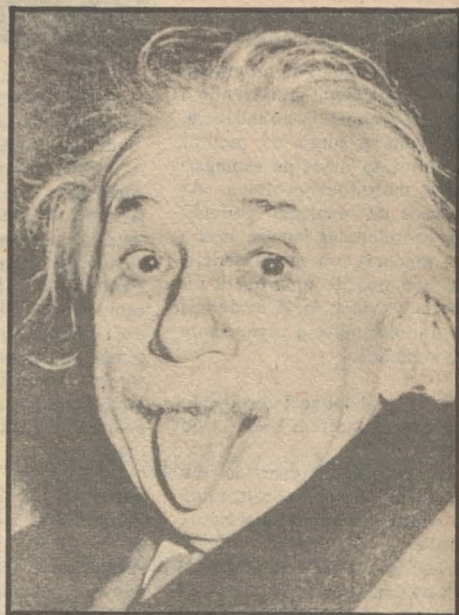
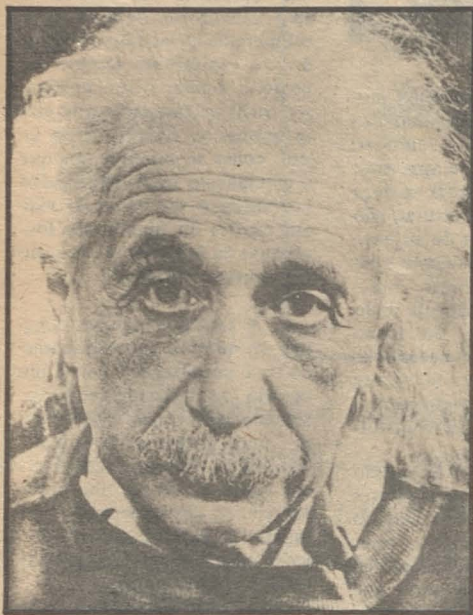
Uma proposta, quando se apresenta aos olhos de todos os combatentes do lado da revolução, o inconformismo e a experimentação, como base de uma procura de autenticidade cultural visando simultaneamente a transformação do mundo.

6. As barbas e os "cartazes revolucionários" são pois dois momentos de uma época em ebulição. Cada um deles com a sua importância relativa, mas ambos fazendo parte de um importante processo de transformação do mundo actual.

Reflexo da compreensão de que nada é inocente!

ciência e tecnologia

einstein mitos e realidades



A Imprensa ligada às classes dominantes celebrou o centenário do nascimento de Albert Einstein com páginas e títulos que criam uma imagem do cientista conforme aos seus interesses ideológicos. Pretendemos aqui repor algumas verdades a respeito.

Maurice Jacques

Mito: o aluno medíocre chumbado.

Na escola secundária, ainda na Alemanha, ele era de facto

um aluno brilhante em Matemática e Física, matérias das

go que era obrigado a decorar sem criatividade. A direcção da escola afastou-o no último ano por razões de discriminação social: um judeu cujos pais, pequenos comerciantes "instáveis", já se haviam mudado para a Itália para onde o jovem Albert também queria ir. Então as autoridades da escola expulsaram esse "estrangeiro" de 5 anos sem lhe permitir obter o seu diploma. Medíocre era a escola, não o aluno, o que ainda hoje é muito frequente.

Mito: o puro génio teórico.

As ideias da física não caíram do céu para florescer na cabeça de Einstein. No começo deste século, antes de publicar os seus primeiros trabalhos de 1905, ele lia os trabalhos científicos da época, ensinava Física e Matemática em várias escolas secundárias e interessava-se pelos aspectos técnicos das patentes que apreciava na Repartição das Patentes de Berna na Suíça, onde era funcionário. Ele mesmo construiu em colaboração com um amigo de uma indústria eléctrica, aparelhos de física, entre os quais um medidor de voltagem chamado "multiplicador de potenciais Einstein-Habicht".

Ao lado do artigo de 1905 sobre a relatividade que, nas palavras do próprio Einstein, "modificava a teoria do espaço e do tempo", ele publicou no mesmo ano três outros artigos, todos relacionados com explicações de fenómenos experimentais muito concretos: "um tratado de radiação e energia luminosa muito revolucionário" (sobre o efeito foto-eléctrico); um "artigo que discute os métodos para determinar as dimensões reais dos átomos..." e um sobre o movimento Browniano (evidenciado por exemplo na agitação contínua das partículas de fumo, postas em movimento ao acaso pelos choques das moléculas do ar). Tudo isso muito físico, concreto e directamente ligado com os trabalhos experimentais da época.

Mito: personagem isolado, pensador individual.

Realidade: ideais socialistas; humanismo activista.

Enquanto a imprensa burguesa sempre apresenta Einstein sozinho e afastado do furacão político, a realidade revela-nos um homem socialmente lúcido e activo. Ele viu a revolução bolchevique como uma via para construir uma sociedade baseada na razão e na ciência; disse de Lenine: "sacrificou-se e dedicou inteiramente a sua energia para realizar a justiça social... Homens como ele mantêm e restauram a consciência da humanidade."

Em 1949, contribuiu com um artigo titulado "Porquê o Socialismo" para o número inaugural da revista marxista americana *Monthly Review*, dirigida por Leo Huberman e Paul Sweezy.

Nos anos 50, quando o anti-comunismo se tornou política nacional nos Estados Unidos, onde vivia, Einstein foi à Televisão e aos jornais para denunciar os "juramentos de lealdade", que se exigiam de muitos trabalhadores, e a caça às bruxas do senador MacCarthy e dos seus Comités de Investigação: "o problema que se põe aos intelectuais deste país é muito grave. Os políticos reaccionistas conseguiram fazer penetrar no público a desconfiança frente a cada empreendimento intelectual, fazendo-o passar por um perigo de inspiração estrangeira. Já conseguiram isso e preparam-se agora para suprimir a liberdade no ensino e tirar o emprego a todos os que não se submetem, pressionando-os pela fome. Que deve a minoria intelectual fazer contra este mal? Francamente, vejo unicamente o método revolucionário de não-cooperação, como o concebido por Gandhi".

Explicou a situação numa carta a Bertrand Russel: "Todos os intelectuais neste país, até o mais jovem estudante, estão totalmente intimidados. Praticamente ninguém em evidência, além de você, desafia os absurdos que os políticos desencadearam. Esses políticos consideram-se tão poderosos

porque conseguiram convencer as massas que os Russos e os Comunistas Americanos põem em perigo a segurança do país. Quanto mais grosseiras as lendas que espalham, tanto mais assegurada a sua reeleição pela população extraviada. Isso também explica por que o Presidente Eisenhower não se atreveu a comutar a sentença de morte do casal Rosenberg..."

Finalmente é interessante notar que as duas pessoas que declarava admirar mais no Mundo, porque puseram as suas convicções em prática, eram ambas ligadas ao Terceiro Mundo: Albert Schweitzer, que criou e viveu num hospital para leprosos, no Congo; e Gandhi cuja táctica de não-violência acabou com o colonialismo inglês na Índia.

Mito: $E=mc^2$ é incompreensível.

Realidade: é compreensível, científica e politicamente.

No domínio nuclear fala-se muito que a explicação da libertação de energia nas reacções nucleares resulta do conceito enunciado por Einstein da equivalência da massa e da energia (a quantidade de massa que desaparece numa reacção transforma-se em energia, aparecendo usualmente na forma de uma grande velocidade das partículas que resultam da reacção). Isso levou outros físicos refugiados da Europa central, apavorados tanto pelo nazismo como pelo comunismo, a fazer assinar por Einstein, em 1939, uma carta ao presidente Roosevelt recomendando a investigação da utilização da energia nuclear para explosões.

Quanto se tratou de utilizar a primeira bomba nuclear em 1945, Einstein escreveu de novo ao presidente Roosevelt para se opor à utilização da bomba e sugerir uma demonstração pública sem criar vítimas. Mas esta carta ficou sem efeito, chegando à secretária do Presidente no mesmo dia da sua morte súbita. No ano seguinte, ele es-



creveu na Imprensa americana: "Se tivéssemos mostrado a explosão experimental em Alamo-gordo, no Novo México, para representantes de outras nações, poderíamos tê-la utilizado como pressão para ideias novas. Teria sido um momento favorável para fazer propostas para uma nova ordem mundial, para pôr fim à guerra."

Desde então, ele se opôs firmemente à corrida ao armamento nuclear. Mas isso não ficou a nível de uma actuação personalista; ele acreditava na necessidade de o público em geral se informar no domínio nuclear e de fazer chegar as discussões à praça pública. É para difundir informações neste domínio, que ele criou, com vá-

rios outros físicos, o **Comité de Emergência dos Cientistas Atômicos**, que mais tarde servirá de exemplo para a formação de outras associações de cientistas progressistas.

O último acto político de Einstein, alguns dias antes de morrer, em 1955, foi o de assinar o chamado **Apelo Russel-Einstein** sobre os perigos de uma guerra nuclear. O matemático-filósofo inglês, Bertrand Russel, esforçou-se por ter entre os signatários cientistas identificados com as duas ideologias em confronto no Mundo. Assim, assinou também o apelo o prémio Nobel de física francês Frédéric Joliot-Curie, conhecido membro do Partido Comunista e presidente da Fe-

deração Mundial dos Trabalhadores Científicos.

O sucesso do apelo permitiu reunir na Inglaterra, no mês seguinte, cientistas comunistas e não-comunistas, incluindo, pela primeira vez, três cientistas da Academia de Ciências de Moscovo. É daí que nasceu o restrito **Grupo de Pugwash**, de cientistas de países capitalistas e socialistas que se reúnem anualmente desde 1957. Este grupo para-governamental teve uma certa influência nas negociações de Paris, que acabou com a presença militar americana no Vietnam. Esta pequena actuação condiz bem com o humanismo pacifista de Einstein.

cadernos do
**terceiro
mundo**

o futuro da petroquímica

Um debate, no México, sobre as perspectivas desta indústria vital para o Terceiro Mundo:

Cristina Canoura

DE 12 a 16 de Março passado, realizou-se no México a primeira Reunião de Consulta sobre a Indústria Petroquímica, promovida pela ONUDI - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

Criado em 1967 com o objectivo de "fomentar e acelerar a industrialização dos países em desenvolvimento", a ONUDI realizou, em Março de 1975, a sua segunda Conferência Geral, que teve lugar em Lima, no Peru. No marco da mobilização terceiro-mundista para modificar as relações económicas internacionais, uma das resoluções centrais aprovadas na capital peruana foi estabelecer uma meta para a participação dos países em desenvolvimento na

produção industrial mundial: 25 por cento no ano 2000. No momento, essa participação é de apenas sete por cento.

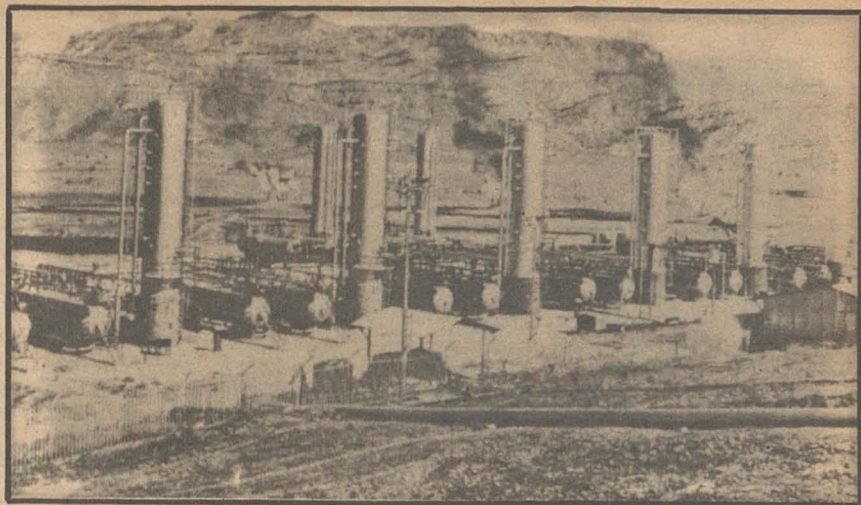
A Conferência de Lima sublinhou, ao mesmo tempo, a necessidade de fortalecer a capacidade da ONUDI em dar assessoria sobre desenvolvimento, estratégias e tendências de industrialização, e solicitou a organização de consultas internacionais sobre todos os aspectos da industrialização. Em caso de necessidade, a ONUDI serviria de foro às negociações para a redistribuição de capacidades produtivas.

Como preparação desta Reunião de Consulta no México, a ONUDI organizou, em Novembro de 1978, uma Reunião Preparatória Global, em Viena de

Austria, onde peritos de alto nível prepararam o programa provisório que foi posto em consideração na capital mexicana.

Tal programa considera dois aspectos: primeiro, a comercialização dos produtos petroquímicos produzidos em países em desenvolvimento e a acção que se requer dos governos e da indústria para assegurar o acesso aos mercados existentes, assim como a introdução de ajustes apropriados na petroquímica mundial; e segundo, a transferência de tecnologia na indústria petroquímica e a necessidade de preparar um modelo de contrato que compreenda a licença de patentes e "know-how".

Foi proposta, também, a criação de um grupo de trabalho



sobre a oferta e a procura mundiais de produtos petroquímicos, para o que se solicitou a assessoria da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), do Conselho de Assistência Económica Mútua (CAEM) e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O grupo seria encarregado, entre outras coisas, de preparar e actualizar as perspectivas dos próximos dez anos no que respeita à procura de petroquímicos, expressa em termos de necessidades básicas nos grandes países consumidores, a nível regional e mundial, assim como as matérias-primas disponíveis para a produção de petroquímicos básicos.

No México, mais de 140 representantes de 42 países e delegados de quinze organizações nacionais e internacionais, em nome de trabalhadores, industriais e grupos de consumidores de países desenvolvidos e em desenvolvimento, debateram as medidas que deverão tomar os governos e a indústria para eliminar as barreiras ao comércio internacional de produtos petroquímicos e estabelecer os princípios fundamentais que se devem considerar na preparação dos modelos de contratos.

O PETRÓLEO

A indústria petroquímica experimentou nos últimos anos

um crescimento considerável. A produção mundial aumentou de 3,5 milhões de toneladas em 1950 para cerca de 65 milhões em 1978. Isto atribui-se principalmente à posição sumamente competitiva dos seus produtos, com relação a outros produtos artificiais e naturais, situação reforçada também por uma oferta relativamente barata de matéria-prima, os hidrocarbonantes, e pela aparente insuficiência, em relação à procura, dos outros produtos básicos como o a borracha, o algodão e os metais.

Contudo, apesar do rápido crescimento, a petroquímica consome apenas cinco por cento da produção total do petróleo cru e de gás natural.

Em Outubro de 1978, teve lugar em Doha, Qatar, uma Reunião Regional Preparatória dos Estados Árabes sobre petroquímica. Na ocasião, foi assinalado que os países árabes estão efectuando uma extracção excessiva de petróleo, a sua principal fonte (não renovável) de riqueza, para satisfazer as necessidades energéticas dos países consumidores. Ao fazê-lo, tais países vêm-se obrigados a queimar a maior parte do gás resultante. Por conseguinte, a única possibilidade de diminuir a dissipação, que significa tanto a queima do gás como a utilização do petróleo como combustível, é melhor aprovei-

tar uma parte crescente dos seus hidrocarburetos no desenvolvimento da indústria petroquímica.

Para enfrentar o problema do desenvolvimento dessa indústria nos países do Terceiro Mundo, com a possível cooperação das potências desenvolvidas, a reunião da ONUDI teve de analisar três factores fundamentais: capital, tecnologia e mercado.

CAPITAL ÁRABE

Na falta de recursos próprios suficientes, e ante as dificuldades de obter financiamento externo, os países do Terceiro Mundo encontraram na via da integração regional uma das maneiras de avançar projectos na área da petroquímica. Na Conferência de Doha foi proposto concretamente que "os países árabes poderiam financiar o desenvolvimento de indústrias de elaboração ulterior em outros países em desenvolvimento, a fim de satisfazer a procura de tais produtos e, ao mesmo tempo, abrir colocação para os produtos árabes."

Quanto à tecnologia, os países do Terceiro Mundo sustentam que não basta uma transferência segundo um simples acordo de compra-e-venda, mas que é necessário adquirir uma capacidade tecnológica completa. Para isso, recomendou-se

que a ONUDI elaborasse um modelo de contrato, "baseado no princípio da igualdade e na confiança mútua entre comprador e vendedor".

ABRIR NOVOS MERCADOS

O acesso aos mercados está-se a converter num problema cada vez maior para os países em vias de desenvolvimento. No caso dos produtos petroquímicos, as barreiras alfandegárias não constituem o principal obstáculo. O entrave mais importante são as restrições quantitativas, cujo antecedente mais imediato foi o bloqueio aplicado pelos países capitalistas industrializados aos tecidos de fibras sintéticas produzido no Terceiro Mundo.

Restam poucos caminhos viáveis aos países do Terceiro Mundo para a comercialização dos seus produtos nas economias industrializadas de mercado. Por um lado a venda está em mãos das companhias transnacionais. Se quiserem vender directamente — advertiu um delegado de um país capitalista —

deverão ater-se às normas em vigor sobre a concorrência, inclusive as de proibição do "dumping". A ameaça implícita é óbvia, e o mesmo delegado propôs como alternativa "conseguir um co-participante do país receptor que se encarregasse de tal comercialização". Isso implicaria cair novamente nas mãos do intermediário transnacional.

A ONUDI propôs como medida a adoptar "o apoio dos governos de países desenvolvidos a contratos de abastecimento a longo prazo com produtores petroquímicos de países em desenvolvimento". Esta solução, porém, encontrará resistência da parte dos países capitalistas, que preferem impulsionar as suas próprias indústrias.

Uma terceira alternativa, citada na reunião, é o estabelecimento, em países produtores de petróleo, de empresas petroquímicas mistas, com capitais provenientes de países industrializados. Um delegado, com experiência neste tipo de consórcios, indicou que "a cooperação em semelhantes empresas poderia chegar a ser unilateral,

quando o co-partícipe é estrangeiro e obtém o máximo benefício".

Assim, a abertura dos mercados dos países desenvolvidos aos produtos petroquímicos do Terceiro Mundo escapa ao alcance da ONUDI e só poderá resolver-se no marco das negociações sobre uma Nova Ordem Económica Internacional.

Por enquanto, a ideia que encontrou maior apoio foi a que defendia a criação de uma cooperação entre países em desenvolvimento, baseada "no interesse mútuo das partes envolvidas, e que tomasse em consideração as diferentes naturezas dos produtos básicos, intermediários e finais".

Uma fórmula proposta nessa reunião de consulta, para conseguir tal cooperação, é a do estabelecimento de empresas mistas em países não produtores de petróleo, para transformação de produtos petroquímicos básicos e intermediários, importados de países produtores de petróleo, em produtos finais para os mercados locais.

cadernos do
terceiro
mundo

contra o «dumping»

O confronto com os países industrializados no sector petroquímico

SHAWLET Akrawi, conselheiro do Ministério da Indústria e Minas do Iraque, foi eleito na reunião do México vice-presidente pelos países asiáticos, e porta-voz do "Grupo dos 77". Entrevistado pelos "Cadernos do Terceiro Mundo", avaliou os trabalhos da conferência e as diferenças de interesses e pontos de vista entre os países capitalistas industrializados e as nações do Terceiro Mundo.

Esta foi uma primeira conferência de consulta entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, convocada pela ONUDI. Embora o título fosse "Consulta sobre a indústria petroquímica", de facto discutiram-se questões políticas, económicas e semitécnicas. Penso que os aspectos mais importantes foram

os relativos a mercado e comercialização e os referentes à transferência de tecnologia.

A política dos países industrializados é que a parte "suja" da indústria petroquímica deve ser feita pelos países subdesenvolvidos e que a parte final, ou "limpa", cabe às nações desenvolvidas. Por outras palavras, os

países capitalistas industrializados desejam receber o material "tratado" das nações subdesenvolvidas para daí obter os produtos finais nas suas próprias indústrias.

Como é lógico, os países em desenvolvimento não estão de acordo com esta perspectiva. Temos matérias-primas, indústrias, mercado, mão-de-obra, e é lógico, pois, que queiramos fazer todo o processo petroquímico nos nossos próprios países, utilizar os hidrocarbonantes para obter produtos finais e assim participar nos mercados do mundo industrializado. Este é

um ponto que eles vetam. Querem obter a baixos preços os produtos intermediários para usá-los nas suas indústrias, sem dar oportunidade aos países em desenvolvimento de completar o ciclo industrial dos hidrocarburetos.

Que sucede? Para evitar a nossa concorrência, estão a vender os produtos da indústria petroquímica a preços tão baixos que, para nós, é impossível competir. É o que se conhece tecnicamente como um "dumping". E, nós os países subdesenvolvidos, opomo-nos terminantemente à coação do "dumping". Temos manifestado aos responsáveis dos países industrializados para que renunciem ao "dumping". Eles tentaram opôr-se a esta reivindicação em todas as línguas. Mas nós insistimos. Deve haver um modelo de contrato para a tecnologia.



Os «desenvolvidos» apenas querem transferir poluição e tecnologia obsoleta

de anos, com informação sobre o desenvolvimento de novos produtos.

Em Novembro deste ano, realizar-se-á em Bagdad um seminário sobre petroquímica, e nós estamos, desde já, a lutar nos foros internacionais para ter uma parte protagónica nesta indústria, que é a indústria do futuro.

Como é possível que bilhões de dólares em gás natural estejam a ser queimados diariamente no Médio Oriente? Temos a obrigação de transformar esse produto e participar no mercado mundial para benefício dos nossos povos e de todas as partes envolvidas no processo.

Neste momento qual a situação do Iraque no campo da indústria petroquímica?

Temos alguns complexos industriais importantes. Estamos construindo um no valor de catorze milhões de dólares, que entrará em funcionamento em princípios de 1980. Temos centenas de engenheiros e técnicos a formarem-se em muitas partes do Mundo, e no nosso país já há um centro de treinamento para o pessoal da indústria química e do aço.

A União Soviética instalou um centro de formação de engenheiros petroquímicos e há iraquianos a estudar na URSS. Mas o desenvolvimento da tecnologia é hoje tão rápido que nos obriga a não depender de uma só fonte.

breve

Numa entrevista concedida durante a realização do Seminário Nacional sobre Ciência e Tecnologia, em Tunis, o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, João da Costa, brasileiro, manifestou que o objectivo fundamental da instituição que dirige é "abrir os horizontes da ciência e da tecnologia aos países em vias de desenvolvimento para o estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Mundial".

A UNCTAD — Conferência para o Comércio e Desenvolvimento — por sua parte, está encarregada de elaborar um código de conduta para a transferência de tecnologia, e uma comissão especial do Conselho Económico e Social da ONU estuda as modalidades de um código de conduta para as transnacionais. Outro organismo das Nações Unidas ocupa-se da revisão da convenção de Paris sobre Propriedade Industrial.

Consultado a respeito, o diplomata e economista brasileiro declarou que "a instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional deve responder a uma noção de desenvolvimento moderno, que não tem muito que ver com a que se manejava há vinte anos". Explicou que isso supõe o desenvolvimento tanto a nível social, como cultural, político e espiritual, "em outras palavras, um desenvolvimento integral".

Por outro lado, João da Costa introduziu a noção de "desenvolvimento democrático", que implica um progresso em benefício de todos. "Os objectivos do desenvolvimento nunca são científicos — disse — e sim de ordem política e cultural. O conjunto da população deve estar em condições de dialogar com os governos e com os homens de ciência, a fim de dissipar o mistério que rodeia a aplicação da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento".

TECNOLOGIA OBSOLETA

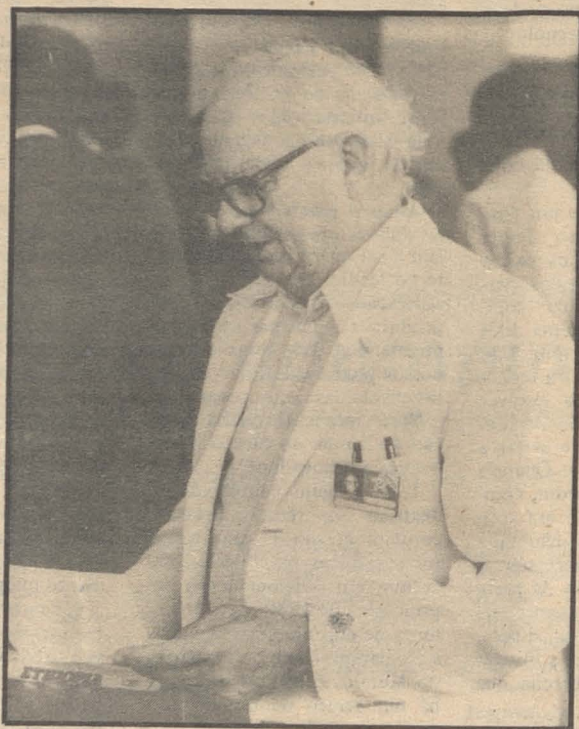
Porquê um modelo de contrato?

É simples. Quando um país em desenvolvimento deseja comprar tecnologia, os países capitalistas desenvolvidos perguntam-lhe: que quer comprar? Este é o problema. Eles não oferecem o que têm. Não assessoram sobre qual a tecnologia apropriada para resolver cada caso específico. Perguntam. É uma forma de evitar a transferência correcta. Quando você recebe o que pediu, compreende que isso não era suficiente. Mas também não sabe como pedir o que necessita. É uma medida defensiva da parte deles para transferir apenas tecnologia velha, obsoleta, superada, e assim continuar a manter e até aumentar a brecha que nos separa.

A única solução está no modelo de contrato, que deve ser assinado a longo prazo e com uma cláusula que obrigue o vendedor de tecnologia a informar o comprador sobre os avanços nesse ramo. O contrato deve incluir tecnologia, máquinas e formação profissional, por um número determinado

Wilfred Burchett:

«O grande problema dos jornalistas progressistas do mundo ocidental, é dizer o que querem para melhor informar o público. E depois encontrar um jornal que publique o que escreveram...»



Profissionais da Informação, há muitos.

Ou melhor dizendo, há profissionais e "profissionais".

Wilfred Burchett, jornalista e escritor, tornou-se conhecido mundialmente por ter, em seus artigos e livros, tomado a posição clara e inequívoca de defender a verdade, de defender os povos oprimidos, contrapondo-se à massa de informações e notícias, intencional e inescrupulosamente manipulada pelas transnacionais da Informação, na missão que lhes foi atribuída pelo imperialismo, de mentir, de camuflar, de disfarçar os seus macabros desígnios.

Colaborador da primeira hora dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, quando um pequeno grupo de jornalistas, ainda na Argentina, "arrancou" com o seu projecto, Burchett nunca mediu esforços ou disponibilidades pessoais no impulsionar deste ideal terceiro-mundista.

Uma equipe de jornalistas dos *Cadernos* teve a feliz oportunidade de, em Maputo, entrevistar Wilfred Burchett, especialista em assuntos do Sudeste Asiático, em Movimentos de Libertação, e pela sua experiência, conhecedor profundo das glórias e misérias dos seres humanos.

Há quanto tempo acompanhas as actividades do Movimento dos Países Não-Alinhados?

Comecei com a Conferência de Bandung, que não pode ser definida como uma Conferência dos Não-Alinhados. Foi mais uma conferência afro-asiática, mas creio que lançou a ideia da formação do Movimento, cuja primeira reunião se efectuou em Belgrado. Depois assisti à Segunda Conferência, no Cairo, e à Quarta, em 1973, na Argélia. O ano passado estive presente na reunião feita a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Belgrado, e depois de Maputo, conto dar um salto até Havana para assistir ao sexto encontro.

Como encaras a reunião ocorrida em Maputo?

Penso que cada uma dessas conferências é particularmente importante, e essa importância é cada vez maior. Se traçarmos o caminho percorrido desde Bandung, em 1955, e observarmos a situação mundial de hoje, uma situação de luta pela independência nacional, veremos como está próximo o tempo da estabilidade. Creio que já se pode falar numa etapa final. Podemos dizer que o centro da tempestade se deslocou do Sudeste Asiático para a África Austral, e esta Conferência definiu tarefas específicas.

Acho que sendo a Sexta Conferência em Cuba, esse país tão rico na sua experiência revolucionária, com um espírito internacionalista tão profundo, e ainda o facto de a Presidência do Movimento estar assegurada por Cuba nos três anos seguintes, isso dará uma grande importância às decisões que foram aqui tomadas.

E sobre a participação de Angola e Moçambique?

Ninguém tem dúvidas de que a luta travada no Zimbabwe, na Namíbia, e na África do Sul, esteja directamente ligada ao êxito da luta armada em Angola e Moçambique. Tudo isso dá uma importância e uma inspiração muito grande às decisões aqui tomadas, que visam verdadeiramente varrer de uma vez o imperialismo do resto da África.

Acabaste de escrever um livro sobre a África Austral, e penso que sobre a África do Sul...

Sim, é um livro que em inglês recebeu o título de *Southern Africa Stands Up*, "A África Austral põe-se de pé". Passei a maior parte do ano de 1977 a recolher material sobre a luta em

Angola, sobre a luta de libertação de Angola, assim como a de Moçambique, e a repercussão da vitória obtida por esses países nos países vizinhos como o Zimbabwe, a Namíbia e a África do Sul. O livro acaba de sair.

Nesse livro, fazes uma análise, ou escreves sobre a história da luta de Angola pela independência?

Escrevi muitos livros sobre os Movimentos de Libertação nacional e sobre as lutas pela independência. Tenho essencialmente dois objectivos: o principal é dar publicidade, fazer conhecer a luta desses povos, para que ganhem apoio; o segundo objectivo é levar essas experiências a outros países, a outros povos em luta. Citemos a luta travada pelo povo vietnamita, por exemplo, que foi uma luta exemplar, uma luta contra o colonialismo francês primeiramente, e depois contra o imperialismo norte-americano. Eles estão ocupados em demasia para poderem escrever e são, além disso, muito modestos.

Os vietnamitas sabem que, ao lutarem, cumprem o dever ao mesmo tempo nacional e internacional que se propuseram, mas não têm tempo para escrever livros que dêem a conhecer as suas experiências.

Penso que a minha tarefa, como escritor, jornalista e militante, é de fazer conhecer a sua luta a todos aqueles que puderem apoiar a luta dos povos da África Austral...

...e da América Latina...

...e da América Latina, uma vez que devemos sempre estudar as experiências já vividas.

Quer dizer, o teu livro não é essencialmente didáctico, no sentido estreito da palavra...

O meu livro é para encorajar os outros e dar experiências concretas. Onde, e em que condições, por exemplo, foram dados os primeiros tiros. É por aí que começa a entrevista que fiz a Alberto Chipande, Ministro da Defesa de Moçambique. Como é que tudo começou? Onde, quando e em que condições, por que é que os primeiros tiros foram dados. E, neste caso, foi em Mueda...

Bem, no meu livro, eu conto e analiso esses problemas. Uma parte importante do livro, é a cronologia dos acontecimentos na África Austral, que mostra a interligação, sobretudo com os acontecimentos ocorridos nas antigas colónias portuguesas. Cada acção desenvolvida por

um país, estimula, encoraja as acções de outros.

Tu és conhecido mundialmente como escritor, jornalista e militante. Como é que tudo começou?

Foi mais ou menos por acidente.

Eu estava na Alemanha nazi em 1938, no período em que começou o programa à grande escala contra os judeus. Foi em Maio de 1938. Alguns meses antes eu havia-me casado com uma refugiada judia alemã. O irmão dela estava preso. Como falo alemão, e com o meu passaporte australiano que me permitia entrar na Alemanha sem visto, eu tinha ido ver o que se passava lá. Isso permitiu-me ver uma série de coisas, e consegui que meu cunhado saísse do campo de concentração.

Nessa altura encontrava-se também na Alemanha o governador do Estado de Vitória, da Austrália, e ele falou-me então de Hitler, que era um homem bom, maravilhoso, e que a Alemanha nazi era um país onde tudo corria bem, comparando-a com a França.

A seu ver, a Alemanha era o centro da estabilidade, e dizia também que toda essa história de perseguição aos judeus não era verdadeira, que tudo era na verdade propaganda dos comunistas.

Claro que fiquei furioso, e comecei a escrever cartas aos jornais, principalmente para aqueles que o governador contactava.

Esse senhor, pouco depois, era Primeiro-Ministro da Austrália. Bom, essas cartas não foram publicadas, mas assim que a guerra estalou, houve redactores que se lembraram de mim, daquele jornalista que os bombardeava com cartas. E então fui convidado para escrever artigos, ou escrever sobre aquilo que tinha visto. Escrevi então para o jornal de Melbourne. Aceitei, e esse foi o começo.

Gostaria de ter a tua opinião, do que é para ti um País Não-Alinhado...

Creio que é essencialmente um país que não está ligado às grandes potências por pactos militares, e que não têm bases estrangeiras no seu território. Acho que isso é o essencial, porque ser Não-Alinhado não impede os acordos entre os países que recentemente se tornaram independentes, não impede uma ajuda económica entre eles. É ficar fora dos pactos militares, e em absoluto, não servir os interesses e desejos das grandes potências em oprimir outros países.

A pergunta foi feita por uma razão precisa. A Imprensa ocidental, imperialista, apresenta, ou tenta apresentar Cuba como um país alinhado, porque tem uma posição favorável à União Soviética.

Não vejo porque. Um país independente pode ter uma política própria, que pode por sua vez coincidir com a de uma grande potência. Mas também é preciso ver que as grandes potências não são idênticas. Há superpotências imperialistas que apoiam movimentos reaccionários, que apoiam ditaduras fascistas em todo o Mundo.

Cuba, quanto a mim, tem um grande espírito internacionalista, dividindo o que tem, que não é muito. Divide os seus quadros médicos, os seus engenheiros, os seus quadros técnicos. Cuba divide o que tem e ajuda os outros a elevar os seus níveis económicos. Isso é muito diferente de apoiar, utilizar riquezas para apoiar regimes fascistas como o de Pinochet, no Chile.

Sei que estabelecem comparação, porque os cubanos ajudaram o povo angolano na sua guerra de libertação. E não foram só os angolanos. E fala-se ainda no auxílio prestado pela União Soviética no que se refere a armamento. Mas, para que a comparação seja feita da maneira correcta, temos que pôr de um lado a agressão norte-americana ao Vietnam, e do outro, a intenção de ajudar um povo na sua libertação.

E sobre a luta do Vietnam, Kampuchea e Laos? Como pode ser analisado ou interpretado o papel desses povos na definição de uma linha no seio do Movimento dos Não-Alinhados?

Há factos concretos. A vitória dos povos da Indochina sobre o colonialismo francês, originou uma evolução noutras colónias francesas. Houve troca de experiências e houve uma espécie de encadeamento. Concretamente, a batalha de Dien Bien Phu foi ganha em Maio. Logo depois, na Conferência de Genebra, em Julho de 1954, deu-se o reconhecimento internacional à independência do Vietnam, Laos e Kampuchea, inclusive pela própria França. Na Argélia a luta começou, encorajada e estimulada pela vitória dos povos da Indochina. Essa luta começou em Novembro de 1954, quatro meses depois da vitória de Dien Bien Phu.

Mas vamos a coisas ainda mais concretas. Sabem-se hoje que soldados argelinos foram capturados em Dien Bien Phu pelos franceses. Trabalhavam uma luta contra o mesmo inimigo. Nesta luta contra a França, os argelinos receberam treino militar e preparação ideológica. Voltaram depois para a Argélia para pegar em armas contra o colonialismo francês.

Mas também a Argélia, durante a sua luta, recebeu combatentes angolanos, e não sei se moçambicanos, para que fossem treinados em combate. Esses angolanos foram bases importantes na luta de libertação nacional do seu país. Creio que essa não é a resposta exacta à tua pergunta, mas as conclusões podem ser tiradas.

A experiência que tiveste em Angola levou-te a fazer críticas muito duras à China. Isso levou ao corte de relações de amizade que duravam há trinta anos. É esse um exemplo da independência de Informação?

Sim, é um exemplo. Creio que é preciso dizer que isso se passou, porque amigos da China, como eu, não conseguiram compreender certas coisas. Não compreendem, por exemplo, porque é que apoiam Pinochet.

Com o problema de Angola, do qual tomei bom conhecimento, o governo de Pequim sabia perfeitamente o que era o FNLA. Que era uma fabricação da CIA. O caso de Angola foi revelador, e vê-se agora que toda a linha da política externa chinesa está virada para apoiar Pinochet e Pol Pot, que é a mesma coisa. Penso que um jornalista, sobretudo um jornalista como eu, um pouco especializado em Movimentos de Libertação Nacional, que é lido em todo o Mundo, tem que informar fielmente. Não quero nem devo trair a confiança dos meus leitores. Quando entendi o que se passava realmente em Angola, disse o que pensava, e foi a ruptura.

Pensas que as massas chinesas estão bem informadas sobre a política externa da China?

Não acredito, e creio sobretudo, que cada militante chinês está num grande estado de confusão mental, mesmo acerca da política interna. Houve tantas mudanças, como se sabe, que pode-se perguntar quando é que Xiao Ping tem razão, e quando é que não tem razão para seguir tal linha. Qual linha? A da revolução cultural? Mas agora foi decidido que foi uma linha errada. E está-se em vias de restituir propriedades aos grandes capitalistas!!!

Quando da minha última visita ao Vietnam, encontrei soldados chineses que desertaram, que atravessaram a fronteira e passaram-se para o lado do Vietnam. A razão mais forte apresentada, foi a de estarem completamente confusos, de já não saberem quando é que havia razão, e quando é que não havia.

Eu penso que milhões de militantes chineses devem estar a perguntar a si próprios se estão ou não com a revolução chinesa...

Tu foste perseguido de todas maneiras pela CIA. Mesmo fisicamente. Isso demonstra a importância que essa organização dá ao tipo de informação que transmite e veicula. Agora que se discute em Genebra o problema da informação vertical e horizontal, quando já há tantas agências de imprensa no Terceiro Mundo, qual é o papel, neste período transitório, reservado ao jornalista independente?

Creio que deve procurar a verdade das coisas que estão em foco no momento. O grande problema dos jornalistas progressistas do mundo ocidental, é dizer o que quer para melhor informar o público. E depois encontrar um jornal que publique o que escrever...

cadernos do
terceiro
mundo



mundos árabe

planificar a informação

A reunião de Tunes sobre Planificação Informativa no Mundo Árabe, realizada em Março último, concluiu com a adopção de numerosas recomendações. A aplicação de um plano de acção e a publicação de estudos elaborados sobre Informação, são dois dos pontos aprovados.

A reunião exortou os países árabes a dar uma atenção especial à investigação no sector da Informação, e pediu aos meios de comunicação de massas destes países para criar organismos encarregados de reunir e classificar todos os dados disponíveis em matéria informativa. Um interesse particular receberam os estudos relacionados com a transferência de tecnologia informativa e o projecto de instalação de um satélite para uso do Mundo Árabe.

Foi recomendado, igualmente, a elaboração de um estudo

sobre a implantação de uma indústria árabe especializada na fabricação de equipamentos e outros artigos utilizados na comunicação, como o papel de jornal e máquinas impressoras, aparelhos audiovisuais, instrumentos de recepção e transmissão, fitas magnéticas, etc.

A criação de um Clube de Conselheiros encarregados de coordenar os diferentes planos de comunicação no campo cultural, educacional, social e informativo, e capaz de harmonizar as posições árabes nas questões internacionais da Informação, foi outra das recomendações aprovadas.

Na conclusão das exposições dos peritos árabes, citou-se o facto de oitenta por cento da Informação quotidianamente difundida no Mundo ter origem num número limitado de agências internacionais, e que noventa por cento das ondas de

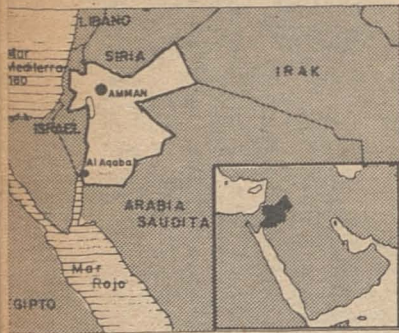
transmissão radiofónica são monopolizadas pelos países industrializados. O domínio do Ocidente — que ignora os interesses e problemas dos países do Terceiro Mundo — sobre os meios de comunicação de massas, levou a conferência a pronunciar-se a favor de uma Nova Ordem Informativa Internacional e de um código internacional que assegure aos jornalistas o exercício da sua profissão, recomendando para este efeito o estabelecimento de um Comité que fiscalize a aplicação dos princípios morais e profissionais do jornalismo, e que produza soluções adequadas para as deficiências tecnológicas que impedem os meios de informação árabes de exercerem a sua missão nas melhores condições.

cadernos do
terceiro
mundo



No início da nossa era, os povos palestinos estabelecidos nos arredores do Mar Morto foram dominados pelos romanos. No ano 1935, estes expulsam da região várias tribos semitas que praticavam a religião hebraica e se tinham rebelado. Com a queda do império romano, os árabes da Palestina foram unificados no Islão, cujo império chegou a estender-se dos Pirinéus ao Oceano Índico.

No século XVI, o Médio Oriente é invadido pelo Império Otomano, que permanece até o fim da Primeira Guerra Mundial. O xeique Hussein Ibn Ali, chefe espiritual de Hedjaz, colaborou com os britânicos na guerra, seduzido pelas promessas de ser coroado monarca de um grande conjunto árabe, que



13

almanaque do
**terceiro
mundo**

jordânia

compreendia os actuais Estados da Síria, Líbano, Iraque, Palestina e Jordânia. Mas Londres não cumpriu a palavra e dois dos três filhos de Hussein, Façal e Abdallah, são proclamados reis no seu lugar. O primeiro no Iraque e o segundo num emirato artificialmente criado no deserto: a Transjordânia.

A independência deste país é proclamada em 1925, após Abdallah I se ter comprometido a "ser guiado pelos conselhos da Sua Majestade britânica" em política externa.

Ao mesmo tempo, os ingleses, que conservavam o domínio sobre a Palestina, estimularam o incipiente movimento sionista, prometendo aos judeus um "lar nacional" no território e "esquecendo" que o projecto sionista implocava desalojar os palestinos da sua pátria.

A criação de um Estado judeu na Palestina desencadeia, em 1948, a primeira guerra árabe-israelita, após o que, a Transjordânia anexa a margem ocidental do rio Jordão, única parte da Palestina não ocupada por Israel, e muda o seu nome para Reino Hachemita da Jordânia.

Abdallah I morre num atentado em 1951. O seu filho, Tallel, assume a coroa, declara-se hostil aos britânicos e promete inaugurar um governo parlamentar. Foi deposto no ano seguinte, e nunca se comprovaram os seus "graves problemas psíquicos" que serviram de justificativa ao golpe. Com 17 anos de idade, o seu filho é coroado como rei Hussein I. Este, com uma habilidade incontestável e o apoio confesso da CIA,

sobreviveu desde então a três guerras, uma dezena de atentados e inúmeras conspirações.

A tutela de Washington manifestou-se pela primeira vez em 1957, com a presença da VI Frota norte-americana, que o defende da sublevação popular e permite-lhe decapitar o sector progressista do exército jordaniano. Pouco depois, em 1958, são os pára-quedistas britânicos que o salvam de sofrer a mesma sorte do seu primo Façal, destituído em Bagdad.

Durante a terceira guerra árabe-israelita de 1967, a Cisjordânia é ocupada pelas forças sionistas, o que faz deslocar para a Transjordânia milhares de palestinos, os quais constituem hoje dois terços da população do reino. Hussein sempre aspirou ser o porta-voz dos palestinos, mas estes nunca renunciaram à sua expressão própria, a OLP (Organização da Libertação da Palestina). Com o aprofundamento das opções revolucionárias desta organização, Hussein lança uma campanha de extermínio: o tristemente famoso "Setembro Negro" de 1970, que erradicou a direcção palestina do solo jordaniano e motivou a suspensão da ajuda económica dos países progressistas.

O exército, que absorve 40 por cento do orçamento, passa a ser o único sustentáculo interno de um regime que, internacionalmente, é defendido por forças que lhe reservam um papel nos planos imperialistas para o Médio Oriente. Uma solução de paz definitiva que pusesse o destino da região nas mãos do povo, levaria a monarquia hachemita a perder a sua razão de ser.

AL-MAMLAKAH AL URDINIYAH AL-HASHIMIYAH

Governo: Hussein I, rei. **Capital:** Amman (750 mil habitantes) **Superfície:** 97 738 km² **População:** 2 700 000 habitantes, 42 por cento urbana. **Moeda:** dinar jordaniano. **Idioma:** árabe. **Festa Nacional:** 25/5 (Independência, 1946) **Religião:** islamismo (oficial). **PNB per capita:** 460 dólares anuais. **Educação:** 540 mil estudantes em todos os níveis. **Saúde:** um médico para cada 7800 habitantes.

A Jordânia é membro da ONU, da Liga Árabe e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

jugoslávia

Durante muitos séculos, os povos que integram a actual Jugoslávia (eslovenos, sérvios, croatas, dálmatas, macedónios e montanegrenses) sofreram a dominação estrangeira. O Império Austro-Húngaro e o Império Otomano dividiam o domínio da península balcânica, até que, derrotados na Primeira Guerra Mundial, tiveram de retirar-se. Constituiu-se, então, o Reino da Jugoslávia, com a união de várias nacionalidades de línguas e culturas diferentes.

Josip Broz, mais conhecido pelo seu nome de guerra, Tito, foi o elemento aglutinador destas seis províncias. Em Abril de 1941, a Jugoslávia foi ocupada pelos nazistas. O regime monárquico e o seu exército desmoronaram-se rapidamente e foi Tito, fundador e secretário-geral da Liga Comunista da Jugoslávia, quem organizou a resistência. As guerrilhas patrióticas conseguiram constituir um governo em território libertado.

Finda a guerra, em que os jugoslavos sofreram 1 700 000 baixas, Tito dedicou-se à reconstrução do país. Constituiu-se um novo Estado com uma nova Constituição, estabelecendo uma federação de seis Repúblicas e duas províncias autónomas. Quando a direcção estatal centralizada se tornou um obstáculo para o desenvolvimento posterior do sistema socialista, em 1950, Tito introduziu o conceito da autogestão.

A autogestão é a contribuição mais importante do "modelo jugoslavo". Os seus objectivos essenciais são: a) assegurar aos trabalhadores a tomada de decisões referentes a todas as

condições da sua vida, de forma democrática e directa; e b) proteger a democracia socialista contra a tergiversação e abusos do estatismo, burocratismo e tecnocratismo. O sistema baseia-se na propriedade social, não estatal, dos meios de produção e das riquezas naturais, manejados directamente pelos trabalhadores no seu interesse próprio e no da comunidade social.

Formas similares de autogestão foram desenvolvidas para o comércio e os serviços. Aplicada à defesa nacional, a autogestão consiste na participação directa da maioria do povo no processo. O povo é um factor militar activo e os jugoslavos não concebem nenhuma forma de rendição. Mesmo com o país ocupado, continuariam a luta de acordo com o princípio de que "o alheio não o queremos, o nosso o defendemos".

A nível internacional, tal



Países Não-Alinhados foi celebrada exactamente em Belgrado, de 1 a 6 de Setembro de 1961. Nela participaram 25 países e ampliou-se o Movimento, que no princípio era apenas afro-asiático, à América Latina e à Europa.

Sob a tensão do agravamento da situação internacional e num momento em que a paz mundial se via ameaçada, Tito definiu a sua concepção do Não-Alinhamento: "A ideia de que os países não ligados a blocos participem, o mais eficazmente possível, nos acontecimentos internacionais e em especial nos que lhes diz respeito de modo directo e vital, nasceu da cons-



princípio reflecte-se na militância activa no Movimento dos Não-Alinhados, do qual Tito foi um dos iniciadores e organizadores. A primeira Conferência de Chefes de Estado dos

ciência de que a responsabilidade do futuro da Humanidade, não a podem hoje assumir apenas alguns Estados, por mais grandes e poderosos que sejam."

Além de problemas económicos e de emprego (da Jugoslávia saem muitos trabalhadores que emigram para os países da Europa Ocidental) e das rivalidades nacionais, principalmente entre a Sérvia e a Croácia, uma das preocupações actuais do país é a questão da sucessão do Marechal Tito, que conta já 84 anos.

REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERAL DA JUGOSLÁVIA

Governo: Marechal Josip Broz Tito, presidente. **Capital:** Belgrado (750 000 habitantes) **Superfície:** 255 804 km² **População:** 21 350 000 habitantes em 1975, 41 por cento urbana. **Moeda:** dinar. **Idiomas:** servo-croata, esloveno e macedónio. **Festa Nacional:** 29.11 (aniversário do Comité Nacional de Libertação, 1943). **Religião:** ortodoxa grega, 41,2% católica 31,7% muçulmana 12,3% **PNB per capita:** 1480 dólares ao ano. **Educação:** 25% da população encontrava-se a estudar em 1975. **Analfabetismo** 15% em 1971. **Saúde:** um médico para cada 847 habitantes.



kuweit

Conquistadas para o islamismo por Jaid, no século VII da nossa era, as tribos kuweítianas foram governadas pelo califa de Bagdad até à queda do actual Iraque sob o Império Otomano, no século XVII. Em fins do século passado, o emir Mabarak Al-Saban aceitou a "protecção" dos agentes ingleses para evitar ser assimilado pelo Império Turco. Embora formalmente se respeitasse as autoridades locais, a coroa britânica exercia de facto o poder.

Em 1938, descobriu-se petróleo no campo de Burgão. Ahmad Jabir Al Sabah, herdeiro reinante, opôs-se à exploração, com receio de que as receitas e altos salários da nova indústria arruinasse a colecta de pérolas, então a principal actividade económica do país. Mas quando a Kuwait Oil Company (associando a BP britânica e a Gulf norte-americana) garantiu ao Emir que os salários dos kuweítianos não seriam muito altos, ele acedeu em outorgar as concessões.

Em pouco tempo os fabulosos lucros do petróleo muda-

ram a fisionomia do país, que tem o rendimento per capita mais alto do Mundo.

Em 1961, os ingleses começaram a retirar-se das posições a leste do Suez. O tratado que estabelecia o protetorado sobre o Kuwait foi anulado e proclamou-se a independência do país. O Iraque declarou não aceitar a secessão deste território historicamente parte do país. Sem obter o apoio da Liga Árabe, cujas tropas substituíram as britânicas, em Outubro de 1961, o Iraque não pôde impor as suas posições. O conflito foi finalmente solucionado e o Kuwait ingressou nas Nações Unidas em 1963.

Com uma Constituição adoptada em 1962, o país organizou-se numa monarquia parlamentar de estilo europeu, constituindo excepção no quadro das monarquias feudais absolutistas que predominam na região do Golfo Árabe. Em Maio de 1974, o parlamento aprovou a nacionalização de 60 por cento dos activos da Kuwait Oil Company, num plano que prevê o controlo estatal total da empresa. Estabeleceu-se também uma política de redução da produção, para defender o preço do petróleo e evitar o esgotamento das reservas que, ao ritmo actual, deverão durar ainda umas sete décadas.

O Kuwait é membro da OPEP e um dos mais preocupados com os efeitos dos preços

do petróleo sobre o Terceiro Mundo. As suas instituições financeiras contribuem com diversos projectos de desenvolvimento nos países mais pobres. Internamente, os petrodólares permitem a ausência de impostos e a gratuidade total do ensino e da assistência médica.

Contudo, a fortuna também provocou desequilíbrios. A mão-de-obra local é tão escassa que houve que importá-la massivamente, a ponto de hoje 55 por cento da população ter nascido fora do país, onde 260 mil são palestinos. Embora os estrangeiros não tenham direitos políticos, a sua influência é sentida na imprensa e na atitude progressista da intelectualidade local.

Em meados de 1976, a Assembleia Nacional foi dissolvida pelo príncipe da coroa e Primeiro-Ministro, Emir Jabir Al-Ahmed Al Jabir Al Sabah, que a acusava de agir contra os interesses do Estado e argumentou com a necessidade de agilizar a administração. Não foi um golpe de direita, nem uma viragem na política do país. O chefe do governo propôs pouco depois um combate ao consumismo desenfreado e a utilização do petróleo para promover as transformações no sentido de superar subdesenvolvimento que subsiste, apesar da riqueza petrolífera. A 30 de Dezembro de 1977, morreu o Emir, sendo substituído por Jabir Al Sabah.



DAWLAT AL-KUWAYAT

Governo: xeique Jabir al-Ahmed al-Sabah, emir. **Capital:** Al-Kuwayat (300 mil habitantes) **Superfície:** 15 540 km² **População:** um milhão de pessoas (55 por cento é estrangeira). **Moeda:** dinar kuweítiano. **Idioma oficial:** árabe. **Festa Nacional:** 25/2 (independência, 1961). **Religião:** Muçulmana. **PNB per capita:** 12 mil dólares anuais. **Educação:** 250 mil estudantes em todos os níveis. **Saúde:** um médico para cada mil habitantes.

O Kuwait é membro da Liga Árabe, da ONU, da OPEP, da OPAEP (OPEP dos árabes) e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

laos

No século XIV, Sum Sen Tal, um nobre feudal birmanês, estabeleceu em Luang Prabang a capital do florescente reino da Lan Xang. A "terra do milhão de elefantes" era cobiçada pelos reinos vizinhos, e vinte anos mais tarde passou a ser dominada pelos senhores feudais de Sião (a actual Tailândia). Tiao Anuvong, príncipe de Vienciana, encabeçou em 1827 uma rebelião nacionalista que foi sangrentamente reprimida.

Em 1893, os franceses conquistaram Vienciana e integram o reino à sua colónia da Indochina. A colonização europeia afectou profundamente a estrutura económica, ao implantar uma economia de mercado artificial, que converteu o país em importador e bloqueou o seu desenvolvimento, apesar do subsolo laociano ser rico em minerais e as suas terras serem próprias para a agricultura e a pecuária.

A luta anticolonialista foi incentivada por vários movimentos que não puderam vencer a repressão. Em 1934, foi criado o Comité Regional do Partido Comunista da Indochina, fundado por Ho Chi Minh. O Pathet Lao, Exército Popular de Libertação, liderou a resistência quando, em 1941, os japoneses invadem a Indochina. Derrotado o Japão na Segunda Guerra Mundial, o povo laociano libertou cidades após cidades até proclamar, a 12 de Outubro de 1945, a independência de Vienciana.

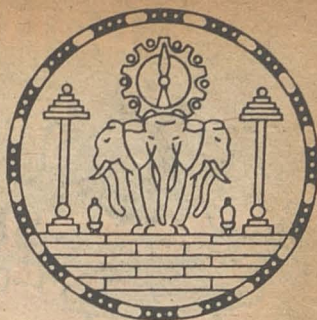
Mas, em princípios de 1946, os colonialistas franceses regres-

saram com o apoio de britânicos e norte-americanos, e conservaram o seu domínio sobre a Indochina até serem derrotados em 1954 pelos vietnamitas em Dien Bien Phu. Os Acordos de Genebra deste ano reconheceram a soberania e a integridade territorial do Reino do Laos.

Tem então início um duro período de conflitos internos entre três forças políticas: a direita, liderada por Fui Sananicone, defensor dos senhores feudais e dos ricos comerciantes chineses; os patriotas, aglutinados no Neo Lao Haksar, presidido pelo "príncipe vermelho" Tiao Suphanuvong; e o Movimento Neutralista de Suvana Phuma, irmão do anterior, que propunha conservar a unidade e a neutralidade do país.

O acordo dos três sectores previa eleições para 1958. Obtida a vitória pelas forças progressistas, Sananicone dá um golpe de Estado com o beneplácito dos Estados Unidos, que iniciavam a sua escalada no Vietnam. O Pathet Lao retira-se para as províncias do norte e reinicia a luta armada. Seguem-se guerras civis, golpes de Estado e acordos de paz sistematicamente violados pelos grupos pró-norte-americanos.

Com o seu crescente envolvimento na guerra do Vietnam e a impossibilidade de conter as forças populares, os Estados Unidos internacionalizam o conflito em 1964, e iniciam o bombardeio do território laociano, que, em 1970, atingiu mais de quinhentas missões diárias. Em nove anos jogaram



sobre o Laos mais bombas que o total despejado sobre a Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Fortalece-se o sentimento patriótico, e após uma ofensiva militar, o Pathet Lao consegue impor um armistício, em 1973. Forma-se um gabinete de coligação das três forças, sob a presidência de Suvana Phuma. Vinte mil mercenários tailandeses e 200 "conselheiros" norte-americanos são obrigados a abandonar o país.

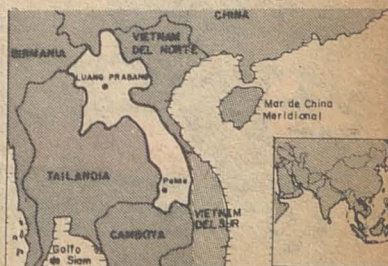
Com a derrota dos Estados Unidos no Vietnam, a direita laociana perde o seu único apoio real. Em 1975, o gabinete de União Nacional é substituído por um outro, onde o Neo Lao Haksar tem maioria. A 1 de Dezembro desse ano, um processo pacífico põe fim à monarquia e é proclamada a República Popular Democrática sob a presidência de Suphanuvong e a direcção política do Partido Popular Revolucionário do Laos.

O estabelecimento do idioma e dos valores culturais nacionais, o desenvolvimento económico segundo uma orientação socialista e a defesa da paz conquistada em décadas de luta, são as principais metas do governo revolucionário.

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DO LAOS

Governo: Tiao Suphanuvong, presidente; Kaisone Phumvihan, primeiro-ministro. **Capital:** Vienciana (200 000 habitantes). **Moeda:** kip. **Idioma oficial:** laotano. **Festa Nacional:** 19/7 (Independência, 1949) e 1/12 (República, 1975). **PNB per capita:** 70 dólares anuais. **Educação:** antes em francês, o ensino agora é no idioma nacional; espera-se erradicar o analfabetismo em pouco tempo. **Saúde:** em 1975 havia um médico para 20 000 habitantes.

O Laos é membro pleno das Nações Unidas e do Movimento dos Países Não-Alinhados





Quando os bantus do grupo sotho chegaram ao actual território do Lesotho — uma meseta de 1500 metros de altitude no sul da África, já encontraram ali os bosquímanos, um povo caçador. Da fusão das duas etnias formou-se o povo basoto, donde o nome de Basutolândia dado pelos colonizadores britânicos à região.

Os boers (colonos holandeses instalados na África do Sul) tentam obrigá-los a trabalhar em suas terras, mas tiveram de reconhecer logo que "esses selvagens preferiram a liberdade à escravidão". Os basotos também se recusaram a trabalhar nas fazendas de gado dos brancos, já que "Deus criou os animais para alimentar o homem e não o homem para alimentar aos animais".

A colonização holandesa na África do Sul parecia fadada ao fracasso quando, em 1867, um menino encontrou uma pedra brilhante que se soube ser um diamante. Pouco depois, apareceu o ouro... e atrás dele os ingleses. Em 1868, os missionários britânicos convenceram o rei basoto Moshoeshoe que só a

"protecção" da coroa londrina podia salvar o seu povo das ameaças boers de escravizá-lo. Convertido em protetorado, o território ficou administrativamente separado da África do Sul, mesmo depois desta passar definitivamente para o controlo britânico após a sangrenta "Guerra dos Boers" de 1899.

A Grã-Bretanha prometeu ao governo de Pretória, que tanto a Basutolândia como a Bechuanalândia (hoje Botswana) e a Suazilândia, todos em condições similares, integrar-se-iam na África do Sul algum dia. Mas quando a União Sul-Africana rompeu todos os seus vínculos com Londres, em 1961, consolidando a sua política do apartheid, os ingleses preferiram dar a independência a esses países.

Em 1965, promulga-se a Constituição da Basutolândia, e no ano seguinte o país proclama a sua independência com o nome de Lesotho. Contudo, como enclave dentro da África do Sul, o Lesotho depende dela para a saída dos seus produtos: trigo, amianto, gado e diamantes. O rand sul-africano é a moeda corrente, e as empresas sul-africanas controlam a sua economia e as comunicações.

O comércio externo é muito desequilibrado, com um volume de importações dez vezes maior que o das exportações. A diferença é compensada com os envios dos trabalhadores emigrantes. Cerca de 45 por cento da sua força de trabalho está nas minas de ouro sul-africanas.

A péssima situação económica propiciou a vitória da oposição (Partido do Congresso) nas eleições legislativas de 1970. O primeiro-ministro Leboa Jonathan deu um golpe de Estado, dissolveu o Parlamento e enviou para o exílio o próprio Moshoeshoe, que só foi autorizado a regressar com o compromisso de se abster de toda a actividade política.

Pensou-se que se tratava de manobras sul-africanas, facilitadas pelos enormes meios de pressão disponíveis. No entanto, nos últimos tempos, Jonathan vem assumindo posições surpreendentemente cada vez mais críticas e contrárias ao racismo sul-africano.

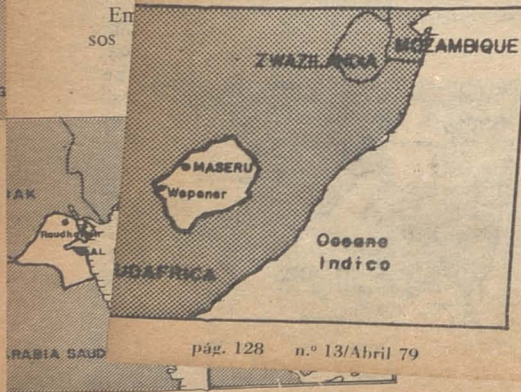
Após a rebelião do Soweto em 1976, milhares de jovens sul-africanos foram acolhidos como refugiados no Lesotho apesar do enorme sacrifício económico que isso significava para um país tão pobre. O Lesotho acatou a resolução das Nações Unidas contra a política de "bantustanização" de Pretória, e negou-se a reconhecer a suposta independência do Estado fantoche criado no Transvaal.

Como represália, a África do Sul fechou a fronteira com o Lesotho em início de 1977. A agressão económica produz graves efeitos até mesmo para a sobrevivência do país. O Lesotho pôs o problema à arbitragem da ONU e lançou apelos à solidariedade internacional para resistir ao bloqueio.

REINO DO LESOTHO

Governo: Motlotebe Moshoeshoe, rei; Leboa Jonathan, primeiro ministro. Capital: Maseru (240 000 habitantes). Superfície: 30 343 km². População: 1 250 000 habitantes. Moeda: rand sul-africano. Idiomas oficiais: lesotho e inglês. Festa Nacional: 4/10 (independência, 1966) Religião: cristã e animista. PNB per capita: 130 dólares anuais. Educação: 210 mil estudantes em todos os níveis, 50 por cento de analfabetismo. Saúde: Um médico para cada 25 mil habitantes.

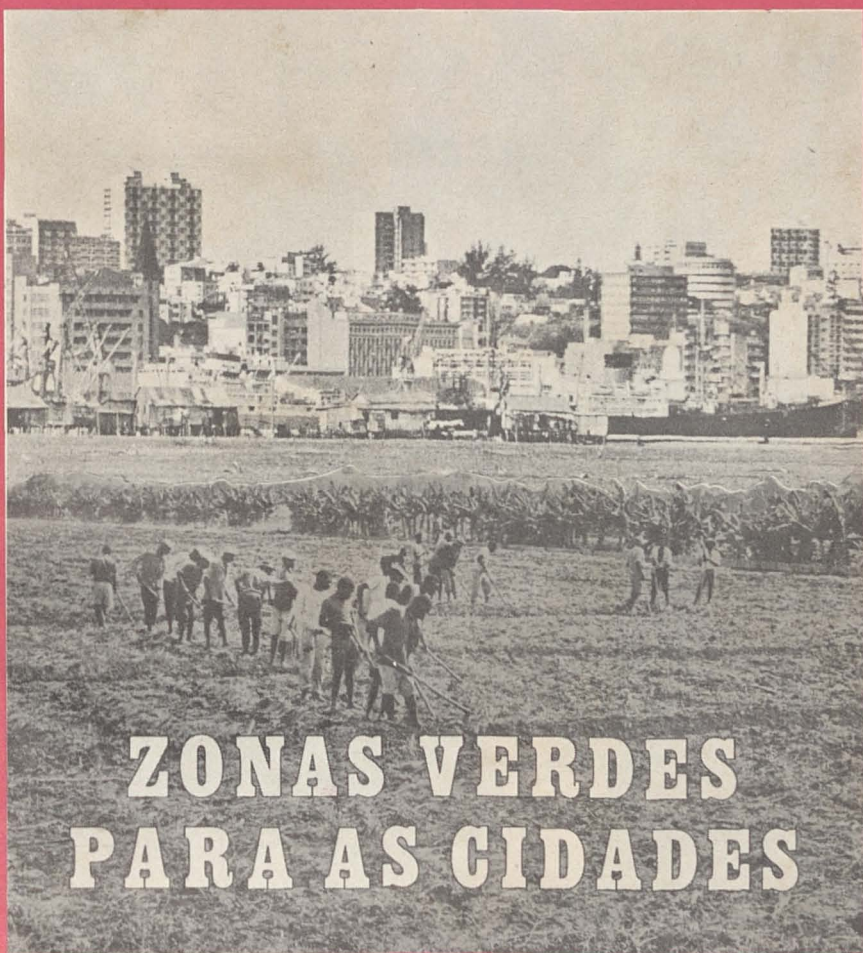
O Lesotho é membro pleno da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados.



as vozes da áfrica
revolucionária

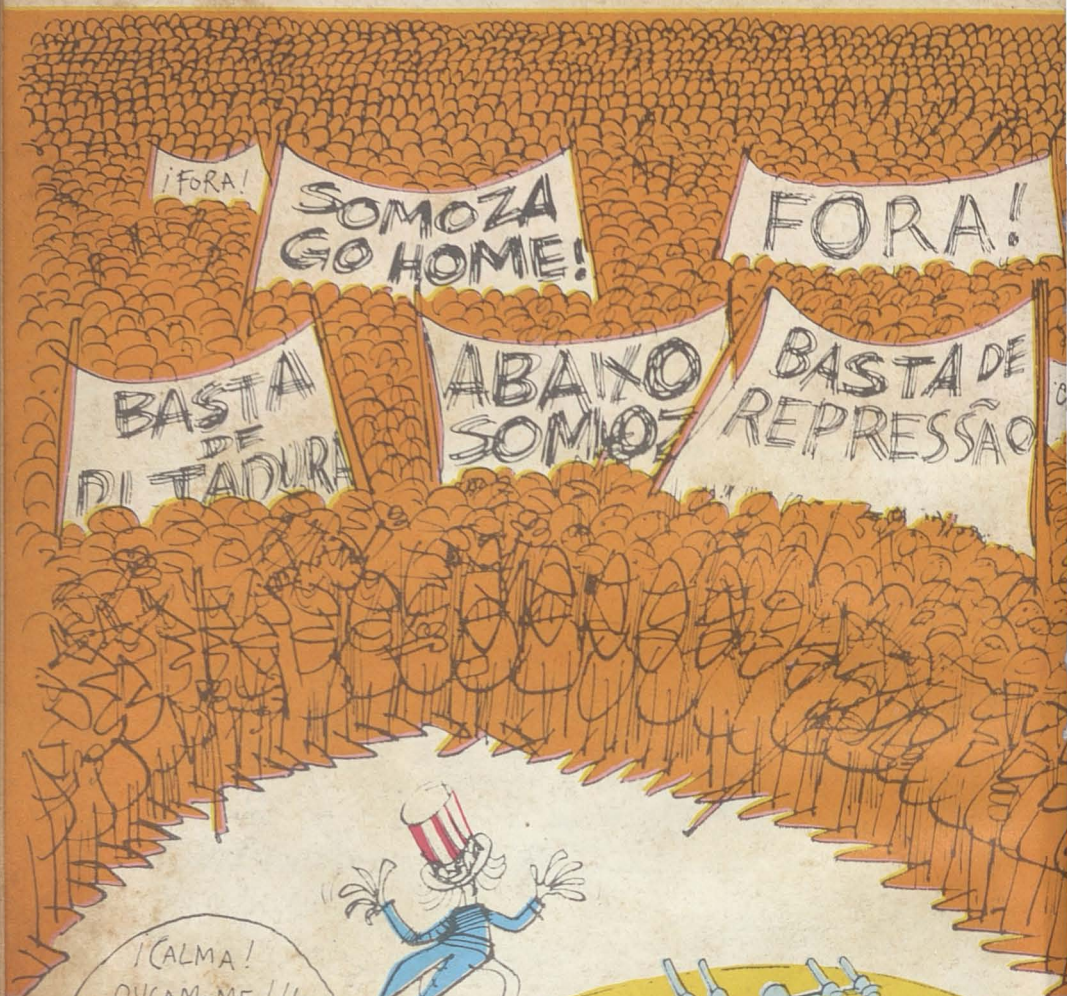
N.º 441 — 25 MARÇO 1979 15800
MAPUTO — REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Tempo

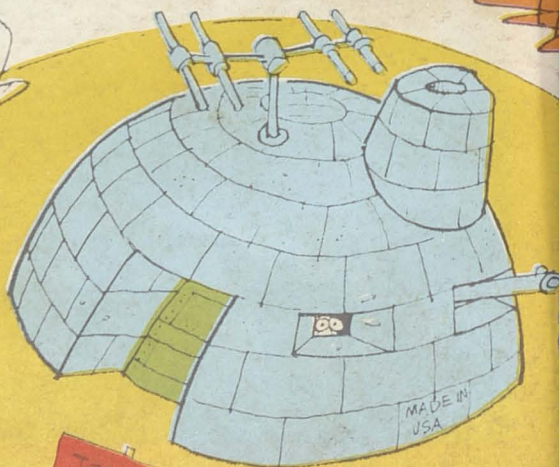


**ZONAS VERDES
PARA AS CIDADES**

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29 17 — República Popular de Moçambique



!CALMA!
OUÇAM-ME!!!
OS MEUS PRINCÍPIOS
IMPEDEM-ME DE
RECONHECER UM
GOVERNO SURTIDO DA
VIOLÊNCIA... COMO
MEDIADOR PROPOŃHO
QUE ATRAVÉS DE UM
PLEBESCITO
DEMOCRATICAMENTE
DECIDAM SE FICA
OU NÃO!!!



10/11/80